

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DO EXTREMO SUL- BAHIA



BAHIA

2016

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

**COORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COSTA DO
DESCOBRIMENTO**

**CONSULTORES DO PLANO TERRITORIAL DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DO
TERRITÓRIO**

DANIELLA SILVA RIBEIRO

ÍCARO ARAÚJO DOS SANTOS

APRESENTAÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Extremo Sul da Bahia - PTDRSS, foi elaborado e aprovado pelo Colegiado Territorial, resultado de uma construção coletiva em diversas temáticas, realizada ao longo de 2015 e 2016. Este Plano é uma síntese de diversos estudos e planejamentos feitos na região como o Plano construído em 2011 com os 21 municípios, antes do desmembramento do Território: o PTDRS de 2011. O Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário de 2013, também o Plano de Desenvolvimento da Costa das Baleias, construído em 2012; a Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional de 2015, a Conferência Territorial de Juventude Rural de 2015, a Conferência Territorial de Direitos da Mulher 2015, o planejamento do Plano Plurianual Participativo PPA Participativo 2015, o planejamento territorial 2015, Plano Estadual de Habitação e Regularização Fundiária do Estado da Bahia e o Plano de Ação Territorial da Mandiocultura- BNB.

Ele é um instrumento de gestão dinâmico que deve ser retroalimentado. Seu horizonte abrange 8 anos, equivalente ao período de execução de dois PPA Participativos, podendo ser revisado ao final da execução do PPA 2016-2019, de acordo com avaliação do próprio Colegiado Territorial, por orientação do CEDETER ou do órgão coordenador da política de desenvolvimento territorial da Bahia.

Metodologicamente, adotou-se um texto texto-base e um roteiro orientador das discussões, permitindo que participantes das diferentes esferas (Municipal, Territorial, Estadual e Nacional) se concentrassem na elaboração de um Plano comum adequado a sua realidade, contribuindo, assim, para elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

Para o Território foi importante considerar os diagnósticos existentes. Mas foi ressaltada a falta de análise, sistematização e apropriação pelo público no meio rural. Buscou-se então uma forma participativa de revisão dos dados secundários e primários, com o objetivo de proporcionar o entendimento da realidade e problemática local e dos fatores que conformam a identidade territorial, além de dar os subsídios necessários ao Documento Final. O Plano também busca reconhecer a diversidade e as especificidades do mundo rural, levando em consideração as práticas de promoção de igualdade de gênero, raça, etnia e geração. Além dos seguimentos ligados ao rural, também o urbano e os setores econômicos do Território participaram desta construção.

O PTDSS, é portanto, fruto de intenso diálogo e esforço de elaboração conjunta entre a sociedade civil e as três esferas de governo. Ele corresponde, ainda, à contribuição do Extremo Sul da Bahia para construção de um Desenvolvimento **INTEGRADO** Sustentável e Solidário.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO PTDRSS

Em consonância aos encaminhamentos da 2ª **CNDRSS**, o PTDSS do Extremo Sul Baiano, tem como princípios e diretrizes:

“a democracia como fundamento básico da cultura política e das relações sociais; a sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões, como orientação fundamental para reduzir as desigualdades sociais e regionais; a inclusão como ampliação dos mecanismos de democratização política, social, cultural e econômica da sociedade brasileira, assegurando a participação igualitária de todos os segmentos sociais; a diversidade como reconhecimento da importância dos patrimônios ambiental, sociocultural, econômico e político existente nos espaços rurais; a igualdade como resultado das transformações na dimensão da vida social para superação das desigualdades econômicas, de gênero, geração, raça, cor e etnia na sociedade brasileira; a solidariedade como responsabilidade individual e coletiva compartilhada em favor de ordem econômica, social, política, ambiental e cultural mais justa, tendo por base os princípios da autogestão e da cooperação.”

“Da mesma forma, definiram-se, ainda, as **diretrizes estratégicas** do processo de desenvolvimento: a potencialização da diversidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional e a valorização das múltiplas funções desempenhadas pelos espaços rurais; a dinamização econômica, a incorporação de inovações e a democratização do acesso às tecnologias voltadas à construção de modelo sustentável de produção agropecuária, extrativista, florestal, pesqueira e aquícola; o fortalecimento dos fatores de atratividade geradores de qualidade de vida, inclusão social e igualdade de oportunidades nos espaços rurais; o fortalecimento de um arranjo institucional integrador das ações do Estado brasileiro e a consolidação dos mecanismos de controle e gestão social, com base no protagonismo das organizações da sociedade civil.” PNDSS

Além dos Princípios e diretrizes acima mencionados, o PTDSS adota os princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 13.214 de 29/12/2014 para a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia e pelo Plano Plurianual Participativo PPA 2016-2019.

O artigo 2º da Lei Nº 13.214 menciona que a Política de Desenvolvimento Territorial da Bahia deverá observar os seguintes princípios: da dignidade humana, do

desenvolvimento sustentável, da solidariedade, da justiça social e ambiental, da função socioambiental da propriedade, da participação social e da cooperação. Já o PPA define como princípios norteadores: a inclusão social, a participação social, a sustentabilidade ambiental, a afirmação dos direitos do cidadão, o desenvolvimento socioeconômico com equidade, a geração de emprego e renda, a gestão transparente e democrática e a excelência na gestão.

Quanto as diretrizes, o artigo 3º da Lei 13.214 diz que a Política de Desenvolvimento Territorial observará as seguintes diretrizes: estabelecer estratégias de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, fomentar a coesão social e reduzir as desigualdades territoriais, valorizar o potencial de desenvolvimento dos Territórios de Identidade, respeitar a diversidade cultural e territorial, promover o uso sustentável dos recursos naturais, promover a inserção competitiva dos territórios baianos, estimular o desenvolvimento da democracia participativa e promover a ação integrada dos entes federados.

O PPA 2016-2019 define 14 Diretrizes Estratégicas e dentre elas, 04 dialogam diretamente com a Política de Desenvolvimento Territorial: 1) desenvolvimento sustentável e inclusão socioprodutiva, 2) redução da pobreza extrema, 3) desenvolvimento rural e agricultura familiar, e 4) democracia e participação social.

CAPÍTULO 1

HISTÓRICO

O Território de Identidade Extremo Sul surge, de acordo com Correia, seguindo a regionalização administrativa do Estado. Ainda segundo (Dias, 2006), a Bahia passa a ter no PPA 2004/2007 a divisão adotada por Territórios de Identidade. Neste território a metodologia de criação das Instâncias Territoriais foi implantada pela CEPLAC em 2004. O Território Extremo Sul, naquele momento, fora criado com 21 municípios. Sendo eles os municípios de Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapoã, Itabela, Itagimirim, Itamarajú, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabrália, Teixeira de Freitas, Vereda. Desde sua criação, pouca informação se tem deste Território, diferente dos Territórios Rurais apoiados pelo MDA, onde havia uma Instituição contratada que trabalhava como Secretaria Executiva, e com um articulador territorial trabalhando como consultor do Território; o Território Extremo Sul não teve uma secretaria executiva. Seus registros de presença das reuniões, Atas, Projetos

implantados, dentro outros documentos; estão pulverizados em arquivos pessoais de atores locais.

Segundo relatos do sr. Rubens Leme Farias, membro do Núcleo Diretivo do Colegiado, e atuante desde a criação do Território, houve momentos de mobilização desde 2004 a 2015. Todos eles vindos da demanda do próprio território como a elaboração do Plano Safra Territorial 2007/2008. A entidade responsável pela mobilização e animação do Território Extremo Sul foi a CEPLAC. Mesmo não sendo reconhecidos como “Território Rural” pelo MDA, o Colegiado se reunia periodicamente. Fizeram várias propostas de PROINF, levantamento de demandas de políticas de infraestrutura e participaram do primeiro PPA Territorial 2008/2011. Neste primeiro exercício de levantamento de prioridades do Território, educação e saúde ficaram com mais da metade dos votos. Ali já haviam representantes do Território no Comitê de Acompanhamento do Plano Plurianual (Cappa). Em 2010, através de um convenio com INGÀ/POLO sindical, Rubens Farias assumiu o papel de articulador territorial pelo Pólo Sindical. Ali houve liberação de recursos para realização de reuniões e oficinas no território em todos os Municípios do Extremo sul, onde deram início à construção do PTDRS. Naquele mesmo ano foi elaborado e aprovado o regimento interno do território, e na mesma ocasião foi aprovado o nome de Pedro dos Anjos (representante da FETRAF na região) para coordenador do Colegiado do Território de Identidade do Extremo Sul. Ainda em 2010 foi construído o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Costa das Baleias pela empresa FUTURA, contratado e custeado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes) da Bahia, e pelas empresas de celulose: ArcelorMittal, Fibria e Suzano. Muito questionado pelos seguimentos da sociedade civil organizada, principalmente as da área de agricultura e de meio ambiente, mas com efetiva participação de membros do território em todo o processo de construção. Não foi homologado como o “Plano do Território” porque o PTDRS já estava sendo construído paralelo a ele. Naquele momento haviam cerca de 40 entidades no Território, poucas homologadas e outras com pouca participação. Ainda em 2010 teve início o debate sobre o desmembramento do Território. Em 2012 foi criado o Território Costa do Descobrimento desmembrando do Extremo Sul. Em 2013, pela RESOLUÇÃO Nº 94 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, o Extremo Sul passa a incorporar o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT.

Alguns poucos registros foram levantados pelo NEDETES com apoio do ADT (Agente de Desenvolvimento Territorial), como um relatório de 2004,

onde se reuniu como Fórum de Desenvolvimento. Segundo arquivos do Território conseguidos por membros do Colegiado, este Fórum se reuniu para Socialização da Política da Política de Desenvolvimento Territorial e Composição deste Fórum. Em uma segunda reunião (ambas em Itamaraju – no Banco do Nordeste) para eleição da coordenação do Fórum, para levantamentos de demandas regionais e para articulações com o Ministério da Integração. Há um vácuo de documentos históricos deste período até o momento em que o Nedetes assumiu. Atualmente, uma secretaria assumida pela CEPLAC, tem tentado organizar a documentação histórica do Território.

CARACTERÍSTICAS

O Território de Identidade Extremo Sul é composto por 13 municípios: Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda. Ocupa uma área de 18.514,33 Km². Limita-se com o Território de Identidade Costa do Descobrimento, com os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e com o Oceano Atlântico.



Segundo os dados do Plano Estadual de Habitação e Regularização Fundiária do Estado da Bahia (Governo do Estado da Bahia, 2012) o Território abriga uma população de 416.859 habitantes, com densidade de 24,81hab/km² e crescimento de 12,01% no período de 2000 a 2010.

Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas 28 unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território, sendo a maioria contemplada em Reservas Particulares de Patrimônio Natural. Em se considerando áreas privadas destinadas à conservação, a RPPN é criada por iniciativa do proprietário rural sem que haja desapropriação das terras, assumindo o compromisso de uso da reserva de maneira sustentável, com objetivo de fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas e de proteção dos recursos naturais e hídricos. Apesar do número expressivo de áreas protegidas, apenas 5% do território está contido em áreas destinadas para conservação, o que totaliza uma área de cerca de 95.492 ha. Há um predomínio de unidades de conservação de uso sustentável, e dentre estas, se destacam a APA Ponta da Baleia/Abrolhos, localizada nos municípios de Nova Viçosa, Caravelas e Alcobaça, equivalente a aproximadamente 37.465 ha da costa do território, e a RESEX Cassurubá, abrangendo área equivalente a 32.629 ha. (Governo do Estado da Bahia, Preliminar)

Ainda segundo o ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico) no território, foram identificados nove sítios arqueológicos localizados principalmente nos municípios de Ibirapuã (1), Itamaraju (3), Mucuri (2), Nova Viçosa (2) e Vereda (1), que se reportam a arte rupestre, estruturas construtivas e artefatos de cerâmica, cujos sítios estão associados, em sua maioria, a ocupações do período Pré-Colonial.

O turismo é uma das principais atividades econômicas da região, com grande fluxo de turistas para seu litoral. Considerado como fator relevante para a diversificação e fortalecimento da economia regional, o turismo apresenta grande perspectiva de expansão, principalmente nos municípios situados ao longo do litoral. No Extremo Sul, localiza-se o segundo mais importante pólo turístico do Estado da Bahia, a Costa do Descobrimento, dotada de infra-estrutura hoteleira e do aeroporto de Teixeira de Freitas.

Quanto aos Arranjos Produtivos, todos os documentos pesquisados destacam no setor industrial, o município de Mucuri, a Bahia Sul Celulose (Suzano), uma das principais indústrias de papel do continente. O Extremo Sul é a segunda região de maior atração de investimentos da Bahia e nela está concentrada a produção de celulose do Estado. O sistema silvicultor integrado do Extremo Sul tem se revelado competitivo economicamente, apesar de excludente do ponto de vista social. A percepção, especialmente do setor empresarial, é de que o território é uma das regiões do mundo mais atrativas para implantação de florestas visando à produção de celulose, e de melhor produtividade. O manejo do solo é classificado no nível C, se caracterizando por um alto nível tecnológico. (Governo do Estado da Bahia, Preliminar)

O Território beneficiou-se da montagem de nova infra-estrutura para viabilizar a produção de celulose. E ainda conta com investimentos de implantação de derivados da fruticultura (concentrados, néctares e geléias), no setor mineral (mármore e granitos em Teixeira de Freitas) e ao segmento metal-mecânico (retífica e manutenção de máquinas em Mucuri). Entre os investimentos de ampliação, encontram-se projetos de grande porte alocados ao segmento madeireiro. No setor agropecuário, o Extremo-Sul possui aptidões diversas. Tem na pecuária bovina a utilização dominante, seguida do cultivo do mamão, cacau, café, coco-da-baia, abacaxi, melancia, mandioca e eucalipto. (PTDRS Extremo Sul da Bahia, 2011)

Segundo o Plano Territorial (PTDRS Extremo Sul da Bahia, 2011), a economia dessa região está concentrada na cultura do eucalipto (Celulose) com cerca de 70% do PIB regional.

A região já foi uma área de domínio exclusivo da Mata Atlântica, até pouco mais de 50 anos. Essa vegetação foi devastada de forma intensiva a partir da construção da BR 101. A Mata foi dizimada para alimentar serrarias, cujas áreas foram substituídas por pastagens e por culturas de subsistência. A agricultura foi uma das principais fontes de renda da região. Seus solos ricos após a derrubada da floresta propiciavam colheitas generosas. A pecuária foi desenvolvida de forma extensiva e ainda hoje é uma das principais atividades econômicas, porém, com a perda gradativa de importância como ocorreu com a agricultura de subsistência, ambas sendo substituídas pela monocultura do eucalipto.

Hoje na região, a grande preocupação ambiental é a invasão da monocultura do eucalipto que vem nas últimas duas décadas provocando desemprego e substituição da produção agrícola e pecuária e leva grande contingente da população rural para as periferias das cidades, especialmente as de maior porte, gerando todos os tipos de mazelas características dos grandes centros urbanos do país como violência, favelização, miséria, entre outros.

Excluindo a produção de papel e celulose, essa região apresenta um baixo nível de industrialização. A agricultura também merece destaque, principalmente a produção de batata-doce (em Caravelas e em Teixeira de Freitas), de café (Prado e Itamaraju), de cana-de-açúcar (Caravelas e Medeiros Neto), de mamão (Nova Viçosa) e de maracujá (Teixeira de Freitas). A rodovia BR-101, corta o Território no sentido norte-sul permitindo uma importante integração com outros Territórios, além das BRs-418 e 489, que interligam os seus municípios. O transporte aéreo local é viabilizado devido à presença de um terminal aéreo em Teixeira de Freitas.

Segundo o ZEE,

A bovinocultura apresenta um sistema estagnado, com pouco dinamismo e indicadores de desempenho inferiores a outras regiões do Estado. Com relação ao nível de manejo de solo, a classificação atribuída ao território é A, ou seja, com um baixo nível tecnológico. Assim como em todo o Estado, a prática da pecuária extensiva é consolidada.

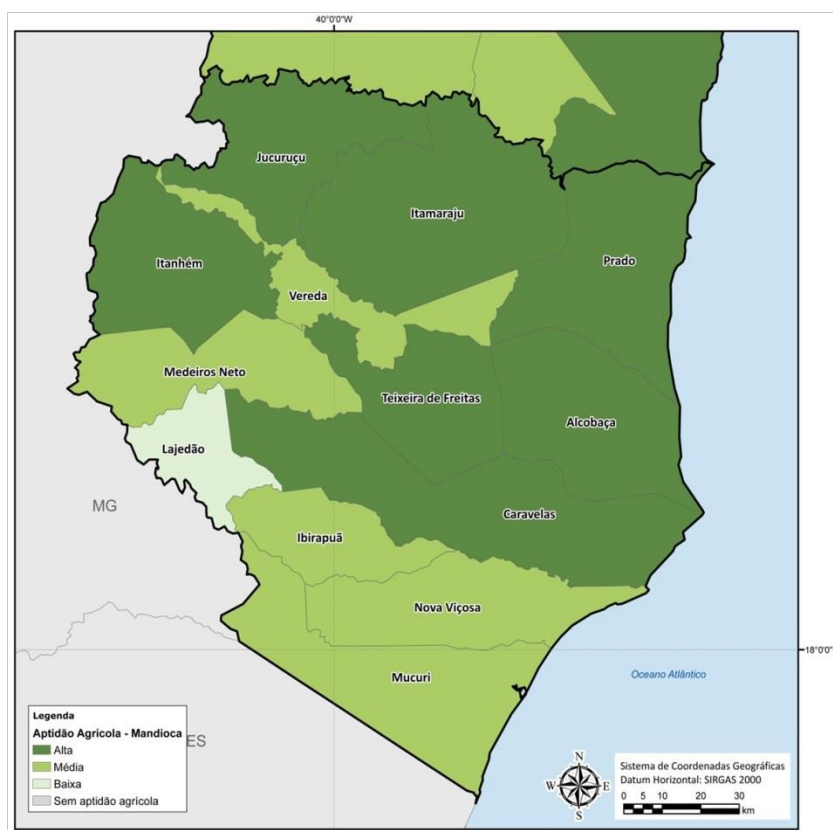
A cacauicultura apresenta destaque dentro do território apenas no município de Itamaraju, o qual responde por elevados valores de produção e de área correspondente para plantação. Apesar da significância do cultivo do cacau no município, o manejo do solo se baseia em práticas de baixo a médio nível tecnológico, classificado, portanto, no nível A/B.

Os municípios de Prado e Itamaraju são os que possuem maior destaque na cafeicultura, tanto no valor de produção, quanto na área plantada. O cultivo e a produção deste arranjo não envolvem agricultores familiares, justamente por demandar técnicas complexas e elevados investimentos. A tendência de expansão deste cultivo não se apresenta de forma expressiva.

A cana de açúcar pode ser observada melhor no oeste do Extremo Sul da Bahia, onde a prática deste arranjo é mais relevante. O maior destaque desse território é o Município de Ibirapuã, onde desde 2003 a produção segue a tendência de aumento do território nacional, salvaguardada as suas proporções. O manejo do solo se classifica no nível C, refletindo um alto nível tecnológico de todo o processo do manejo.

O arranjo produtivo do mamão é notado em um modelo tradicional, o qual se caracteriza por não passar por processos elaborados de pós-colheita. Não é observada a participação de agricultores familiares devido ao fato de exigir bases tecnológicas avançadas e altos investimentos, inclusive para manutenção e qualificação da técnica. O manejo do solo é classificado neste território no nível B, baseado em um nível tecnológico médio.

A mandioca é o produto com melhor perspectiva de produção neste Território, com alta aptidão em sete municípios: Caravelas, Alcobaça, Teixeira de Freitas, Itanhém, Jucuruçu, Itamaraju e Prado. Em Mucuri, Nova Viçosa, Ibirapuã, Medeiros Neto e Vereda verifica-se um índice médio de aptidão enquanto o município de Lajedão revela baixo potencial para tal cultura. Baseados em relatos e no planejamento do Colegiado Territorial, a Câmara Temática de Agricultura Familiar, assessorada pelo Banco do Nordeste, está criando o Plano de Ação Territorial da Mandiocultura. Todos os municípios, através de seus CMDS (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável).



Mapa: Aptidão agrícola dos solos para cultura da mandioca no Território de Identidade Extremo Sul. Fonte: GEOHIDRO, SONDOTÉCNICA, 2010. Elaboração: GTA, 2012.

Apesar da produção de dendê ser bastante representativa em outros Territórios também localizados na faixa litorânea do estado da Bahia, no Extremo Sul apenas dois municípios, Caravelas e Alcobaça, possuem aptidão agrícola para o dendê (Governo do Estado da Bahia, 2012).

CADEIAS PRODUTIVAS

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	CNPJ	ENTIDADE	VALOR
SUBPROJETOS SOCIOAMBIENTAIS				
Extremo Sul	Itamaraju	10.274.932/0001-86	ASSOC. PATA XO DA ALDEIA TREVO DO PARQUE	248.000,00
Extremo Sul	Itanhém	19.880.454/0001-22	ASSOC. DAS MULHERES DO CORREGO DO MUTUM	294.000,00
Extremo Sul	Mucuri	02.668.144/0001-46	ASSOC. DO ASSENTAMENTO PAULO FREIRE	173.000,00
Extremo Sul	Itanhém	02.516.183/0001-28	ASSOC. DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA FAZENDA SAOGERALDO	300.000,00
Subprojetos para o Mercado da Cadeia Produtiva da Apicultura e da Meliponicultura				
Extremo Sul	Teixeira de Freitas	00.763.833/0001-04	ASSOC. DOS APICULTORES DO EXTREMO SUL DA BAHIA	925.115,22
Extremo Sul	Caravelas	04.610.411/0001-50	ASSOC. DOS PRODUTORES REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE VOLTA MIUDA	647.000,00
Extremo Sul	Alcobaça	16.238.107/0001-02	ASSOC. DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO 40 45	152.000,00
Subprojetos para o Mercado da Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Leite COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ATER)				
Extremo Sul	Caravelas	17.068.126/0001-09	ASSOC. COMUNITARIA DOS PEQUENOS PRODUTORES DE VALE- ME DEUS	152.500,00
Extremo Sul	Alcobaça	05.895.012/0001-45	ASSOC. COMUNITARIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE ITAITINGA	221.941,57
Extremo Sul	Ibirapuã	04.768.472/0001-40	ASSOC. DE PEQUENOS PRODUTORES DO PALMITAL	129.918,57
Extremo Sul	Itanhém	04.342.493/0001-07	COOP. DOS PRODUTORES DE LEITE DO VALE DE ITANHEM	656.077,86
Subprojetos para o Mercado da Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Leite SEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ATER)				
Extremo Sul	Jucuruçu	06.879.804/0001-99	COOP. REGIONAL AGROECOLÓGICA DO ENTORNO DO DESCOBRIMENTO	1.016.531,78
TOTAL DE RECURSOS NO TERRITÓRIO				4.916.125,00

QUALIDADE AMBIENTAL

Segundo o ZEE (Governo do Estado da Bahia, Preliminar), Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Extremo Sul apresenta um total de 195 indústrias, a maior parte concentrada no município de Teixeira de Freitas com pouco mais da metade dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, quase 50% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Teixeira de Freitas. Como exemplos dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar os segmentos de fabricação de móveis e de produtos de madeira (29%), fabricação de alimentos (20%) e fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (18%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 22% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Teixeira de Freitas (20) e Itamaraju (9). Os segmentos que tem maior destaque neste grupo são os de fabricação de alimentos e bebidas (41%) e metalurgia e fabricação de produtos de metal (34%). Há também a ocorrência de seis empreendimentos do setor de construção, sendo que metade deles estão localizados no município de Teixeira de Freitas.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 29% do total de indústrias existentes do Extremo Sul. Neste grupo, destacam-se empreendimentos em três municípios voltados à extração de pedra, areia e argila. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelos setores de fabricação de produtos cerâmicos e aparelhamento e outros trabalhos em pedras (37%), e de fabricação de produtos derivados do petróleo; fabricação de produtos químicos, de farmoquímicos e farmacêuticos (27%).

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são as culturas da cana de açúcar, mamão, maracujá, cacau e café, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Extremo Sul ocupa a décima sexta posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião Litoral Sul, o TI Extremo Sul supera apenas o TI Costa do Descobrimento em área cultivada.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Extremo Sul ocupa a 23ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia. Em 2006, este território apresentou cerca de 9,5 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se em Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu

e Alcobaça onde o conjunto detém cerca de 47% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Lajedão possui apenas 100 destes estabelecimentos familiares.

As atividades relacionadas com a silvicultura possuem diferentes potenciais poluidores associados. A extração de carvão vegetal faz-se presente no TI Extremo Sul com 108.214 toneladas produzidas, e se enquadra como atividade de médio potencial poluidor. Por outro lado, a extração de madeira possui um potencial poluidor alto, com mais de 275 mil m³ de toras de madeira produzidas para outras finalidades e 8,9 milhões de m³ de madeira em tora para papel e celulose. Destacam-se os municípios de Mucuri, Nova Viçosa e Caravelas que somam quase 69% da madeira produzida no território de identidade.

Ainda segundo o ZEE (Governo do Estado da Bahia, Preliminar) sobre a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Extremo Sul apresentam-se resultados de sete pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rios Mucuri, Jucuruçu Braço Norte, Jucuruçu Braço Sul, Alcobaça e Peruípe). Para o IET, as condições se encontram menos favoráveis, com condição aceitável apenas em Jucuruçu (rio Jucuruçu Braço Norte) e em Alcobaça (rio Alcobaça), enquanto Mucuri (rio Mucuri) e Teixeira de Freitas (rio Alcobaça) indicam condição crítica. Os demais pontos para este parâmetro apresentou resultado em condição regular.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada no município de Teixeira de Freitas. No entanto, proporcionalmente, além de Teixeira de Freitas, os municípios de Medeiros Neto e Itanhém têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 11 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para indústria de papel e celulose e se concentram no município de Mucuri. Destacam-se também três empreendimentos voltados para agroindústria, localizados em Ibirapuã, Medeiros Neto e Itanhém.

Segundo o PTDRS (PTDRS Extremo Sul da Bahia, 2011) o sistema de abastecimento de água do Território é composto pelas Bacias hidrográficas de Peruípe\Itanhém\Jucuruçu, destacando em Itanhém, com o córrego água fria, água preta, Manuel Antônio, do Rezende, ferrugem, seco, do sul. Em Nova Viçosa, rio Peruípe, rio do peixoto, rio pau alto, rio do pato. Mucuri, mucurizinho, pampa e urucu.Jucuruçu, córrego de gado bravo e córrego do ouro.

Para a qualidade do ar, o TI Extremo Sul tem como destaque os municípios de Teixeira de Freitas, Itamaraju e Nova Viçosa com relação à frota de veículos nos municípios. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se a fabricação de papel e celulose, especialmente no município de Mucuri. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de requerimento de registro de extração de cascalho; fase de registro de extração de areia, cascalho e granito e na fase de concessão de lavra para extração de água mineral, caulim, granito e gnaisses.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Apenas os municípios de Alcobaça e Caravelas possuem aterros sanitários simplificados para dispor os seus resíduos. O município de Teixeira de Freitas é o único que conta com um aterro sanitário convencional.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em nove municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Jucuruçu e Mucuri. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a pecuária, ocupando cerca de 36% da área do território, seguido pela agricultura e silvicultura, ambas com 17%. A cobertura vegetal é representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 28% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 20% da área do TI Extremo Sul.

RECURSOS HÍDRICOS

Segundo o Plano Costa das Baleias, 2012, a região possui um extenso litoral, além de ser dotado de importantes rios que formam em sua foz manguezais e ecossistemas importantes para a reprodução de espécies marinhas, o que favorece a atividade pesqueira. E ainda há atualmente em funcionamento na Região Hidrográfica Nacional do Atlântico Leste,

dois comitês estaduais, conforme existência das bacias: Bacia Hidrográfica dos Rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu (aprovado pela Resolução CONERH 63, de 26 de novembro de 2009) e Bacia Hidrográfica dos Rios Frades, Buranhém e Santo Antônio (aprovados pela Resolução CONERH nº 64 de 26 de novembro de 2009); e na Região Hidrográfica Nacional do Atlântico Sudeste, a ser instituído, o da Bacia Hidrográfica do Riacho Doce (SEIA, 2011).

A Bacia Hidrográfica dos Rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu é constituída pelas porções das bacias hidrográficas dos rios Jucuruçu, Itanhém e Peruípe situadas no Estado da Bahia, desde sua divisa com Minas Gerais até sua foz no Oceano Atlântico, acrescida do Córrego do Meio (CONERH, 2009). Os municípios que a compõem são: Alcobaça, Caravelas, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda. Os municípios de Itamaraju, Jucuruçu e Prado¹¹ pertencem à Bacia Hidrográfica dos Rios Frades, Buranhém e Santo Antônio (CONERH, 2009). A Bacia Hidrográfica do Riacho Doce “é constituída pelas porções da bacia hidrográfica do Riacho Doce e subbacias dos afluentes da margem esquerda do Rio Itaúnas situadas no Estado da Bahia, desde os limites com Minas Gerais, desaguardo no Estado do Espírito Santo” (CONERH, 2009).

Segundo avaliação da AAE as águas superficiais, em termos de qualidade, são relativamente homogêneas em todo o território, demonstrando contaminação orgânica, em decorrência da falta de tratamento de esgotos urbanos e do carreamento de fertilizantes orgânicos. As águas subterrâneas, em geral, são consideradas de boa qualidade (IMA, 2010, p. 28).

Quanto ao regime hidrológico, observa-se uma regularidade hídrica, sendo, segundo a AAE, o Extremo Sul como um todo a região que sofre menos tensão pela utilização dos Recursos Hídricos. Este fato é justificado pela presença de florestas plantadas que pode ter um efeito de redução hídrica anual, se comparado à situação desejável da presença da Mata Atlântica, mas aumenta a vazão mínima, garantindo a disponibilidade hídrica em época de estiagem, além de outros efeitos positivos, pois, “reduz o volume anual de sedimentos carregados pelos rios aumentando a vida útil de reservatórios e reduzindo impactos ao ambiente com o assoreamento de rios”, diminuindo a frequência das cheias, como mostra a Tabela 27 (UFRJ/COPPE/LIMA, 2010).

BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PERUÍPE, ITANHÉM E JUCURUÇU¹

¹ Documento contendo sugestões de ações que podem ser desenvolvidas para o próximo ano pelo Comitê de Bacias dos rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu. João Batista Lopes da Silva – Universidade Federal do Sul da Bahia

Descrição geográfica das bacias dos rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu

As bacias dos rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu, possuem área total de 17.938 km², onde o rio Peruípe apresenta 5.603 km², rio Itanhém 6.379 km² e rio Jucuruçu 5.956 km² (Figura 1). As áreas das bacias abrangem os seguintes municípios na Bahia: Prado, Itamaraju, Jucuruçu, Itanhém, Medeiros Neto, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Vereda, Lajedão, Ibirapuã, Caravelas, Nova Viçosa, Mucuri. Também abrangem os seguintes municípios de Minas Gerais: Palmópolis, Santa Helena de Minas, Machacalis, Bertópolis, Umburatiba, Fronteira dos Vales, Rio do Prado, Felisberto, Águas Formosas. A bacia do rio Peruípe abrange os seguintes municípios: Caravelas-BA, Nova Viçosa-BA, Ibirapuã-BA, Lajedão-BA, Mucuri-BA, Teixeira de Freitas-BA, Serra dos Aimorés-MG. A bacia do rio Itanhém abrange os seguintes municípios: Alcobaça-BA, Teixeira de Freitas-BA, Medeiros Neto-BA, Itanhém-BA, Umburatiba-MG, Machacalis-MG, Bertópolis-MG, Fronteiras dos Vales-MG, Santa Helena de Minas-MG, Águas Formosas-MG. A bacia do rio Jucuruçu abrange os seguintes municípios: Prado-BA, Itamaraju-BA, Vereda-BA, Jucuruçu-BA, Palmópolis-MG, Rio do Prado-MG, Felisburgo-MG.

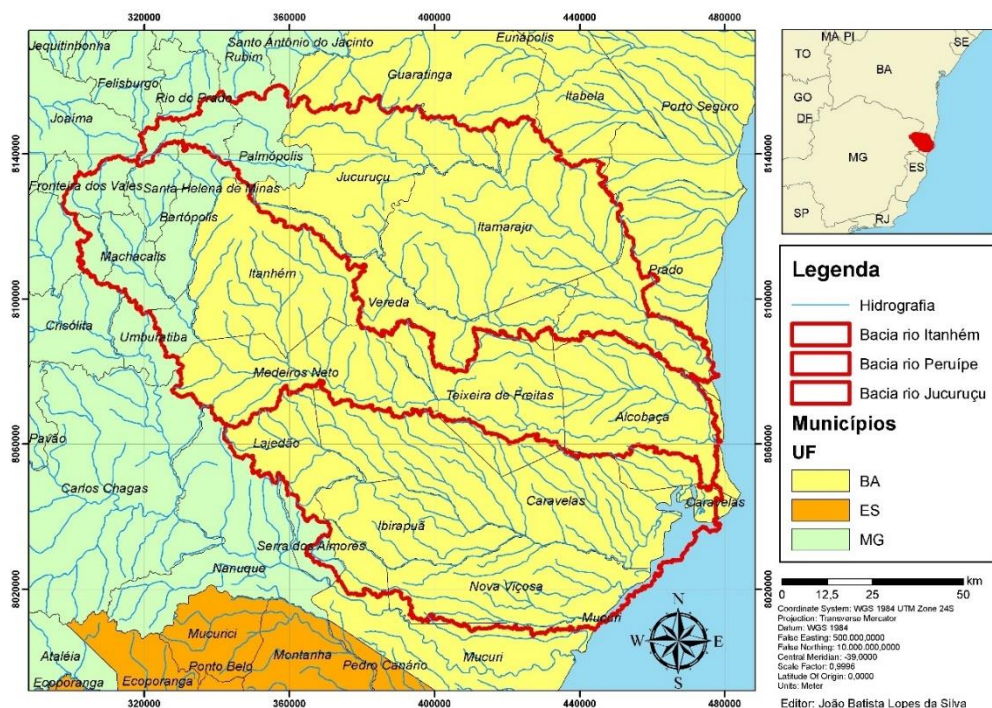


Figura 1. Bacias dos rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu.

1.1. Situação da cobertura vegetal na bacia do rio Peruípe

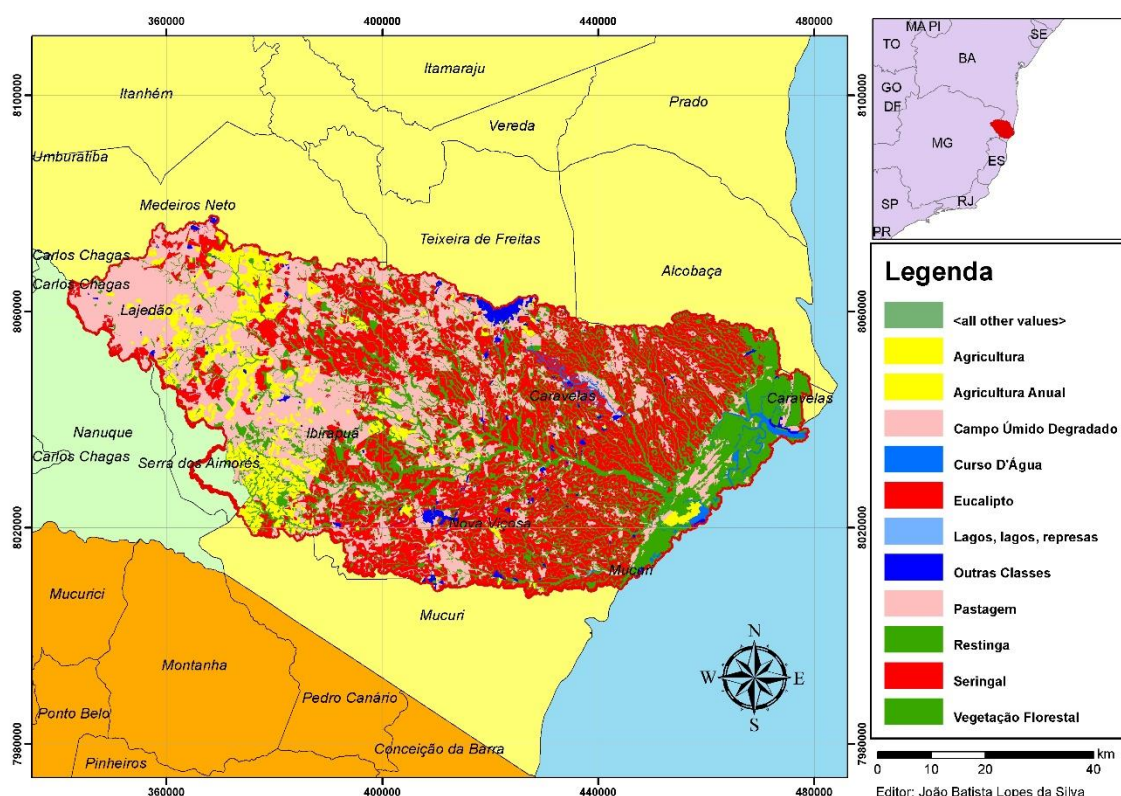


Figura 2. Situação do uso e ocupação do solo na bacia do rio Peruípe em 2013. (Fonte: Fórum Florestal, 2016).

Tabela 1. Classes de uso e ocupação do solo na bacia do rio Peruípe em 2013

Classes de uso e ocupação do solo	Área (km ²)	Área (%)
Agricultura	338,07	6,04%
Agricultura Anual	92,03	1,64%
Campo úmido degradado	311,13	5,56%
Curso de água	54,50	0,97%
Eucalipto	2.053,14	36,70%
Lagos, lagos, represas	3,68	0,07%
Outras Classes	76,04	1,36%
Pastagem	1.407,10	25,15%
Restinga / Mangue / Mussununga / Afloramento	120,01	2,15%
Seringal	1,10	0,02%
Vegetação Florestal	1.137,60	20,33%
Total na Bahia	5.594,39	100,00%

Fonte: Fórum Florestal, 2016.

1.2. Situação do uso e ocupação do solo na bacia do rio Itanhém em 2013 no estado da Bahia

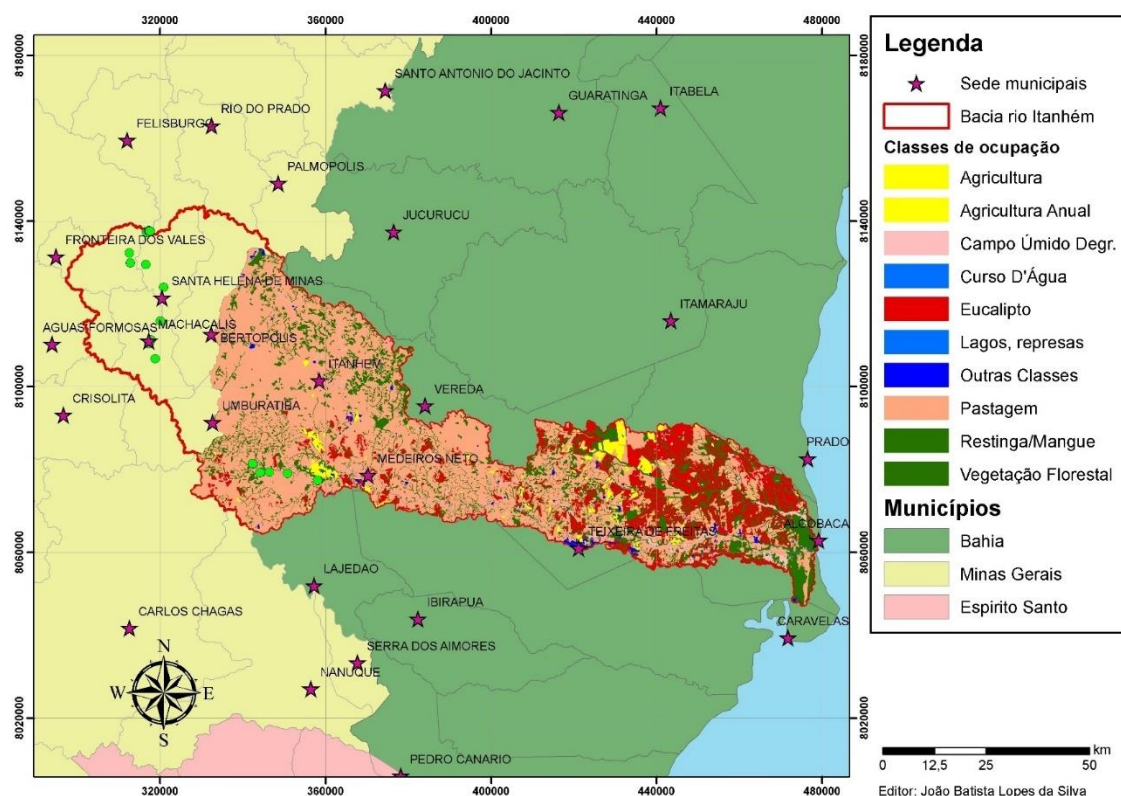


Figura 3. Situação do uso e ocupação do solo na bacia do rio Itanhém em 2013. (Fonte: Fórum Florestal, 2016).

Tabela 2. Classes de uso e ocupação do solo na bacia do rio Itanhém em 2013

Classes de uso e ocupação do solo	Área (km ²)	Área (%)
Agricultura	117,12	2,41%
Agricultura Anual	14,56	0,30%
Campo úmido degradado	74,65	1,53%
Curso de água	9,67	0,20%
Eucalipto	674,72	13,86%
Lagos, lagos, represas	1,74	0,04%
Outras Classes	42,83	0,88%
Pastagem	3.007,34	61,77%
Restinga / Mangue / Mussununga / Afloramento	77,10	1,58%
Vegetação Florestal	849,11	17,44%
Total na Bahia	4.868,85	100,00%

Fonte: Fórum Florestal, 2016.

Abaixo segue o mapeamento realizado durante a excursão pelo rio Itanhém, partido de Teixeira de Freitas-BA até o município de Fronteira dos Vales-MG.

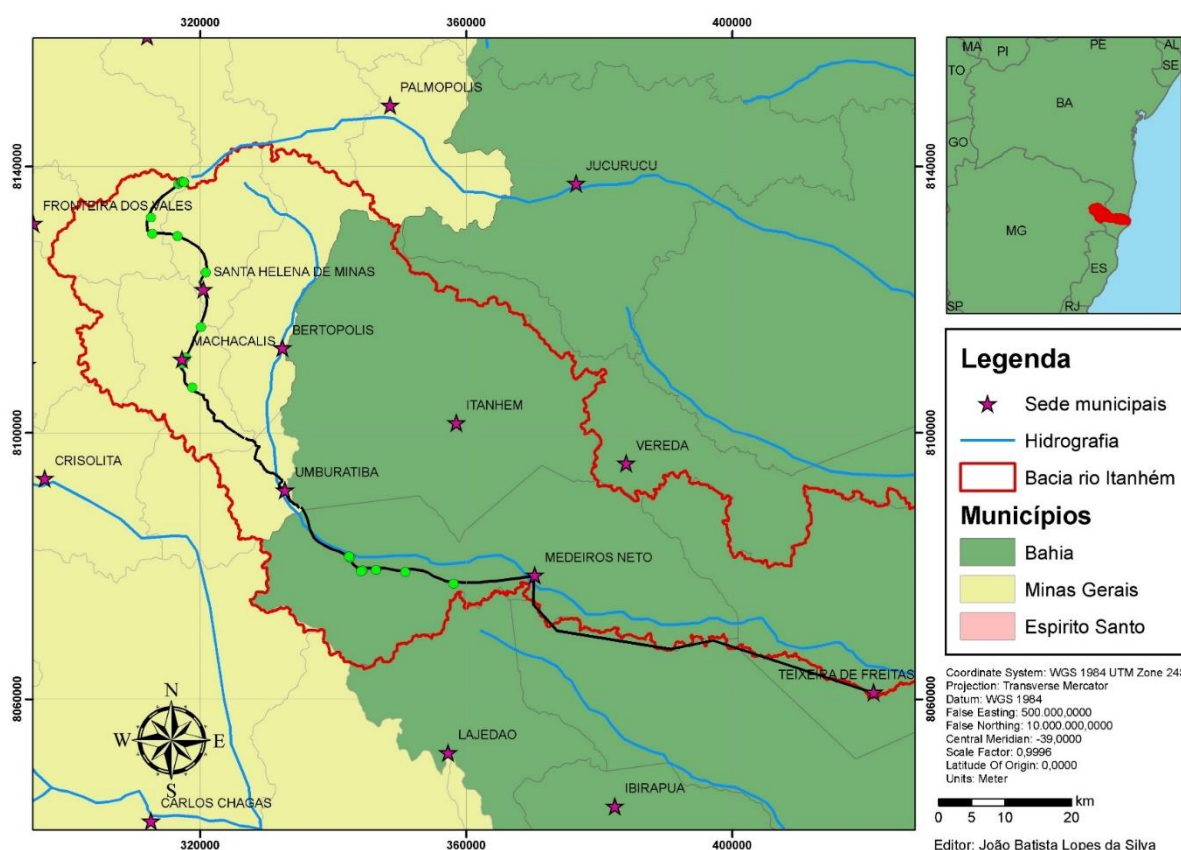


Figura 4. Trajeto percorrido durante a excursão a nascente do rio Itanhém, partido de Teixeira de Freitas-BA até Fronteira dos Vales-MG.

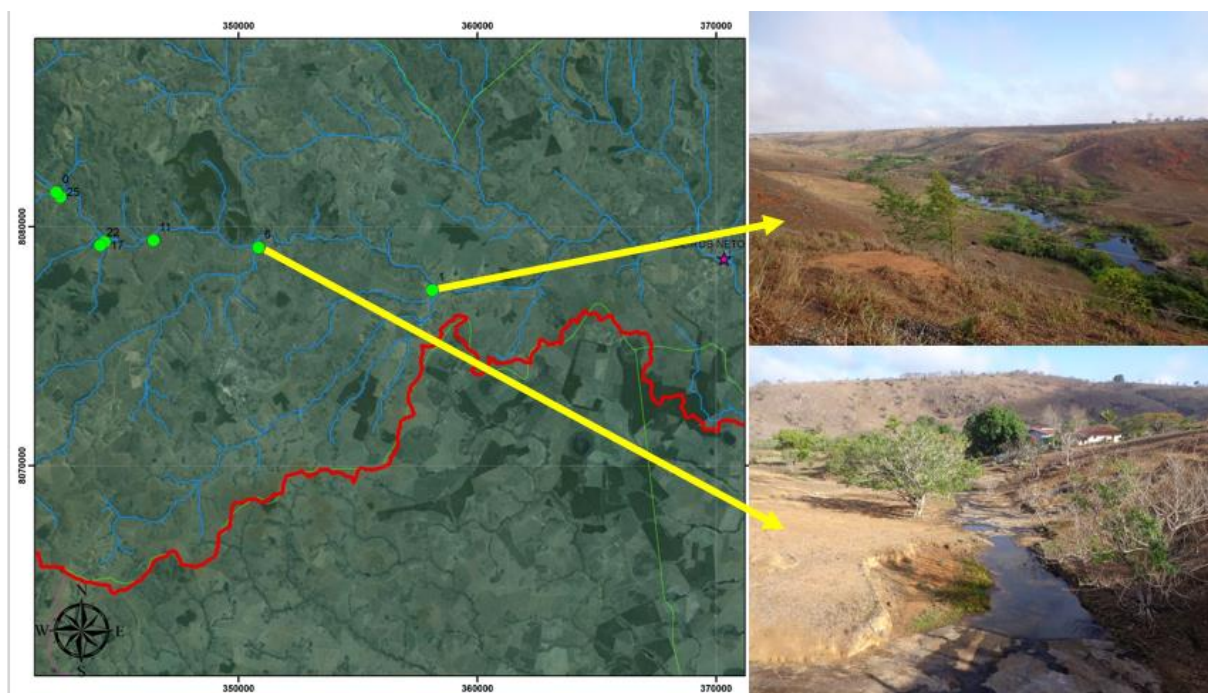


Figura 5. Levantamento realizado durante o trajeto percorrido durante a excursão a nascente do rio Itanhém, partido de Teixeira de Freitas-BA até Fronteira dos Vales-MG – Trecho próximo a Medeiros Neto – BA.

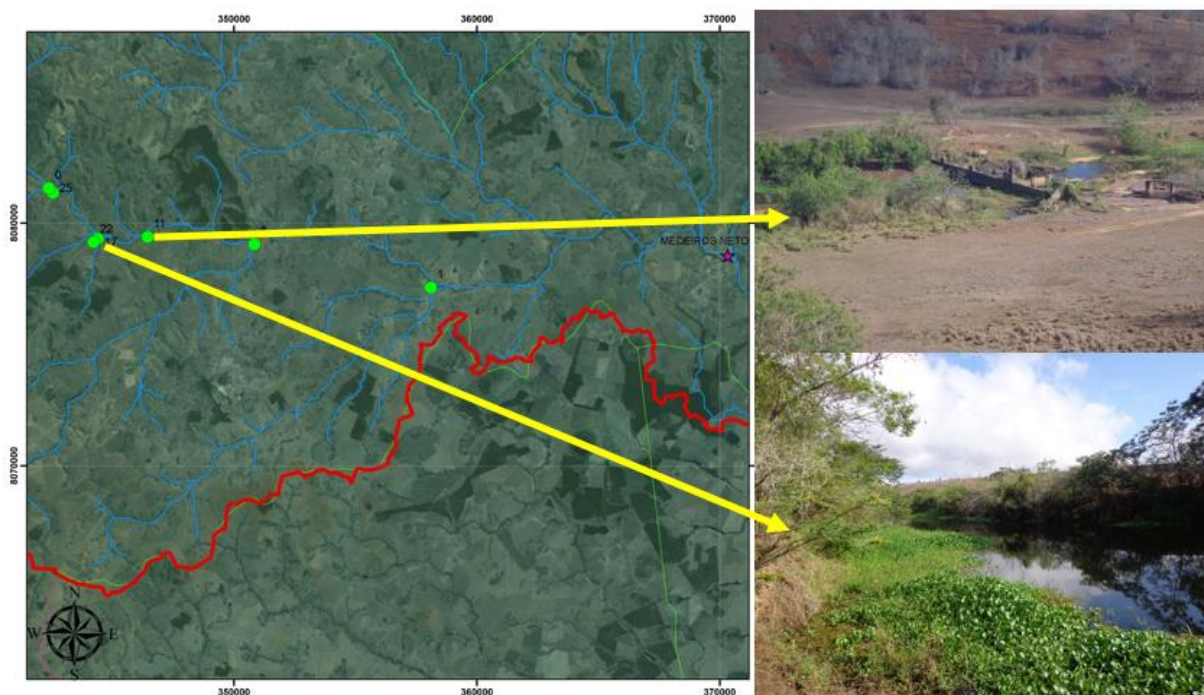


Figura 6. Levantamento realizado durante o trajeto percorrido durante a excursão a nascente do rio Itanhém, partido de Teixeira de Freitas-BA até Fronteira dos Vales-MG – Trecho após Medeiros Neto-BA em direção a Umburativa-MG, usina a fio de água sem água e eutrofização do rio Itanhém.

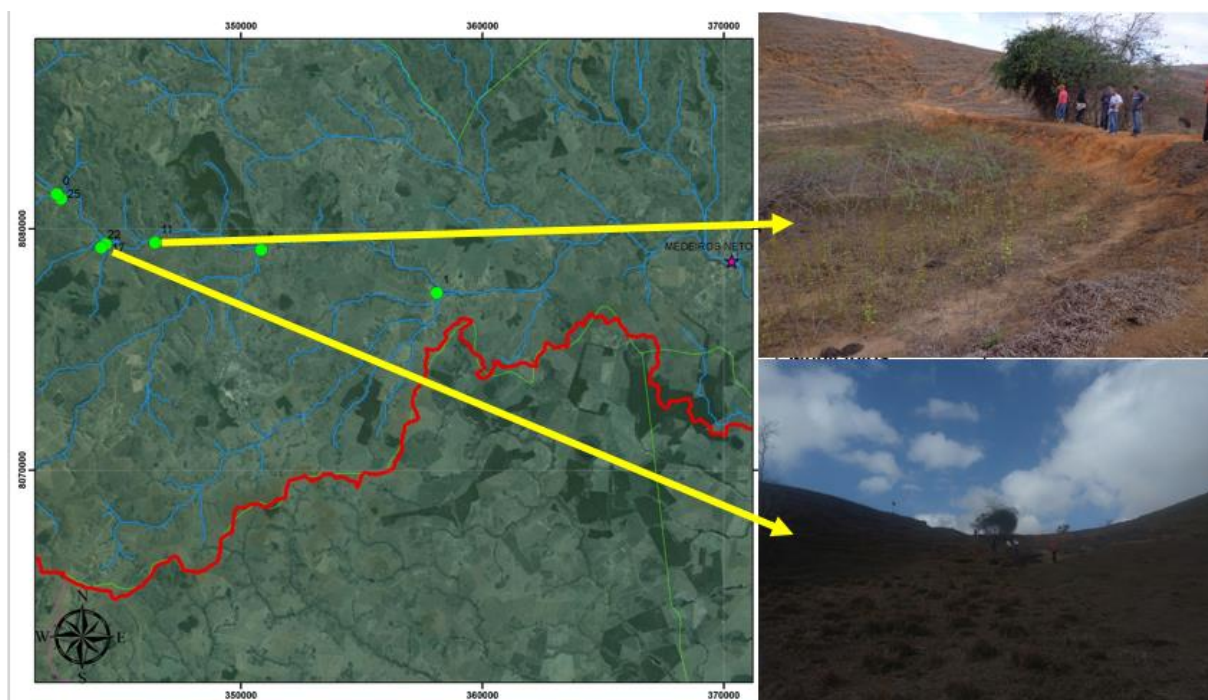


Figura 7. Levantamento realizado durante o trajeto percorrido durante a excursão a nascente do rio Itanhém, partido de Teixeira de Freitas-BA até Fronteira dos Vales-MG – Trecho após Medeiros Neto-BA em direção a Umburativa-MG, nascente com represa sem água.

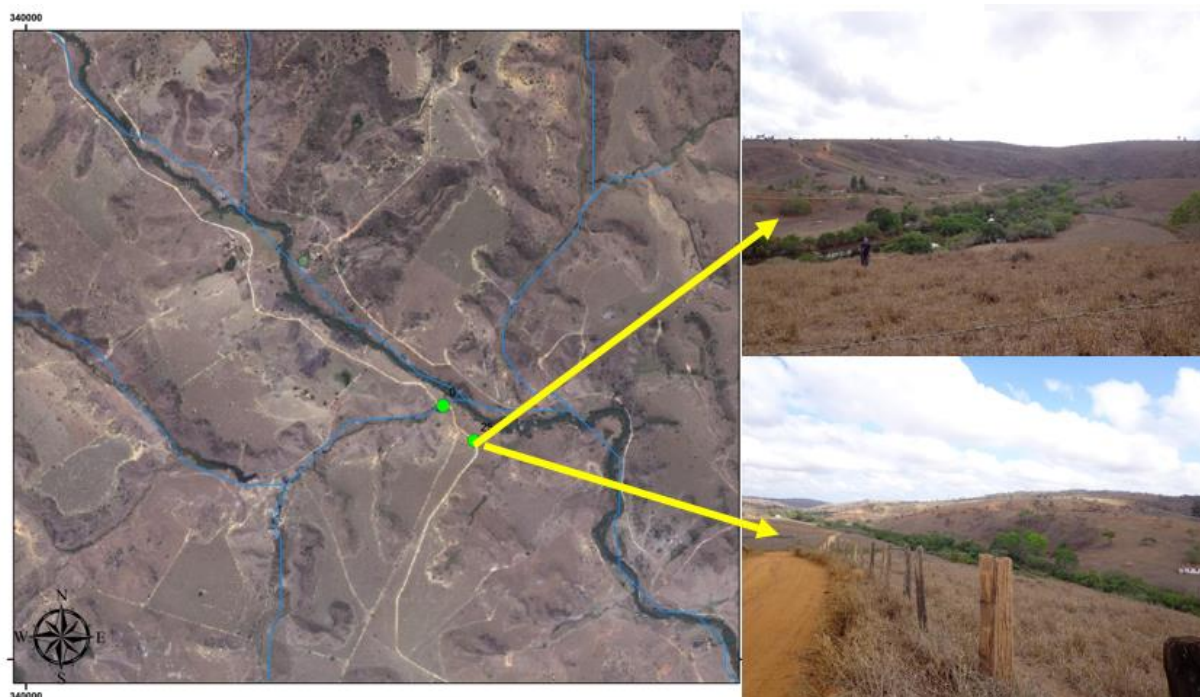


Figura 8. Levantamento realizado durante o trajeto percorrido durante a excursão a nascente do rio Itanhém, partido de Teixeira de Freitas-BA até Fronteira dos Vales-MG – Trecho após Medeiros Neto-BA em direção a Umburativa-MG.

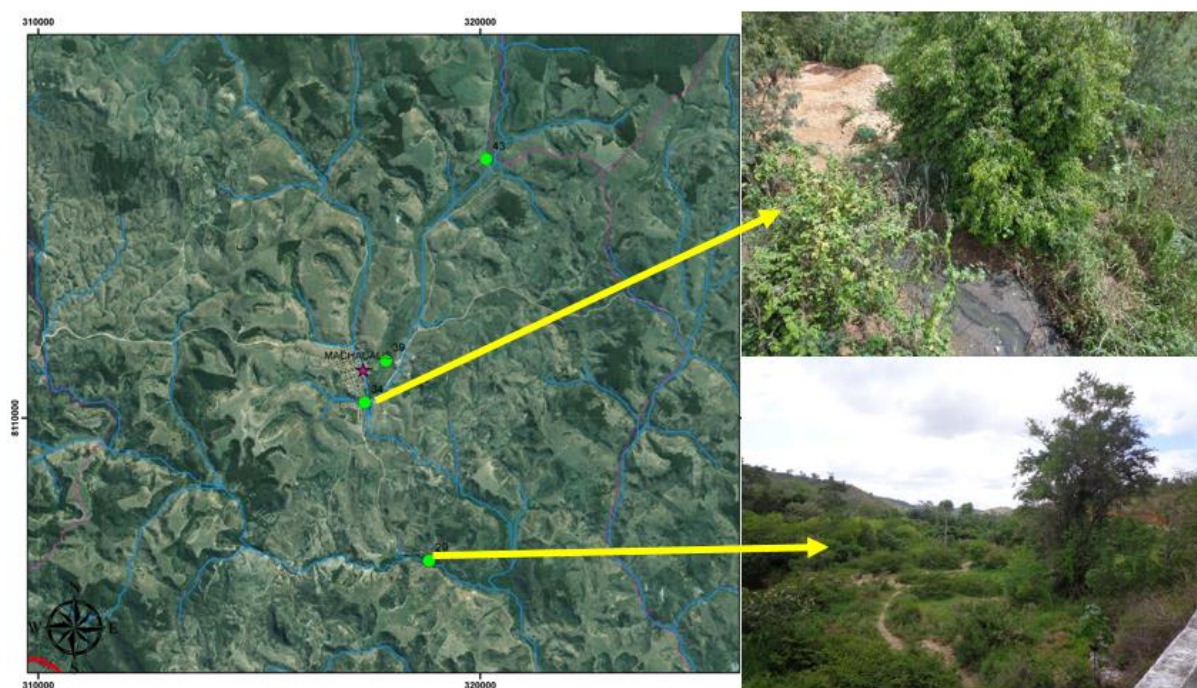


Figura 9. Levantamento realizado durante o trajeto percorrido durante a excursão a nascente do rio Itanhém, partido de Teixeira de Freitas-BA até Fronteira dos Vales-MG – Trecho após Machalis-MG, com córrego transformado em esgoto e nascentes preservadas.

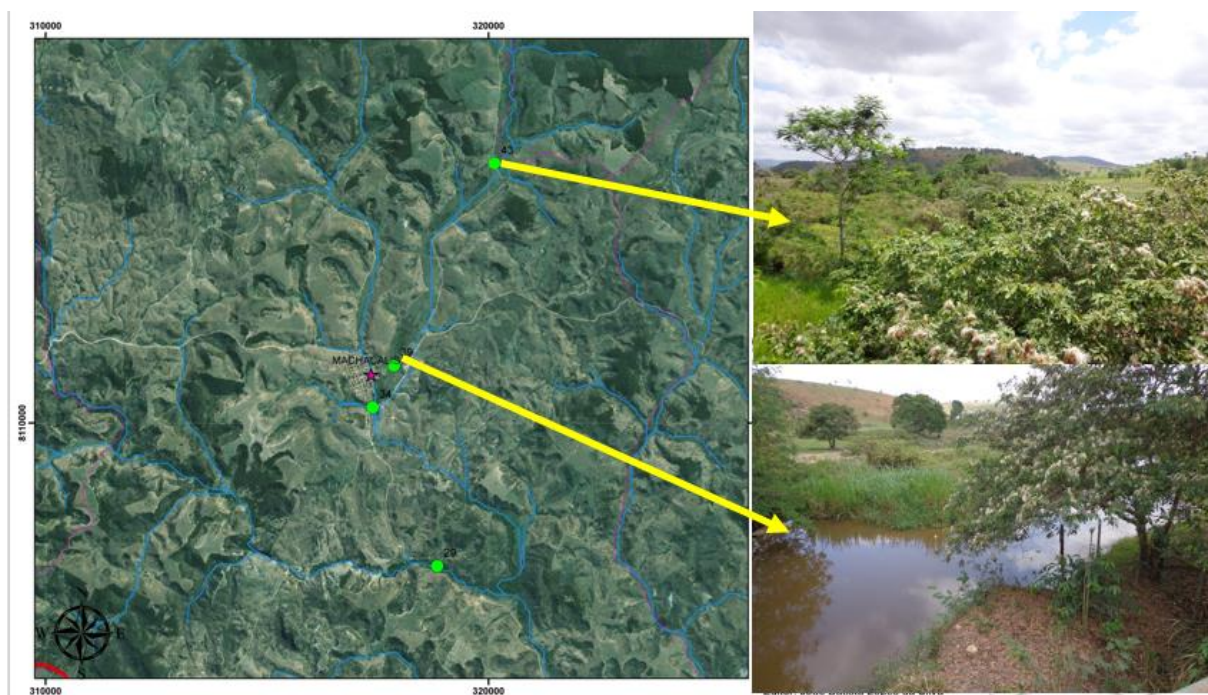


Figura 10. Levantamento realizado durante o trajeto percorrido durante a excursão a nascente do rio Itanhém, partido de Teixeira de Freitas-BA até Fronteira dos Vales-MG – Trecho após Machalis-MG, com nascentes preservadas.

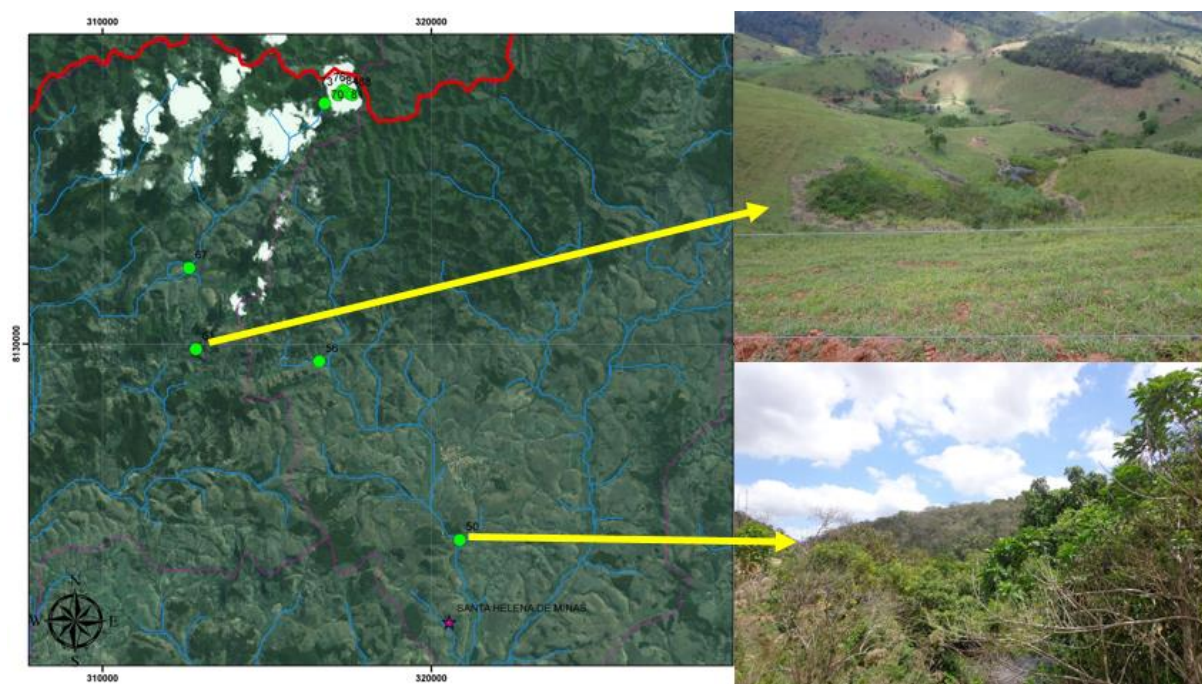


Figura 11. Levantamento realizado durante o trajeto percorrido durante a excursão a nascente do rio Itanhém, partido de Teixeira de Freitas-BA até Fronteira dos Vales-MG – Trecho em Fronteira dos Vales-MG, com nascentes preservadas.

1.3. Situação do uso e ocupação do solo na bacia do rio Jucuruçu em 2013 no estado da Bahia

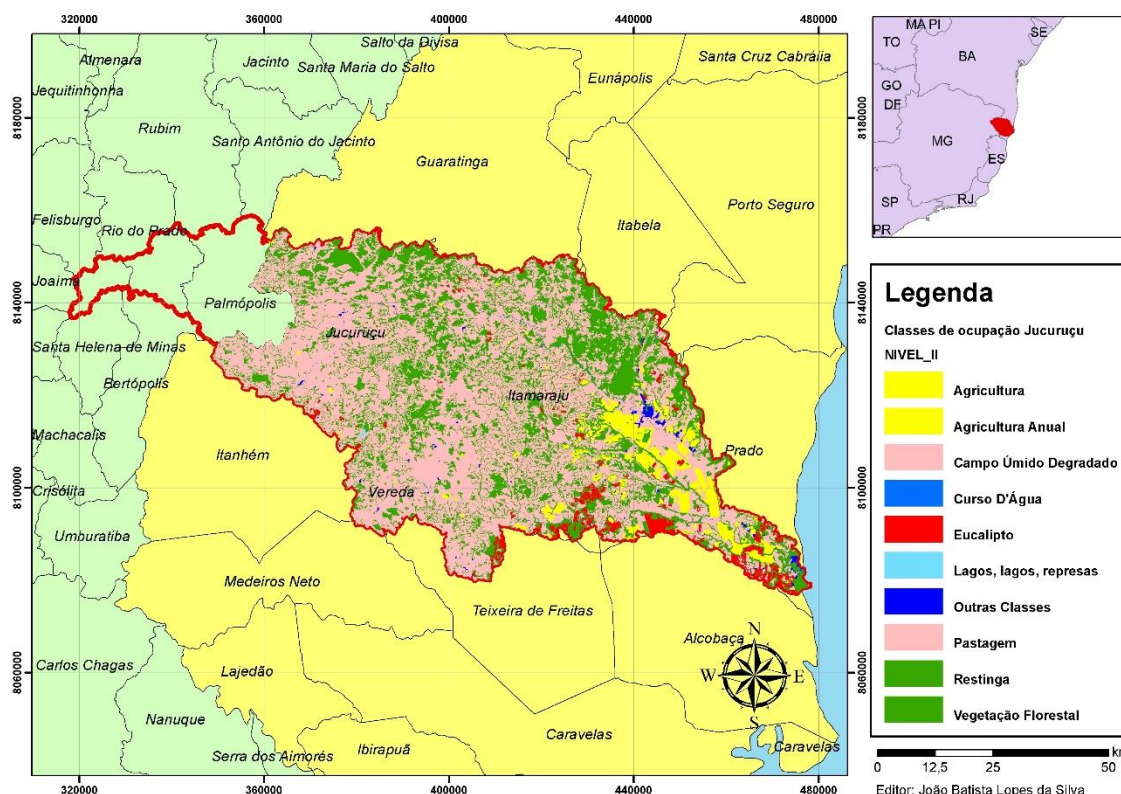


Figura 12. Situação do uso e ocupação do solo na bacia do rio Jucuruçu em 2013. (Fonte: Fórum Florestal, 2016).

Tabela 3. Classes de uso e ocupação do solo na bacia do rio Jucuruçu em 2013

Classes de ocupação de uso e ocupação do solo	Área (km ²)	Área (%)
Agricultura	204,39	3,90%
Agricultura Anual	58,94	1,12%
Campo úmido Degradado	76,65	1,46%
Curso de água	7,28	0,14%
Eucalipto	119,34	2,28%
Lagos, lagos, represas	2,01	0,04%
Outras Classes	27,65	0,53%
Pastagem	3.119,94	59,54%
Restinga / Mangue / Mussununga / Afloramento	142,02	2,71%
Vegetação Florestal	1.481,57	28,28%
Total na Bahia	5.239,812	100,00%

Fonte: Fórum Florestal, 2016.

**Plano de ações que devem ser desenvolvidas pelo Comitê de Bacias dos rios
Peruípe, Itanhém e Jucuruçu para o ano de 2017**

Para reverter o quadro apresentado nas tabelas 1 a 3 – onde as bacias apresentam de vegetação nativa somente: rio Peruípe, 20,33%; rio Itanhém, 17,44%; e rio Jucuruçu, 28,28% – propõem-se as seguintes ações:

1. Novas incursões aos principais rios da bacia, como feito à nascente do rio Itanhém. Assim, deve ser feito incursões aos rios Peruípe e Jucuruçu;
2. Também deve ser realizadas incursões e identificação de nascentes dos rios e seus afluentes. Estas identificações devem ser realizadas com equipamento de Geolocalização do tipo GNSS (GPS, GLONASS, GALILEU);
3. Após a identificação das nascentes, devem ser escolhidas algumas para projeto piloto:
 - a. Identificação da necessidade de controle mecânico de erosão;
 - b. Cercamento da área escolhida;
 - c. Verificação da necessidade de desbaste da área;
 - d. Identificação das espécies vegetais mais adaptadas à área e a condição que a vegetação da nascente;
 - e. Escolha do método de recuperação: plantio de mudas; sacos de aniagem; serapilheira; etc.
4. Palestras itinerantes às comunidades:
 - a. Formas de conservação de solo e água
 - b. Manejo da irrigação
 - c. Legislação ambiental
 - d. Legislação sobre recursos hídricos
5. Reuniões do Comitê de Bacias itinerantes
 - a. Realizar reuniões em locais diferentes

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Sobre as Mudanças climáticas, o Plano Costa das Baleias traz as seguintes considerações:

Existe hoje um amplo consenso científico e político de que estamos entrando num período de mudanças climáticas sem precedentes e, de acordo com o IPCC, sigla em inglês para Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, nenhuma região do planeta estará total- mente a salvo dos efeitos decorrentes dessas alterações.

Os cenários climáticos projetados pelo IPCC até o final deste século, do mais otimista ao mais pessimista, sinalizam um aumento da temperatura média mundial entre 2 a

4,5°C, em relação à temperatura média do período 1980 – 1999 (IPCC, 2007, p. 12). Isto trará consequências graves para todos os setores da sociedade.

A combinação das alterações do clima, escassez de chuva associada a altas temperaturas e altas taxas de evaporação, poderá levar a uma crise nos recursos hídricos e intensificar as dificuldades de acesso à água. A agricultura e a geração de hidroeletricidade poderiam ser afetadas por mudanças na distribuição das chuvas ou na ocorrência de períodos secos extensos.

Na América do Sul, temperaturas mais altas e uma maior duração da estação seca poderão aumentar a frequência de estiagens sazonais rigorosas iniciadas pelo episódio El Niño / Oscilação Sul (ENSO) e de anomalias da temperatura da superfície do mar (SST) no Atlântico, contribuindo para incêndios cada vez mais frequentes e intensos, os quais ameaçarão a distribuição e integridade ambiental dos biomas brasileiros, em particular os predominantemente florestais e com maior riqueza de espécies e endemismo: a Amazônia e a Mata Atlântica (MARENGO et al. 2009, citados por ALEIXO et.al, 2010, p.194).

A mudança climática poderá alterar a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas, podendo haver a perda de biodiversidade e de recursos naturais, ainda mais quando se acrescentam às mudanças climáticas os efeitos das alterações da cobertura de vegetação, especialmente desmatamentos.

Populações de espécies ameaçadas terão um risco maior de extinção em função do sinergismo de pressões adversas, incluindo mudanças de uso da terra e fragmentação de habitats. A perda irreversível de espécies acarretará impactos adversos em atividades socioeconômicas em função da alteração de serviços ambientais, como polinização e controle natural de pragas e pestes, e atividades recreativas, incluindo o ecoturismo (CANHOS et.al, 2008, p. 139 e 140).

Ecossistemas costeiros e ribeirinhos em áreas sob influência das marés poderão ser profundamente alterados, com uma eventualmente rápida elevação do nível do mar. Segundo Marengo et.al. (2010, p. 37) os recifes de corais são especialmente vulneráveis às mudanças na temperatura da água; calcula-se que um aumento entre 3°C e 4°C causaria sua morte.

A mudança climática poderá acarretar aumento do risco de incidência de doenças como malária, dengue, febre amarela e encefalite. Tais doenças teriam condições mais favoráveis para se expandir num planeta mais quente, em parte porque os insetos que as carregam (caso da malária e da dengue) teriam mais facilidade para se reproduzir. Aumentaria ainda o risco de contrair, por meio da água, salmonelose, cólera e outras doenças (MARENGO et. al., 2010, p. 37).

Também é senso comum que o aumento da temperatura global deverá afetar de modo mais intenso as regiões mais pobres do planeta, menos aptas a se adaptarem às transformações impostas pelo clima. No Brasil, a região mais vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas é o Nordeste, que ainda é a mais carente do país e que apresenta os mais elevados níveis de concentração de renda e desigualdades socioeconômicas.

O estudo "Mudanças Climáticas na Costa das Baleias" realizado pelo Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, como parte deste plano, concluiu que os cenários de clima no futuro projetados para a região da Costa das Baleias no período de 2071 a 2100, indicam que o aumento da temperatura do ar e do vento e a redução da precipitação e da umidade relativa do ar, são compatíveis com aqueles apresentados por Marengo et al (2007) para a região Nordeste, o que deve resultar em redução da disponibilidade hídrica. Recomenda ainda que o efeito do balanço hídrico integrado nas bacias hidrográficas ou em parcelas de cultivo deve ser investigado em trabalhos futuros, de maneira que a gestão dos recursos hídricos e o planejamento do desenvolvimento regional possam considerar os possíveis impactos sobre o abastecimento humano e animal, a demanda para cultivos agroflorestais e geração de energia hidrelétrica, e prever medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A pesquisa "Mudanças Climáticas, Migrações e Saúde: Cenários para o Nordeste", coordenada pelo CEDEPLAR/UFMG e FIOCRUZ (2008), indica os seguintes impactos sociais e econômicos das mudanças climáticas sobre o Nordeste do país nas próximas décadas:

a. Queda do PIB e diminuição das terras férteis:

No cenário mais drástico, as mudanças climáticas podem provocar uma redução média de 11,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste até 2050. O setor agrícola, base da subsistência de milhões de famílias, deve ser o mais afetado, uma vez que mudanças na temperatura e no regime de chuvas afetam a disponibilidade de terras aptas para a

agropecuária. Outra consequência esperada da retração no setor é a transferência dos agricultores para outras regiões de seus Estados ou do país ou ainda para setores da economia menos afetados

b. Diminuição da renda e do consumo das famílias:

A queda do PIB e o aumento população deverão levar, no cenário de efeitos climáticos mais intensos, a renda per capita dos nordestinos a crescer 11,9% menos do que aumentaria até 2050 sem as alterações no clima. Com aumento moderado da temperatura, o crescimento da renda até 2050 será 6,4% menor. Em alguns casos, essa redução do nível de incremento poderá causar uma diminuição real na renda per capita de algumas regiões. Como a renda é fundamental para a capacidade adaptativa, pode-se esperar que parte da população, em especial aquela de mais baixo nível educacional, tenha maior dificuldade para migrar e lidar com os impactos das mudanças climáticas.

c. Migração em alta a partir de 2035:

Por afetarem a agricultura, em especial a agricultura de subsistência, as mudanças climáticas devem influenciar os fluxos de migração no Nordeste nas próximas décadas. Caso o cenário pessimista se confirme, a taxa de migração, hoje em queda, pode crescer de modo significativo em pouco mais de 20 anos e alcançar 0,36% da população no período 2035-2040 e 0,34% no período 2045-2050. São índices, respectivamente, 24% e 17% mais elevados do que a taxa que se observaria (0,29%) na ausência de mudanças climáticas.

d. Vulnerabilidade a doenças e mais gastos na saúde:

O crescimento mais lento da economia, associado a uma possível redução de trabalho nas áreas mais afetadas pela seca, pode desencadear importantes ondas migratórias. Projeções demográficas sugerem o aumento de até 24% nos índices de migração. Com o rearranjo populacional cresce a probabilidade de disseminação de enfermidades endêmicas no Nordeste, como mal de Chagas, dengue, leptospirose e esquistossomose, além da leishmaniose visceral e da leishmaniose tegumentar. Além de contribuir – ainda que de forma indireta – para o espalhamento dessas doenças infecciosas dependentes do clima, a elevação da temperatura poderá agravar as enfermidades crônico-degenerativas da população de idosos, que deve quadruplicar de tamanho e somar 13,5 milhões de pessoas com mais de 65 anos em 2050. O impacto das mudanças climáticas sobre a vida das pessoas deve aumentar os gastos municipais e estaduais com saúde e assistência social. A necessidade de investimento nessas

áreas pode ainda ser ampliada por outro fator: o envelhecimento da população, consequência da queda na fecundidade e do aumento da longevidade.

A pesquisa conclui ainda que: a) Maranhão, Bahia, Alagoas e Ceará são os estados que apresentarão mais dificuldade para lidar com os efeitos das mudanças climáticas sobre as doenças infecciosas e a saúde infantil; b) os estados mais vulneráveis a enfrentar problemas com a desertificação são Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Ceará; c) Pernambuco, Ceará e também a Paraíba devem sentir mais a interferência do clima na economia e nas taxas de migração, ao passo que Bahia e Ceará são mais suscetíveis a sofrer aumento nos gastos de saúde.

Desse modo, a adoção de estratégias de adaptação, deve ser parte imprescindível das Políticas Públicas. Estratégias de adaptação – ao lado de ações de mitigação – necessitam incluir a elaboração de políticas e planejamento de longo prazo que se traduzam em resultados no curto prazo com vistas a minimizar as consequências das mudanças do clima na região, assim como prepará-la para melhor adaptar-se aos impactos inevitáveis.

Programas públicos de transferência de renda, como o Bolsa Família, podem amenizar os problemas econômicos gerados pelas mudanças climáticas. Eles devem aumentar a capacidade adaptativa das pessoas e diminuir o impulso migratório. Mas não passariam de medidas paliativas. Sem a ação integrada de todas as esferas de governo (municipal, estadual e federal), da sociedade civil organizada e até mesmo da população, não haverá avanços significativos (CEDEPLAR e FIOCRUZ, 2008, p. 45). Para evitar que os piores cenários se concretizem, será necessário construir, o mais breve possível, uma economia de baixo carbono, o que exige ampla reestruturação dos investimentos socioeconômicos e reformulação de nosso modo de vida, mais próximos, o quanto possível, da chamada sustentabilidade (CEDEPLAR e FIOCRUZ, 2008, p. 4).

DESENVOLVIMENTO URBANO

O maior município do Território é Teixeira de Freitas, classificado nas Regiões de Influência das Cidades (2008) como Centro Sub-Regional A, tendo como subpolo o município de Itamaraju (Centro de Zona A).

Teixeira de Freitas pertence à rede de influência do Rio de Janeiro, ao qual se liga através de Vitória (ES). Exerce influência direta sobre os centros locais Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa e Vereda, sendo

polo também para Itamaraju (Centro de Zona A), que por sua vez atrai para sua rede o município de Prado.

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

O Território de Identidade Extremo Sul possui uma população total de 416.859 habitantes, com densidade de 24,81hab/km². No período de 2000 a 2010 apresentou crescimento de 12,01%. O município de Teixeira de Freitas, que é um Centro Sub- Regional A, abriga a maior população com 138.341 habitantes, número muito acima do município de Lajedão, com apenas 3.733 habitantes. (Governo do Estado da Bahia, 2012)

Teixeira de Freitas é o município de maior porte, com mais de 100 mil habitantes, seguido de Itamaraju, na faixa entre 50 e 100 mil habitantes. Alcobaça, Caravelas, Itanhém, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa e Prado encontram-se na faixa com população entre 20 e 50 mil. Apenas um município, Jucuruçu, tem população entre 10 e 20 mil habitantes. Já Lajedão, Vereda e Ibirapuã têm população inferior a 10 mil habitantes.

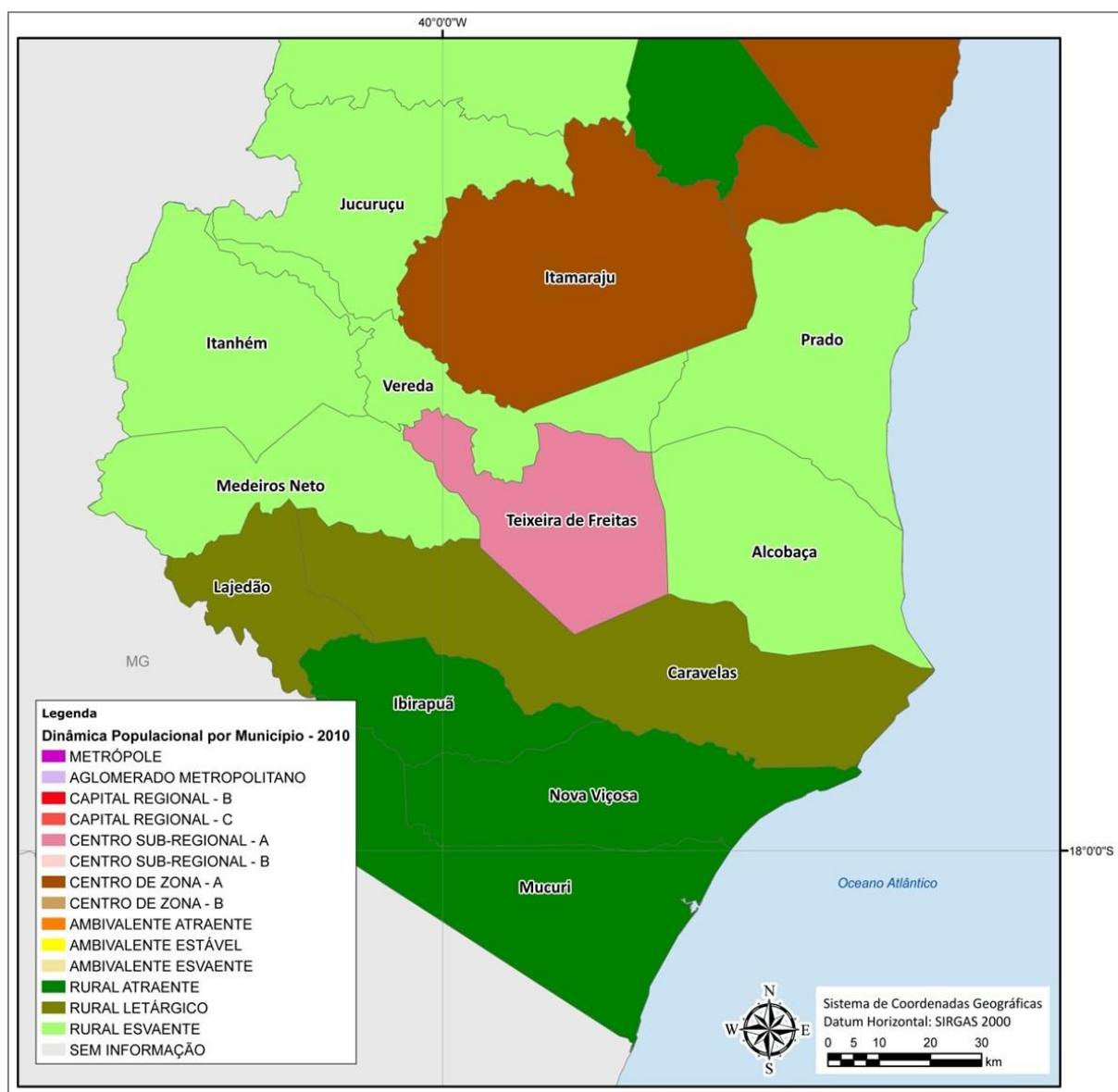
Municípios	População			Variação		Densidade Demográfica		Situação do Domicílio		Taxa de Urbanização	Dinâmica Populacional	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010	2000	2010	Urbana	Rural		2000	2010
Alcobaça	15.410	20.900	21.271	35,63	1,78	14,16	14,36	11.085	10.186	52	Rural Atraente	Rural Esvaente
Caravelas	19.763	20.103	21.414	1,72	6,52	8,4	8,95	11.309	10.105	53	Rural Letárgico	Rural Letárgico
Ibirapuã	8.290	7.096	7.956	-14,4	12,12	9,02	10,1	4.532	3.424	57	Rural Esvaente	Rural Atraente
Itamaraju	64.308	64.144	63.069	-0,26	-1,68	27,02	27,73	49.785	13.284	79	Ambivalente Esvaente	Centro de Zona A
Itanhém	23.225	21.334	20.216	-8,14	-5,24	7,24	13,81	14.206	6.010	70	Rural Esvaente	Rural Esvaente
Jucuruçu	16.012	12.377	10.290	-22,7	-16,86	8,59	7,36	2.292	7.998	22	Rural Esvaente	Rural Esvaente
Lajedão	3.818	3.409	3.733	-10,71	9,5	5,55	6,08	2.076	1.657	56	Rural Esvaente	Rural Letárgico
Medeiros Neto	23.059	21.235	21.560	-7,91	1,53	17,02	17,4	17.964	3.596	79	Rural Esvaente	Rural Esvaente

Mucuri	17.606	28.062	36.026	59,39	28,38	15,79	20,23	27.492	8.534	76	Rural Atraente	Rural Atraente
Nova Viçosa	25.570	32.076	38.556	25,44	20,2	24,18	29,15	33.526	5.030	87	Rural Atraente	Rural Atraente
Prado	22.632	26.498	27.627	17,08	4,26	15,83	15,87	15.474	12.153	56	Rural atraente	Rural esvaente
Teixeira de Freitas	85.547	107.486	138.341	25,65	28,71	92,97	118,86	129.263	9.078	93	Centro Urbano	Centro Sub- regional A
Vereda	8.914	7.450	6.800	-16,42	-8,72	8,99	7,78	1.379	5421	20	Rural Esvaente	Rural Esvaente
TI Extremo Sul	34.154	72.170	16.859	11,38	12,01	21,63	24,81	320.383	96.476	78	-	-

Evolução populacional (1991-2010) e dinâmica populacional (2000-2010) do Território de Identidade Extremo Sul, por município.

Na década de 1990, o TI Extremo Sul teve um crescimento de 11,38%, acima da média do estado da Bahia. De 2000 a 2010, com crescimento de 12,01%, ultrapassou em quase 5% a média do Estado. O maior crescimento em todo período foi de Teixeira de Freitas, que na década de 1990 cresceu 25,65% e no período entre 2000 e 2010 cresceu 28,71%. Acima das médias do Estado e do Território estão também os municípios de Mucuri e Nova Viçosa.

Em 2010, o município Teixeira de Freitas foi elevado de Centro Urbano (em 2000) à categoria Centro Sub-regional A e o município de Itamaraju passou a Centro de Zona A, em 2010. Além destes, apenas Ibirapuã teve um significativo crescimento passando de rural esvaente em 2000 a rural atraente, em 2010. Sete municípios têm mantido sua classificação estacionada no período, apenas dois deles em situação favorável: Mucuri e Nova Viçosa, como rurais atraentes. Itanhém, Jucuruçu, Medeiros Neto e Vereda são rurais esvaentes, e Caravelas em pior situação manteve-se classificado como rural letárgico. Os municípios que caíram uma categoria são Alcobaça e Prado, de rural atraente, em 2000, para rural esvaente, em 2010, e por último Lajedão, de rural esvaente para rural letárgico. Dos treze municípios, onze foram classificados como rurais quanto ao padrão de ocupação, configurando o perfil predominante do Território (Governo do Estado da Bahia, 2012).



Fonte: IBGE, 2011b. Elaboração: GTA, 2012.

GÊNERO

Nos períodos de 1991 a 2000 e de 2000 a 2010, as populações masculina e feminina estão gradativamente mais próximas em número, o que se verifica principalmente nos polos, Teixeira de Freitas e Itamaraju, que tem apresentado predominância da população feminina.

Municípios	1991		2000		2010	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres

Alcobaça	7.959	7.451	10.677	10.223	10.815	10.456
Caravelas	10.042	9.721	10.228	9.875	10.873	10.541
Ibirapoã	4.221	4.069	3.625	3.471	4.098	3.858
Itamaraju	32.346	31.962	32.318	31.826	31.460	31.609
Itanhém	11.846	11.379	10.880	10.454	10.295	9.921
Jucuruçu	8.434	7.578	6.555	5.822	5.399	4.891
Lajedão	1.995	1.823	1.733	1.676	1.837	1.896
Medeiros Neto	11.620	11.439	10.701	10.534	11.049	10.511
Mucuri	9.181	8.425	14.328	13.734	18.186	17.840
Nova Viçosa	12.969	12.601	16.272	15.804	19.418	19.138
Prado	11.546	11.086	13.588	12.910	13.990	13.637
Teixeira de	42.818	42.729	53.189	54.297	68.077	70.264
Vereda	4.635	4.279	3.952	3.498	3.564	3.236
TI Extremo	169.612	164.542	188.046	184.124	209.061	207.798

JUVENTUDE

Segundo o (Governo do Estado da Bahia, 2012) obedecendo à tendência nacional e também estadual, há uma contínua modificação na pirâmide etária: a base se estreita e o topo se alarga, alterando o perfil da demanda por serviços públicos. Considerando apenas os domicílios particulares permanentes, os dados da Tabela 12 demonstram que em 19,36% dos domicílios residem responsáveis com cônjuge e em 38,27% estes são acompanhados de filhos ou enteados. O Território de Identidade Extremo Sul apresenta uma densidade domiciliar de 3,36, pouco abaixo da média estadual que é de 3,41 habitantes por domicílio.

Município	1991			2000			2010		
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais
Alcobaça	43,88	51,95	4,17	36,67	58,09	5,23	29,77	63,7	6,53
Caravelas	42,22	53,01	4,77	35,32	58,45	6,23	29,17	63,89	6,94
Ibirapoã	38,9	54,69	6,41	30,27	61,47	8,26	26,02	64,12	9,87
Itamaraju	43,15	53,07	3,78	34,27	60,5	5,22	27,56	65,04	7,39
Itanhém	39,09	55,47	5,45	31,82	60,12	8,06	24,43	64,33	11,25
Jucuruçu	46,3	49,86	3,84	37,37	57,43	5,2	28,08	63,94	7,99
Lajedão	36,25	57,83	5,92	29,63	61,81	8,57	24,43	65,28	10,29

Medeiros Neto	37,86	56,58	5,56	31,52	60,81	7,67	25,17	64,53	10,3
Mucuri	42,58	53,81	3,61	36,28	59,62	4,1	29,59	65,41	5
Nova Viçosa	42,71	53,3	3,99	36,85	58,19	4,96	30,05	63,7	6,25
Prado	45,03	51,44	3,53	37,81	57,64	4,55	31,17	62,7	6,13
Teixeira de Freitas	39,49	57,01	3,5	32,51	62,74	4,75	26,59	67,38	6,04
Vereda	40,46	54,8	4,73	34,86	58,08	7,06	27	63,07	9,93
TI Extremo Sul	41,38	54,06	4,56	34,24	59,61	6,14	27,62	64,39	7,99

População residente por grupos de idade, para os anos de 1991, 2000 e 2011, por município do Território de Identidade Extremo Sul, em porcentagem (%). Fonte: IBGE, 1991; IBGE, 2000; IBGE, 2011b. Elaboração: GTA, 2012.

Destacam-se as **POPULAÇÕES TRADICIONAIS** que, segundo o Plano Territorial (PTDRS Extremo Sul da Bahia, 2011) caracterizam-se assim:

Ciganos

As comunidades de Ciganos existentes no Território do Extremo Sul estão nos 13 municípios mais vale destacar Teixeira de Freitas, Medeiros Neto (com representante na Câmara de vereadores) com bairros onde eles estão inseridos. Apesar da existência são comunidades introspectivas e de vida distante da comunidade do município. É sabido que não existe política pública destinada a este público.

Pescadores

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em seis municípios, estimando um universo total de 12 associações e colônias de pescadores artesanais, porém estas não possuem articulações em conjunto, consequentemente perdendo a sua força de representação política. Motivo pelo qual os poucos investimentos alocados não atingem os seus objetivos em função da falta de continuidade e da pequena conscientização por parte dos pescadores.

Segundo o (PTDRS Extremo Sul da Bahia, 2011), nas colônias visitadas foi observada a existência de uma frota pesqueira pequena e sucateada. A maioria dos pescadores cadastrados nas colônias e associações não possui embarcação própria, segundo os presidentes consultados, a maioria dos pescadores trabalha em parceria com médios e grandes atravessadores. As embarcações na sua maioria não possuem registro junto a marinha, o que

dificulta qualquer tipo de investimento junto aos órgãos financiadores. Outro grande empecilho do desenvolvimento da pesca no Território é a carência de infraestrutura para recepção, conservação e beneficiamento nos pontos de desembarque, o que favorece o surgimento da cadeia de intermediação, encarece o produto para o consumidor e baixa a qualidade.

No litoral do Território identificam-se as comunidades de pescadores, destacando os municípios de Mucuri, Prado, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Caravelas e Alcobaça. A maioria dos pescadores não possui barco e dependem da parceria, e seus produtos são vendidos a atravessadores.

“A falta de um conhecimento mais amplo dos recursos pesqueiros, suas potencialidades e as características da plataforma continental da região Nordeste, tornando a pesca no Estado da Bahia eminentemente artesanal, sendo que apenas 9,5% do pescado são capturados por micro e pequenas empresas – cooperativas e frigoríficos, proprietários ou arrendatários de embarcação, que também utilizam dos mesmos métodos de captura dos pescadores.” (Bahia pesca)

“Têm muitos que querem deixar por causa da dureza que a pescaria tá enfrentando. Mas tá acontecendo é o contrário: tá é aumentando o número de pescadores aqui, por uma questão de sobrevivência mesmo, a pesca abraça aquele que não tem outra oportunidade.” Uilson Lixinha.

Comunidade Quilombolas

Desconsiderados pelos portugueses os índios e os negros eram considerados como seres inferiores, animais, pagão desconhecido de Deus, sem direito a respeito, a vida digna e feliz. O que justificava tamanho descaso e que a guerra contra o pagão era considerada justa. Assim como, apropriar-se dos despojos de uma guerra justa. A classe dominante dos latifundiários e ruralistas, aqueles negros não possuíam o direito sequer de ter uma história. Nos dias atuais veem-se os negros continuamente sendo excluídos, pois vivem, em sua grande maioria em taperas de barro batido, sem acesso à educação, saúde, respeito pela dignidade humana e lutam para serem reconhecidos como remanescentes de Quilombo, buscando garantir o domínio da terra, preservação dos traços culturais, educação que viesse resgatar os dialetos e história, e acesso a política agrária e agrícola. (PTDRS Extremo Sul da Bahia, 2011)

No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, foram identificados sete aglomerados, concentrados nos

municípios de Nova Viçosa e Ibirapuã. Porém há registros de algumas Comunidades Rurais Quilombolas, localizadas nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa, Ibirapuã e Mucuri, porém há uma resistência em certificá-las como tal. Por algumas entrevistas feitas pelo NEDETES, viu-se que a questão da propriedade da terra é a grande questão de resistência destas comunidades.

Uma das funções da Fundação Cultural Palmares é formalizar a existência de comunidades Quilombolas, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. 8 comunidades localizadas no Território Extremo Sul são certificadas pela Palmares. São elas:

Estado	Município	Código do IBGE	Comunidade	Data de Publicação
BA	Nova Viçosa	2923001	Helvécia	19/04/2005
BA	Nova Viçosa	2923001	Cândido Mariano*	08/06/2005
BA	Nova Viçosa	2923001	Mutum	08/06/2005
BA	Nova Viçosa	2923001	Naiá	08/06/2005
BA	Nova Viçosa	2923001	Rio do Sul	08/06/2005
BA	Nova Viçosa	2923001	Volta Miúda	08/06/2005
BA	Itanhém	2916005	Mota	13/03/2007
BA	Ibirapuã	2912806	Vila Juazeiro	19/11/2009

Fonte: (Palmares,s.d.)

Comunidades Indígenas

Assegurar que o prazo, o ritmo e a forma de desenvolvimento da implantação das florestas minimizem os impactos danosos ao meio ambiente e à cultura dos índios (Resolução 1.239/96 CRA)

O Território do Extremo Sul possui várias tribos vivendo principalmente nos municípios de Itamaraju e Prado. Os índios Pataxós vivem no Extremo sul da Bahia divididos nas Aldeias Barra Velha, Meio da Mata, Boca da Mata, Trevo do Parque, Guaxuma, Cassiana, Aldeia Nova do Monte Pascoal, Corumbauzinho, Craveiro, Águas Belas, Alegria Nova, Tauá, Pequi, Tiba, Cahy, Aldeia Velha, Coroa Vermelha, Mata Medonha E Ibiriba;

A população indígena vem ao longo dos tempos sendo expulsa de suas terras, até mesmo a criação de Parques nacionais de proteção a natureza é motivo para esse vandalismo e

injustiça, além da perda das terras para os fazendeiros e recentemente para empresas de cultivo de eucalipto.

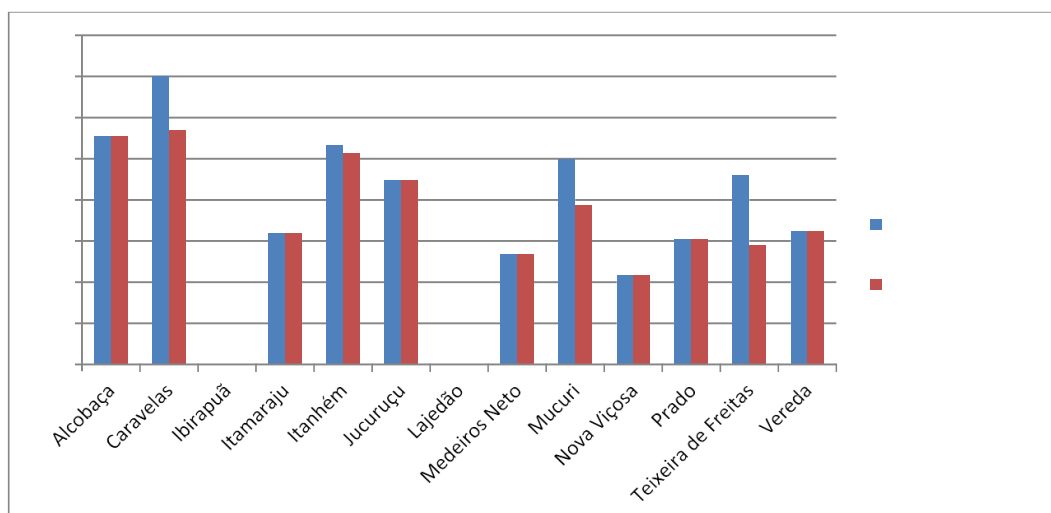
SAÚDE

Apesar de seu porte, o município de Teixeira de Freitas conta com rede hospitalar menor que Caravelas, município este que oferece a maior cobertura hospitalar do Território, seguido por Alcobaça e Itanhém. Dos treze municípios do TI Extremo Sul, apenas Ibirapuã e Lajedão não têm cobertura hospitalar. Jucuruçu e Vereda passaram a oferecer este serviço no período entre 2005 e 2008. Nova Viçosa têm a menor cobertura hospitalar do Território. Todos os municípios que oferecem serviços de saúde contam com unidades conveniadas ao SUS (Sistema Único de Saúde). (Governo do Estado da Bahia, 2012)

Dados da Secretaria da Saúde de 2005 apontam a existência dos seguintes profissionais de saúde da rede pública integrada aos SUS: Médicos: 772; Odontólogos: 180; Enfermeiros: 248

Quanto às doenças transmissíveis de notificação obrigatória, foram registrados os seguintes casos mais frequentes, em 2008: Dengue: 997; Hepatite viral: 197; Hanseníase: 189

Cumprе ressaltar o aumento do número de casos de Dengue, que em 2006 foi de 114 e diminuição dos casos de hanseníase. Em 2015 foi criado o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Extremo Sul da Bahia (Consaúde).



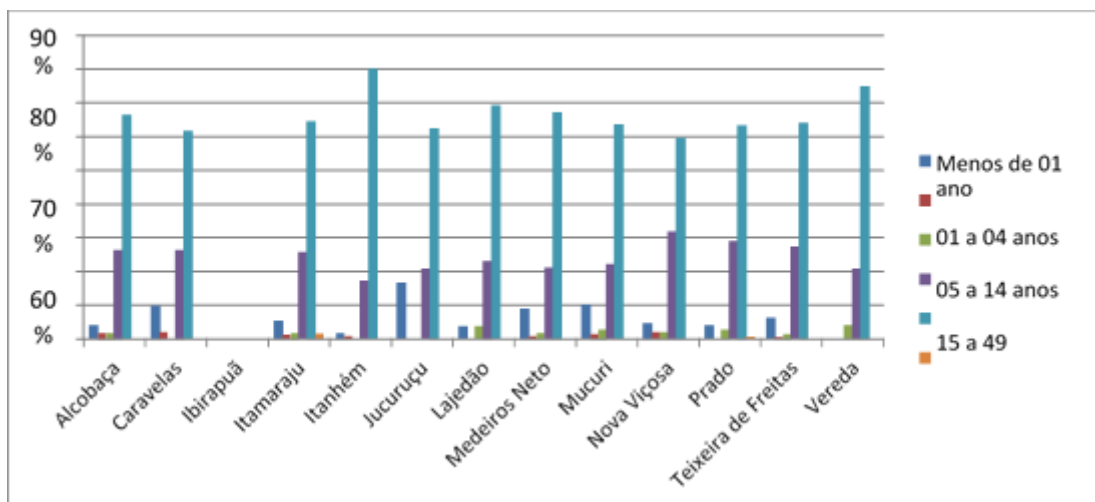
Fonte: SEI, 2010a. Elaboração: GTA, 2012.

Neste Território, quanto ao número de óbitos por grupos de causas, os maiores

percentuais se devem a: I- Doenças do aparelho circulatório: 24,8%; II - Causas externas: 21,40%; III -Causas mal definidas: 14,23%; IV- Neoplasias: 9,36%.

O índice de mortalidade do Território (6,14%) ainda é mais alto que a média do estado da Bahia (5,45%). Quanto ao Índice de Saúde o Território Extremo Sul tem média superior à do Estado, no período de 2004 a 2006. A média se elevou nos níveis de saúde, mas o grau de desigualdade aumentou.(Governo do Estado da Bahia, 2012).

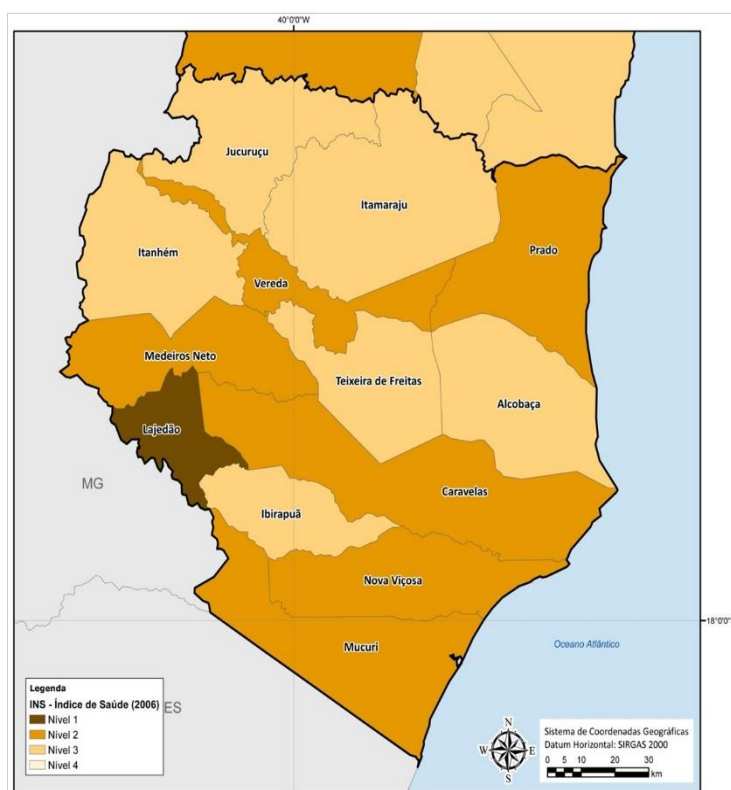
Número de óbitos por faixa etária, por município do Território de Identidade Extremo Sul, para o ano de 2009.



Fonte: SESAB/DIS/SIM, 2011. Elaboração: GTA, 2012.

Os municípios de Lajedão, Caravelas, Jucuruçu, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Prado e Vereda tiveram um aumento significativo no INS (Inquérito Nacional de Saúde). Com exceção de Jucuruçu, estes municípios estão entre os cem com melhor classificação do índice no Estado. Tiveram queda no índice os municípios de Alcobaça, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Mucuri e Teixeira de Freitas, todos abaixo da média do Território. Lajedão é o município com melhor Índice de Saúde do Território e do estado da Bahia, é o único no nível 1. Nenhum dos municípios deste Território se encontra no nível 4, eles se dividem entre os níveis 2 e 3.(Governo do Estado da Bahia, 2012).

Mapa: Classificação dos municípios do Território de Identidade Extremo Sul segundo os níveis de INS, para o ano de 2006.



Fonte: adaptado de SEI, 2010a. Elaboração: GTA, 2012.

EDUCAÇÃO

Segundo o (Governo do Estado da Bahia, 2012), há cobertura para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em todos os municípios do Território, tanto nas zonas urbana como rural. O ensino profissionalizante do SENAC complementa a rede de ensino oferecendo cursos nas áreas de Artes, Comércio, Gestão, Imagem Pessoal e Turismo e Hospitalidade, nos municípios de Itanhém, Itamaraju, Alcobaça, Prado e Teixeira de Freitas, com 906 alunos matriculados (SEI, 2010a).

O ensino superior é atendido pelas seguintes instituições:

- Faculdade do Sul da Bahia: privada, localizada em Teixeira de Freitas, oferece os cursos de graduação em Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Pedagogia, Gestão de Recursos Humanos, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Enfermagem, Engenharia de Produção, Tecnologia em Petróleo e Gás, Tecnologia em Agronegócios, Turismo, Engenharia Mecatrônica, Jornalismo e Marketing. Oferece também cursos de pós-graduação.
- Universidade Estadual da Bahia: localizada em Teixeira de Freitas oferece cursos

de Licenciatura em Matemática, Letras, Pedagogia, História e Ciências Biológicas.

- Faculdade de Ciências Sociais Aplicada – FACISA: localizada em Itamaraju, com cursos de Administração, Direito e Enfermagem.
- UFBA - Licenciatura em Matemática à Distância no polo de Itamaraju.

(Governo do Estado da Bahia, 2012)

- UFSB

Em 16 de agosto de 2011 foi enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 2207/2011 que dispunha sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia. Logo após o anúncio do envio do PL ao Congresso, a Universidade Federal da Bahia, como primeira instituição de ensino superior da Bahia, na condição de tutora, institui uma comissão interna para iniciar o processo de construção do projeto, iniciando uma série de reuniões nos municípios propostos como sede dos novos *campi*.

Em 09 de abril de 2013 a Câmara de Deputados aprova o Projeto de Lei 2207 e o envia ao Senado. Em 8 de maio de 2013, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei 12/2013, incorporando o PL 2207/2011, que propunha o estabelecimento de uma nova instituição federal de ensino superior na Região Sul do Estado da Bahia. Em 5 de Junho, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou-o como Lei 12.818/2013, criando a UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, com Reitoria em Itabuna e *campi* em Teixeira de Freitas e Porto Seguro.

A Comissão de Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB1 foi designada pelo Ministro da Educação, através da Portaria SESu/MEC no. 108/2012, de 26/06/2012. Ampliada por representantes das instituições parceiras e consultores voluntários *ad hoc*, cumpriu sua finalidade numa sequência de reuniões de trabalho, realizadas na Universidade Federal da Bahia, instituição tutora. As datas das reuniões da Comissão de Implantação: 15/8/2012; 22/8/2012; 5/9/2012; 10/9/2012; 26/9/2012; 31/9/2012, 17/10/2012, 15/12/2012, 9/01/2013; 5/3/2013; 20/3/2013.

- IFBaiano

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) foi criado em 2008 e é uma instituição de Ensino Médio e Superior, focado na Educação

Profissional e Tecnológica. Sua proposta é levar alternativas às demandas da comunidade, através de ensino, pesquisa e extensão, articulando-se com o mundo do trabalho.

Assim, egressos do Ensino Fundamental, Médio ou Superior têm a possibilidade de estudar no Instituto através de cursos técnicos – Integrados, Subsequentes (presenciais e EaD), Proeja – de graduação e pós-graduação ou ainda fazer cursos de capacitação ofertados, através de Programas de Extensão.

Número de estabelecimentos, matrículas e docentes por nível de ensino, localização e competência administrativa, para o ano de 2010, do Território de Identidade Extremo Sul.

Nível de Ensino	Rural				Urba			Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular	
Educação Infantil								
Estabelecimentos	-	2	152	-	1	126	49	330
Docentes	-	3	77	-	2	605	143	830
Matrículas	-	75	1.	-	39	9.655	2.102	13.680
Ensino								
Estabelecimentos	-	3	253	-	19	174	51	500
Docentes	-	25	678	-	292	2.447	433	3.875
Matrículas	-	255	10.	-	5.970	55.929	6.304	78.788
Ensino Médio								
Estabelecimentos	1	3	1	-	26	4	10	45
Docentes	1	63	6	-	631	35	106	860
Matrículas	1	1.363	19	-	13.759	360	872	16.534
Educação de								
Estabelecimentos	-	3	63	-	14	92	1	173
Docentes	-	15	159	-	132	538	6	850
Matrículas	-	177	1.	-	2.420	7.511	19	11.823

Fonte: SEI, 2011e. Elaboração: GTA, 2012.

A média do Índice de Educação no Território Extremo Sul supera a média estadual no período considerado, tendo evoluído de 2004 para 2006, com destaque para o município de Teixeira de Freitas com melhor classificação no Território, seguido de Lajedão e Itamaraju. Estes se encontram entre os 50 municípios com melhor Índice de

Educação (2006) do Estado e se enquadram no nível 2. Todos os outros municípios estão no nível 3 e seis deles, Alcobaça, Caravelas, Itanhém, Mucuri, Nova Viçosa e Prado, estão abaixo da média do Território.

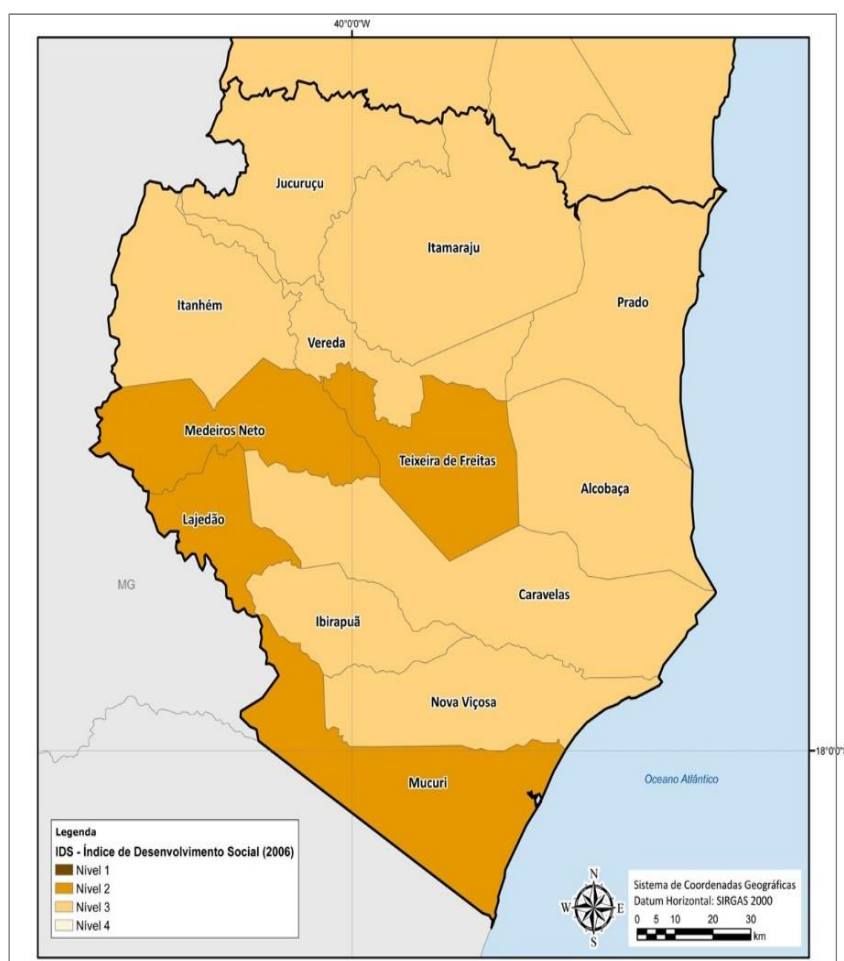
SERVIÇOS BÁSICOS

O Índice de Acesso aos Serviços Básicos é composto pelas variáveis “consumo de água tratada” e “consumo de energia elétrica residencial” apontando a abrangência desses serviços básicos nos municípios, sendo este índice componente do IDS, Índice de Desenvolvimento Social. O Território Extremo Sul como um todo se encontra bem acima da média do Estado, com oito municípios entre os 100 melhor classificados no índice. Entretanto, apenas dois municípios se enquadram no nível 2, Teixeira de Freitas e Lajedão. A maior parte dos municípios se encontra no nível 3 em ISB, com exceção apenas de Vereda e Jucuruçu que estão classificados na pior categoria, nível 4 (SEI, 2010a). (Governo do Estado da Bahia, 2012)

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Índice de Desenvolvimento Social do Território de Identidade Extremo Sul está acima da média estadual em todos os indicadores – INS, INE, ISB, IRMCH – para o ano de 2006 (Figura 40), tendo os municípios de Teixeira de Freitas, Lajedão, Mucuri e Medeiros Neto no nível 2. E o restante dos municípios se encontra no nível 3. (Governo do Estado da Bahia, 2012).

Mapa: Classificação dos municípios do Território de Identidade Extremo Sul segundo os níveis de IDS, para o ano de 2006.



Fonte: adaptado de SEI, 2010. Elaboração: GTA, 2012.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

POBREZA

Os dados da Tabela abaixo demonstram que os indicadores de pobreza no Território são significativos. O Território Extremo Sul apresenta um percentual de 9,36% das famílias vivendo em situação de extrema pobreza. Entretanto, é o terceiro melhor colocado no estado da Bahia que tem média de 14,31%.

Na faixa que indica o número de domicílios sem rendimentos, encontra-se também em terceiro lugar em comparação aos outros Territórios, com 4,69%, também abaixo da média do Estado que é de 5,54%. Em relação aos domicílios na situação de pobreza, com rendimentos mensais per capita inferiores a R\$140,00, encontra-se em sexto lugar, com percentual de 13,27%, pouco acima da média do Estado, 12,92%. O município com maior

percentual de famílias em situação de extrema pobreza é Jucuruçu, com 24,13%, seguido de Prado, com 14,64% e Alcobaça, com 13,87%. Teixeira de Freitas tem o menor percentual em situação de pobreza, 5,76%. Jucuruçu é também o município com maior percentual de domicílios classificados sem rendimentos, com 9,91%. Também com alto percentual nessa faixa estão Caravelas, com 7,89% e Mucuri, com 7,29%, todos acima da média do Estado. (Governo do Estado da Bahia, 2012).

Pobreza por domicílios particulares ocupados, por município do Território de

Municípios	Domicílios particulares ocupados														
	Total	Sem rendimentos				Com rendimento domiciliar <i>per capita</i>								Extrema Pobreza*	
						de R\$1,00 a R\$70,00				de R\$71,00 a R\$140,00				Total	%
		Urb.	Rur.	Total	%	Urb.	Rur.	Total	%	Urb.	Rur.	Total	%		
Alcobaça	6.051	186	157	343	5,67	217	380	597	9,87	417	580	997	16,48	840	13,87
Caravelas	6.133	269	215	484	7,89	207	272	479	7,81	459	602	1.061	17,30	821	13,39
Ibirapuã	2.467	17	64	81	3,28	37	51	88	3,57	139	137	276	11,19	145	5,89
Itamaraju	18.793	470	243	713	3,79	799	381	1.180	6,28	1.885	807	2.692	14,32	1684	8,96
Itanhem	6.248	89	127	216	3,46	332	152	484	7,75	592	350	942	15,08	637	10,19
Jucuruçu	2.926	17	273	290	9,91	66	435	501	17,12	106	377	483	16,51	706	24,13
Lajedão	1.220	13	19	32	2,62	28	24	52	4,26	70	67	137	11,23	75	6,12
Medeiros Neto	6.862	325	98	423	6,16	406	59	465	6,78	774	220	994	14,49	764	11,13
Mucuri	10.606	515	258	773	7,29	251	180	431	4,06	889	412	1.301	12,27	978	9,22
Nova Viçosa	11.209	530	115	645	5,75	579	116	695	6,20	1.404	246	1.650	14,72	1.151	10,27
Prado	7.702	276	227	503	6,53	409	363	772	10,02	637	600	1.237	16,06	1.128	14,64
Teixeira de Freitas	41.311	1.082	94	1176	2,85	1.409	139	1.548	3,75	3.866	425	4.291	10,39	2.379	5,76
Vereda	2.094	11	114	125	5,97	30	148	178	8,50	72	267	339	16,19	266	12,72
TI Extremo Sul	123.622	3.800	2.004	5.804	4,69	4.770	2.700	7.470	6,04	11.310	5.090	16.400	13,27	11.573	9,36

Identidade Extremo Sul, para o ano 2010.

* Os domicílios classificados na “Extrema Pobreza” correspondem a 70,7% do total de pessoas “Sem Rendimento” somados ao total de pessoas com rendimento médio domiciliar *per capita* entre “R\$ 1,00 e R\$ 70,00” (MDS, 2011a).

Fonte: IBGE, 2011d. Elaboração: GTA, 2012.

Exclusão Social

Ainda segundo o (Governo do Estado da Bahia, 2012) a análise dos subíndices que compõem o Índice de Exclusão Social mostra que o Território Extremo Sul, em 2000, já estava acima dos níveis estaduais. Dez de seus 13 municípios estavam entre os 25% com os melhores Índices do estado da Bahia. Seis municípios se encontram acima da linha da exclusão, são eles: Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Mucuri e Teixeira de Freitas, sendo estes dois últimos municípios os que apresentam melhor índice. Desagregando-se o Índice de Exclusão Social temos que: no índice de Pobreza: ainda que seja um dos piores indicadores do estado da Bahia, os municípios do Território Extremo Sul estão acima da média estadual e nenhum deles está abaixo da linha de exclusão. Outro é do Emprego Formal: mesmo estando acima da média estadual, todos os municípios estão abaixo da linha de exclusão. Quanto a desigualdade social: há apenas um município acima da linha de exclusão: Mucuri. Quanto a alfabetização: acima da média do Estado que como um todo não está abaixo da linha de exclusão) nenhum dos municípios está entre os excluídos e Alcobaça, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Mucuri, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas estão no segundo nível de inclusão. Sobre a escolaridade: Teixeira de Freitas está no segundo nível de inclusão. Apenas Jucuruçu e Vereda estão abaixo da linha de exclusão. E quanto aos indicadores de vulnerabilidade, nenhum dos municípios está entre os excluídos.

Indicadores componentes do IES, por município do Território de Identidade de Extremo Sul, para o ano 2000, classificados segundo os quatro níveis do Quadro 5.

Município	Índices que compõem o IES							Exclusão Social
	Pobreza	Emprego Formal	Desigualdade	Alfabetização	Escolaridade	Juventude	Violência	
Alcobaça	0,320	0,072	0,041	0,656	0,291	0,487	0,907	0,363
Caravelas	0,299	0,080	0,047	0,622	0,305	0,506	1,000	0,378
Ibirapuã	0,355	0,110	0,035	0,656	0,266	0,633	1,000	0,410

Itamaraju	0,355	0,091	0,064	0,660	0,311	0,512	0,963	0,391
Itanhem	0,296	0,051	0,055	0,660	0,264	0,587	1,000	0,385
Jucuruçu	0,258	0,035	0,044	0,487	0,154	0,442	1,000	0,328
Lajedão	0,335	0,110	0,068	0,610	0,273	0,654	1,000	0,414
Medeiros Neto	0,320	0,096	0,055	0,663	0,290	0,613	0,985	0,403
Mucuri	0,424	0,207	0,129	0,695	0,413	0,489	0,971	0,444
Nova Viçosa	0,373	0,134	0,059	0,671	0,330	0,483	1,000	0,404
Prado	0,337	0,097	0,064	0,655	0,329	0,450	0,969	0,381
Teixeira de Freitas	0,462	0,120	0,102	0,745	0,427	0,569	0,957	0,447
Vereda	0,246	0,063	0,031	0,581	0,190	0,540	1,000	0,354
Extremo Sul	0,337	0,097	0,061	0,643	0,296	0,536	0,981	0,392

Legenda: Nível 1: verde; Nível 2: amarelo; Nível 3: laranja; Nível 4: vermelho. Fonte: AMORIM; POCHMANN, 2003. Elaboração: GTA, 2012.

BOLSA FAMÍLIA

Os dados levantados indicam que 38,08% da população recebe o Bolsa Família no Território Extremo Sul. No entanto, esse percentual está acima dos índices de pobreza extrema dos municípios, exceto Mucuri, onde o programa não atende a todas as famílias aptas a receber o benefício. (Governo do Estado da Bahia, 2012). Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, por município do Território de Identidade Extremo Sul, para o ano de 2010.

Municípios	População	Domicílios permanentes	Famílias beneficiadas	Porcentagem de Famílias beneficiadas
Alcobaça	21.271	6.051	2.861	47,28%
Caravelas	21.414	6.133	2.842	46,34%
Ibirapuã	7.956	2.467	992	40,21%
Itamaraju	63.069	18.793	8.193	43,60%
Itanhem	20.216	6.248	2.642	42,29%
Jucuruçu	10.290	2.926	1.815	62,03%
Lajedão	3.733	1.220	531	43,52%
Medeiros Neto	21.560	6.862	3.140	45,76%
Mucuri	36.026	10.606	1.635	15,42%
Nova Viçosa	38.556	11.209	4.149	37,01%
Prado	27.627	7.702	3.366	43,70%
Teixeira de Freitas	138.341	41.311	13.880	33,60%
Vereda	6.800	2.094	1.035	49,43%

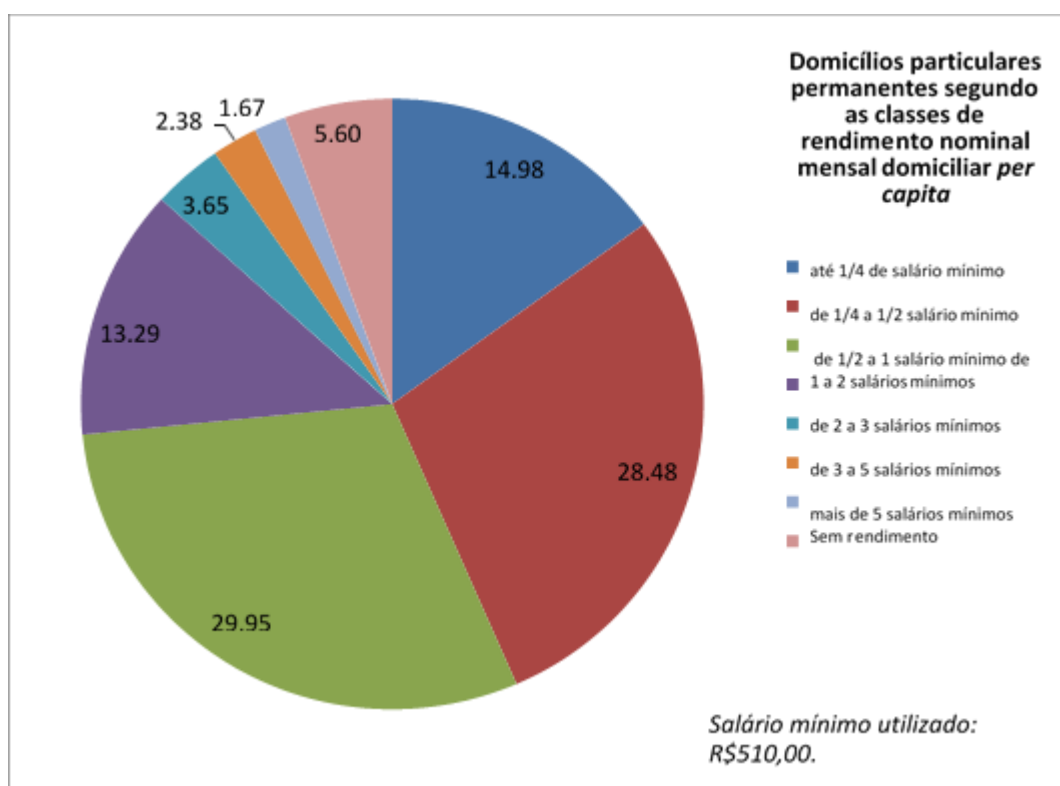
TI Extremo Sul	416.859	123.622	47.081	38,08%
----------------	---------	---------	--------	--------

Fonte: MDS, 2011b. Elaboração: GTA, 2012.

EMPREGO E RENDA

Considerada a capital do Território Extremo Sul, Teixeira de Freitas sempre teve a sua vocação voltada para atividades pecuárias, o que reflete o cenário no Território como um todo. Entretanto, os municípios mais desenvolvidos e que concentram maior população tendem a concentrar os empregos formais nas áreas de administração pública, com 28,03% no Território e comércio, com 21,36%, deixando as atividades agropecuárias apenas em terceiro lugar, com 19,78% seguido de perto pelo setor de serviços com 18,20%. Em 2002, 53,8% estavam na agropecuária, 44% no setor terciário e 3% na indústria.

Distribuição dos domicílios do Território de Identidade de Extremo Sul segundo as classes de rendimento mensal, para o ano de 2009.



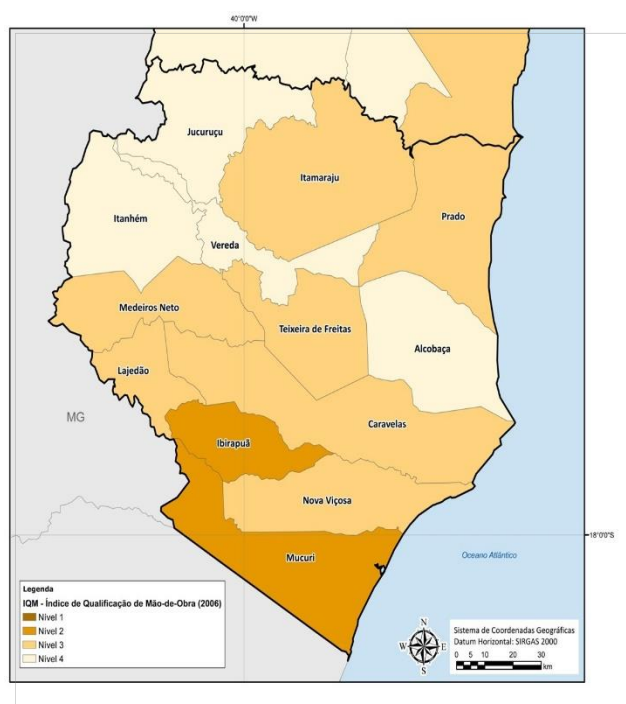
Fonte: MTE, 2011. Elaboração: GTA, 2012.

QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA

O Índice de Qualificação de Mão de Obra aponta municípios em melhor classificação, embora nenhum deles se encontre no nível 1. Mucuri e Ibirapuã se enquadram no nível 2. Sete deles, a maioria, se encontra no nível 3 e apenas quatro estão no nível 4: Alcobaça, Vereda, Itanhém e Jucuruçu. (Governo do Estado da Bahia, 2012).

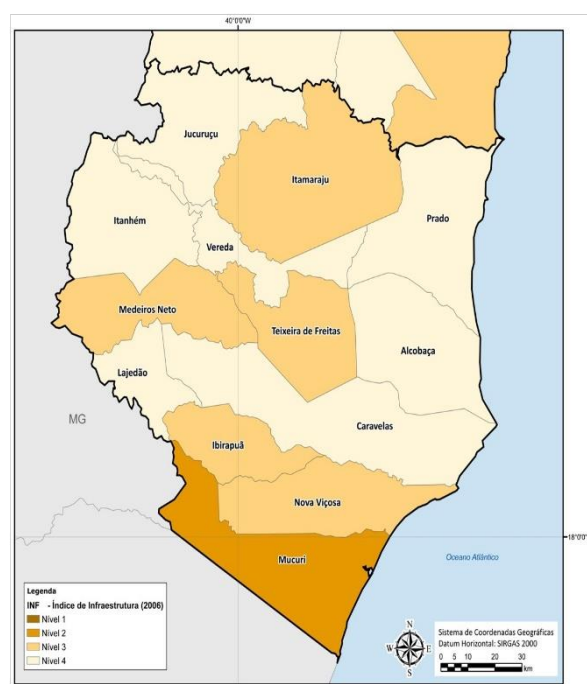
INFRAESTRUTURA

A classificação relativa ao Índice de Infraestrutura revela o Território Extremo Sul predominantemente no nível 4, a categoria mais baixa, com sete municípios nele enquadrados. Cinco municípios, Nova Viçosa, Ibirapuã, Medeiros Neto, Teixeira de Freitas e Itamaraju, estão no nível 3 e apenas Mucuri se encontra no nível 2, melhor classificação do Território. (Governo do Estado da Bahia, 2012).



Mapa: Classificação dos municípios do Território de Identidade Extremo Sul segundo os níveis de IQM, para o ano de 2006.

Fonte: adaptado de SEI, 2010a. Elaboração: GTA,



Mapa: Classificação dos municípios do Território de Identidade Extremo Sul segundo os níveis de INF, para o ano de 2006.

Fonte: adaptado de SEI,

PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

O setor de Serviços é o que mais contribui com o PIB do Território. Apesar do Território ser caracteristicamente rural, o setor Agropecuário é o menos expressivo. O setor da Indústria contribui um pouco acima do agropecuário, tendo como destaque o município de Mucuri, muito à frente dos demais, conforme indica a Tabela abaixo.

PIB por setores econômicos, PIB municipal e PIB *per capita*, por município do Território de Identidade Extremo Sul, para o ano de 2010.

Municípios	Valor adicionado (em milhões de R\$)			PIB (em milhões de R\$)	PIB <i>per capita</i> (R\$)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		
Alcob	74,06	7,53	66,92	154,67	7.611,00
Caravelas	99,74	7,70	67,46	182,53	8.318,00
Ibirap	18,27	6,55	25,74	53,95	6.895,00
Itamaraju	143,39	41,36	238,27	448,99	6.650,00
Itanhé	34,21	7,26	59,05	105,07	4.959,00
Jucuru	27,50	2,51	22,75	54,04	5.052,00
Lajedã	12,49	1,34	11,69	26,28	7.332,00
Medeiros Neto	28,71	25,43	73,94	136,30	6.023,00
Mucur	54,38	605,83	231,96	1.013,58	29.096,00
Nova Viçosa	62,99	22,83	121,00	224,00	6.217,00
Prado	131,38	12,44	88,26	239,60	9.186,00
Teixeira de Freitas	42,94	119,37	640,96	906,74	7.321,00
Vered	18,46	2,05	18,59	40,57	5.512,00
TI Extremo	748,52	862,20	1.666,59	3.586,32	8.474,77
<i>Porcentagem em relação</i>	<i>8,83%</i>	<i>24,04%</i>	<i>46,47%</i>	-	-

Nota: Na composição do PIB municipal também está incluído o Imposto sobre Produtos, que não faz parte da análise no contexto deste Plano Habitacional. Fonte: SEI, 2011b. Elaboração: GTA, 2012.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

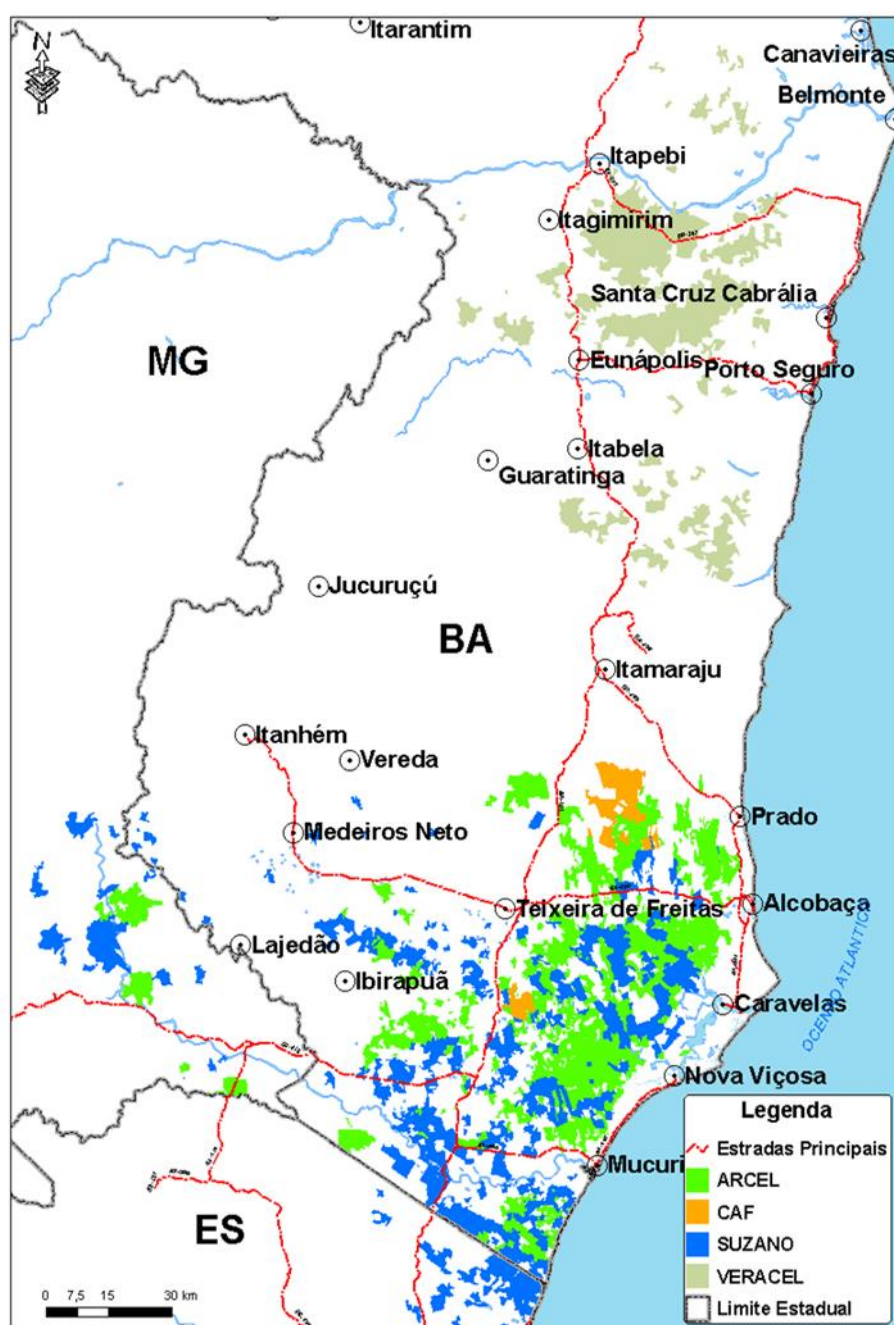
O Índice de Desenvolvimento Econômico – IDE reflete o desempenho do Território quanto aos índices componentes anteriormente analisados, INF, IQM e IPM. Embora a produção do Território de Identidade Extremo Sul, em geral, seja muito baixa, a qualificação da população e infraestrutura estão em nível médio, o que garante bom

desempenho no IDE de alguns municípios. Mucuri é o único na categoria nível 2 e cinco municípios alcançam nível 3: Nova Viçosa, Ibirapuã, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto e Itamaraju. Os sete municípios restantes enquadram-se no nível 4. Ainda que nenhum município esteja no nível 1, melhor classificação, nove deles se encontram entre os 100 melhor qualificados, fazendo com que a média do IDE do Território seja superior à média do estado da Bahia.(Governo do Estado da Bahia, 2012).

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Atualmente o Território apresenta uma concentração fundiária bastante alta (Plano Costa das Baleias 2012), realidade igual à evidenciada em todo o estado da Bahia. Essa constatação é corroborada pelos dados da estrutura fundiária da região e do estado. Destaca-se que tanto para a região, quanto para o estado, há uma concentração de estabelecimentos nas faixas compreendidas entre 5 e 50 hectares.

A concentração de terras medida pelo Gini é muito elevada. No caso do Território o índice de Gini ficou em 0,88250 e para o estado da Bahia o índice ficou em 0,88244. Um fator de crítica social relacionado à questão fundiária diz respeito à alta concentração de terras do Território com a ocupação da silvicultura e o modelo monocultural da atividade, conforme pode ser observado a figura abaixo.



CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS

O levantamento das atuais condições institucionais do Território de Identidade Extremo Sul serve de instrumento para definir as bases a serem utilizadas pelo futuro plano, apontando os pontos críticos e suas potencialidades. A seguir, serão aqui apontadas as estruturas de governo existentes e a legislação disponível em âmbito municipal para lidar com as questões habitacionais.

Instrumentos de Planejamento Municipal: Os seguintes municípios possuem legislação específica sobre:

- Zonas de Interesse Social: Caravelas, Itamaraju, Jucuruçu e Prado.
- Zonas de Interesse Especial:
 - ✓ Ambiental: Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Jucuruçu, Mucuri, Nova Viçosa, Prado.
 - ✓ Histórico: Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa.
 - ✓ Cultural: Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Prado.
 - ✓ Paisagístico: Alcobaça, Caravelas, Itamaraju e Prado.
 - ✓ Arquitetônico: Alcobaça, Nova Viçosa e Prado.
 - ✓ Instrumentos de Política Urbana

PLANO DIRETOR

Pronto: Sete municípios: Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas. Em elaboração: Três municípios: Itanhém, Jucuruçu e Medeiros Neto.

- Parcelamento do Solo: Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas.
- Zoneamento: Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas.
- Código de Obras: Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado.
- Contribuição de Melhoria: Alcobaça, Itamaraju, Mucuri e Teixeira de Freitas.
- Solo Criado: Alcobaça, Itamaraju e Prado.
- Abairramento:
- Plano de Saneamento básico:
- Plano de Resíduos Sólidos:

INSTRUMENTOS DE GESTÃO

- Cadastro do IPTU informatizado (86% dos municípios dispõem de cadastro imobiliário informatizado para cobrança do IPTU)
- Planta Genérica de Valores informatizada: 76% dos municípios;
- Programa de geração de emprego e renda: 76% dos municípios.

CONSELHOS E FUNDOS

- Educação: 85% dos municípios possuem Conselho Municipal de Educação, e 12 municípios possuem Fundo Municipal de Educação;
- Cultura: Alcobaça;
- Desenvolvimento Urbano: Nova Viçosa, e Teixeira de Freitas;
- Meio Ambiente: 19 municípios possuem CMMA e 13 deles, Fundo Municipal de Meio Ambiente.
- Comitê de Bacia: 9 municípios. (ver quais participam do Comitê)

No Território verifica-se que estão instalados os Conselhos Municipais de saúde, da educação, da merenda escolar, meio ambiente, proteção ao idoso, cultura, tutelar, dos direitos da criança e adolescente, educação e cultura, assistência social, alimentação escolar, habitação, direito da mulher, antidroga, acessibilidade, de desenvolvimento rural sustentável; Sindicato dos trabalhadores rurais ligados a FETRAF e FETAG; Sindicato de produtores rurais ligados a FAEB; Pastoral da criança; ONG's; Colônias de pescadores; Associações de classe; Comitê de bacias hidrográficas. (...) Muitas estão inativas, sem nenhuma atividade, outras estão em funcionamento. Identifica-se também no território a presença de diversos movimentos sociais voltados para a reforma agrária, tais como: MST, MLT, FETAG, FETRAF, PNCF. Existem cooperativas de crédito como o Bancoob, Sincoob, Coopexsulba, Cafaed, além de outras que estão em processo de implantação e cooperativas de serviços técnicos, tais como a COOTEBA. Dentre os órgãos governamentais encontra-se a EBDA, CEPLAC, ADAB, BNB, Banco do Brasil, Caixa Econômica, DERBA, IBAMA, Bahia Pesca, UNEB, SUDIC, CERB, IMA, DIREC, DIRES. (PTDRS Extremo sul da Bahia, 2012).

HABITAÇÃO

Dos 13 municípios que compõem o Território, quatro declaram não possuir qualquer instância organizativa para tratar de problemas habitacionais. São eles: Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto e Nova Viçosa. Cinco municípios declaram ter Plano Municipal de Habitação: Caravelas, Itanhém, Mucuri, Nova Viçosa e Prado (MC/SNH/DICT, CAIXA, 2011). Nos oito municípios restantes esse instrumento está em processo de elaboração. Quanto à Regularização Fundiária, apenas Alcobaça e Prado afirmam ter legislação específica. Alcobaça declara ter programas nessa área. Registram a presença de favelas os municípios de Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Prado e Teixeira de Freitas. Em relação à existência de loteamentos clandestinos, registram presença os municípios de Alcobaça, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, e Teixeira de Freitas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - PTDSS é um instrumento para orientar aos integrantes dos Colegiados Territoriais e aos assessores da

política de desenvolvimento territorial na Bahia. Ele pretende agregar qualidade técnica e alto nível de apropriação, para ser um instrumento efetivo de planejamento e suporte à gestão social para o desenvolvimento do Território de Identidade Extremo Sul.

O PTDSS foi construído de forma democrática e participativa. Com participação ativa, dos membros do Colegiado, no processo de construção do Plano. Dado ao acúmulo de registros de processos anteriores de participação social, seja na elaboração dos Planos ou na realização de Conferências Territoriais temáticas ou setoriais, segue uma sistematização das informações, os encaminhamentos e as resoluções, que fazem parte do documento base, para subsidiar a elaboração da nova edição do Plano.

Dimensão Socioeconômica – Procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva.

DESAFIO	POTENCIALIDADES
- Modelo de produção insustentável com base na prática indiscriminada monoculturas seja de eucalipto ou cana de açúcar, de uso de agrotóxicos, além de uso de energia de alto custo para a produção agrícola, e práticas de cultivo e criação que levam a graves problemas ambientais falta de potencialidade e alternativas de fontes de energia para produção. Irregularidade hídrica - pouca presença de política de ATER	- Existência de iniciativas de produção sustentável e agroecológica como quintais produtivos e sistemas agroflorestais. - Presença da agricultura familiar e da economia solidária nas cadeias produtivas da bovinocultura, da pesca artesanal, da ovinocaprinocultura apicultura, mandiocultura, artesanato, criação de pequenos animais, reaproveitamento dos resíduos, - Avanços nas atividades pecuárias como a

pública, gratuita e continuada, com redução de técnicos nas instituições executoras, tendo como uma de suas consequências o uso ineficiente do crédito rural. Impactando na saúde e meio ambiente- Precariedade no processamento, beneficiamento, do mel. Certificação do mel, produção da agricultura familiar agroecológica e produção de empreendimentos da economia solidária, do pescado em geral. - Problemas gerais de comercialização da produção da agricultura familiar com forte presença dos atravessadores, deficiência ou ausência de logística para realização de feiras e dificuldades de escoamento da produção. - Baixo nível de organização dos agricultores familiares tanto no âmbito da produção quanto da comercialização, acentuada pelo descrédito no associativismo e cooperativismo.	melhoria do padrão genético na bovinocultura e ampliação da criação de galinhas caipiras e aves em geral. Diminuição do número de atendimento de famílias por técnicos. Melhoramento genético das espécies vegetais - Os recursos naturais e equipamentos sociais existentes no Território favorecem a prática do Turismo. Criar mecanismos para que equipamentos sociais sejam também favoráveis nas outras cadeias produtivas presentes no plano. - Existência de espaços de comercialização para a agricultura familiar no território. Não existe espaços definidos para comercialização dos produtos da AF - Presença de associações comunitárias. - Existência de programas do governo federal voltados a garantia da segurança alimentar, acesso água e apoio a agricultura familiar (PRONAF, DRS, Plano Safra, PROINF, PAC I e II) e outros programas como o Luz para Todos. - Presença de órgãos promotores e organismos não governamentais executoras de ATER e das Bases de Serviços de Comercialização. (Fonte: PTDRS) A política não chega a todos
---	--

	- O PPA 2016-2019 regionalizado estabelece os seguintes objetivos estratégicos para este território, que dialogam com essa dimensão: a) “Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar” O ppa não menciona e economia solidária b) “Garantir a democratização do acesso a água para uso humano e produtivo de forma racional” (Fonte: PPA). Ter acesso as outras tecnologia sociais de captação produção de água Intensificar a fiscalização do uso da água e gestão dos recursos hídricos
--	---

Dimensão sociocultural e Educacional - Procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios e as características sociodemográficas da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento dos territórios. Quanto à educação, deve ser vista como mecanismo sistêmico de reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos da sustentabilidade dos territórios.

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
Nos aspectos sociais e da saúde existem desafios no território relacionados às	Nos aspectos sociais e da saúde destacam-se as seguintes potencialidades gerais:

seguintes questões gerais: - inexistência, insuficiência e precariedade de equipamentos públicos para atendimento à população do território, tais como centros de convivência, centros de tratamento específico, hospitais de níveis secundários e terciários, serviços como SAMU, unidades de saúde, equipamentos sociais (CREAS, CAPs, etc.) e aterros sanitários. - deficiência na oferta de cursos técnicos e superiores das áreas de saúde e ciências agrárias e falta de estruturação dos já existentes. - deficiência, insuficiência, precarização e falta de qualidade na prestação de serviços à população do território nas áreas social, de saúde e saneamento público nas zonas urbana e rural (implementação de fossas sépticas, cloradores e demais melhorias). - deficiência, insuficiência e rotatividade de profissionais e mercantilização dos serviços médicos. - ausência e insuficiência de programas específicos para o enfrentamento de problemas graves nas áreas social e de saúde no território relacionados a gravidez na adolescência, tratamento de dependentes químicos e álcool, hanseníase, tuberculose, HIV, doenças do	- Existência de políticas públicas importantes como o SUS, SUAS, PSF, Brasil Sorridente, Programa Saúde da Família, Projeto São José, UPAs e Programa de Cisternas. - Existência de profissionais de saúde competentes e um polo de educação permanente. - As políticas de saúde no território são compatíveis com o sistema SUS, existem Conselhos de Saúde, projetos específicos de promoção da saúde e política de saúde mental. (Fonte: PTDRS). Se houver impedimento, por exigência de população mínima, sugerir a construção de centros compartilhados, na forma de micro-polos, para atender a população de pequenos municípios próximos, através dos consórcios de Saúde já estabelecidos. Nos aspectos educacionais e culturais destacam-se as seguintes potencialidades gerais: -Existência e avanços nas políticas públicas educacionais como PNDE, FNDE, Caminho da Escola, Brasil Alfabetizado, Regulamentação do Piso Nacional dos Professores de Ensino Médio e PRONERA. - Melhoria dos indicadores do IDEB nos
---	--

aparelho circulatório, hipertensão, cardiopatia e diabetes, serviços de hemodiálise, enfrentamento da violência contra a mulher e combate ao extermínio da juventude por ameaças e morte. Nos aspectos educacionais e culturais existem desafios no território relacionados as seguintes questões gerais: - inexistência, insuficiência e precariedade de equipamentos públicos para atendimento à população do território, tais como bibliotecas, salas de multimeios, laboratórios de ciência e informática, espaços culturais, refeitórios, escolas do campo e transporte escolar, com profissionais capacitados. - deficiência, insuficiência, precarização e falta de qualidade na prestação de serviços à população do território nas áreas de educação e cultura, que se refletem em problemas de evasão escolar alta, reduzido número de matrículas de educação infantil, drogas e violência nas escolas. - ausência e deficiência de programas e políticas públicas centradas no esporte e no lazer, bem como locais apropriados para a realização de atividades de lazer e poliesportivas.	municípios do território. - A diversidade cultural, ambiental e humana do território. - A realização de fóruns de debate sobre educação, cultura e turismo e a consolidação do Comitê Temático da Cultura no Colegiado Territorial. - O PPA 2016-2019 regionalizado estabelece os seguintes objetivos estratégicos para este território, que dialogam com essa dimensão: a) “Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária”. b) “Consolidar uma educação contextualizada inclusiva em tempo integral com a participação das famílias, qualificação profissional e acompanhamento de equipes multiprofissional e interdisciplinar”. c) “Reduzir a violência e a criminalidade na cidade e no campo”. - Existência da Escola Popular de Agroecologia Egídio Bruneto e de assentamentos agroecológicos.
--	--

- rotatividade de profissionais da educação, falta de qualificação e formação continuada de professores e valorização com liberação de recursos e capacitação dos profissionais da cultura e grupos culturais das comunidades e povos tradicionais do território. - falta de fiscalização de políticas federais, estaduais e municipais de educação e dos recursos já implementados e por implementar, a exemplo de laboratórios de informática ociosos, falta de profissionais capacitados, infraestrutura dos estabelecimentos escolares e da situação das vias públicas de acesso às escolas, tanto na zona urbana quanto rural. - falta de acesso da população jovem do campo ao Ensino Médio e superior, técnico ou acadêmico, ausência de escolas família agrícola e de cursos técnicos realizados nas áreas rurais, para que beneficiem a juventude rural e fomentem a permanência no campo, por meio do PRONERA, do PRONATEC e demais programas já existentes. - predominância de relações de influência, favor e compadrio, efetivadas sobretudo por meio de cargos comissionados sem concurso ou qualificação técnica específica, tanto no sistema educacional quanto no setor de cultura e demais	
--	--

secretarias e órgãos municipais. - falta de transparência em relação à dotação orçamentária nas Secretarias Municipais e remanejamento às vezes indevido de recursos de um órgão para outro, muitas vezes sem rubrica e sem planejamento ou sem respeitar o planejamento. - desvalorização da cultura local pela invisibilidade de grupos, ações e iniciativas locais/regionais, pela ausência de locais culturais apropriados, específicos para a cultura como teatros e centros culturais. - falta de políticas, programas e ações voltados para a comunicação, com foco no fomento ao acesso às informações de interesse público sobre direitos da população, funcionamento dos órgãos públicos e das políticas públicas, com vistas ao amplo envolvimento dos diversos atores sociais para que sejam capazes de participar amplamente e de fiscalizar. - falta de abordagem de conteúdos, na matriz curricular da escola básica, relacionados à agroecologia, cooperativismo, gênero, política e cidadania, religiões e culturas indígena e de matriz africana, em respeito à Lei Federal 10.639, de 9 de janeiro de 2003.	
---	--

Dimensão ambiental - Consiste na valorização e avaliação da situação das questões e dos componentes do meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a identificação dos passivos ambientais em busca da sustentabilidade.

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
➤ Existência de problemas ambientais que afetam: a) os solos – desertificação e queimadas; ➤ Problemas hídricos - assoreamento dos rios e açudes, destruição de matas ciliares, localização de cemitérios próximos a nascentes e presença de resíduos de agrotóxicos nas águas superficiais e subterrâneas; ➤ Conselhos Municipais de Meio Ambiente sem participação popular ➤ Falta programas de proteção de fauna e flora- extinção de espécies animais e vegetais, desmatamento, queimadas, ocupação de áreas de preservação permanente. ➤ Destinação inadequada de resíduos sólidos ➤ Inexistência de políticas de aproveitamento do lixo como	Diversidade de riquezas naturais Energias solar e eólica Eco turismo Existência do Fórum florestal para dialogar o sistema florestal Criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente (verificar a existência e atuação dos conselhos nos municípios) Existência de Comitês de Bacias Hidrográficas e Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente Existência de atores sociais sensibilizados para a importância da implantação de novas práticas que visam a redução do lixo. (mobilização da sociedade e movimentos sociais)- Experiências exitosas de comercialização de recicláveis. (foco em alguns produtos papelão e plástico) Existência do Consorcio de Infraestrutura Regionalização do PPA 2016-2019

fonte de renda e trabalho. ➤ Não aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos ➤ Fragilidade dos órgãos ambientais na fiscalização das unidades de conservação e das atividades que impactam negativamente o meio ambiente ➤ Ausência de estrutura e pessoal dos órgãos fiscalizadores na região ➤ Ausência dos Planos de Recursos Hídricos nos municípios ➤ Destinação do lixo Rural ➤ Ausência de fossas nas comunidades rurais e construções de fossas inadequadas ➤ Falta assistência técnica para orientações ➤ Adesão dos municípios aos consórcios de infraestrutura e saúde ➤ Inexistência do plano de recursos hídricos e das agências nos Comitês de Bacias -PIJ ➤ Recuo no plantio de eucalipto nas estradas vicinais nos municípios ➤ Uso inadequado do solo ➤ Falta de práticas de conservacionistas	estabelece objetivos estratégicos para este território, que dialogam com essa dimensão: a) “Garantir a democratização do acesso a água para uso humano e produtivo de forma racional”
---	---

Dimensão Político- Institucional - Consiste na análise das estruturas de poder e das representações sociais nos espaços políticos dos territórios para compreender as relações entre políticas públicas, os projetos políticos que as representam, as institucionalidades a elas vinculadas e a governabilidade sócio territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada, democrática e com protagonismo dos atores locais. Entre os dias 08/09/2015 e 09/10/2015, em atuação coordenada em todo o Brasil, o Ministério Público Federal fez a avaliação dos portais da transparência dos 5.568 Municípios e 26 Estados e o Distrito Federal. O exame levou em conta aspectos legais e boas práticas de transparência e foi feito com base em questionário elaborado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Seu objetivo é medir o grau de cumprimento da legislação, por parte de municípios e estados, numa escala que vai de zero a dez. Os aspectos avaliados estão no documento: OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS: ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL. Segundo este documento, o Índice de Transparência Nacional médio, envolvendo Estados e Municípios foi de 3,92. Embora ainda esteja muito aquém do ideal. É importante avaliar como a administração pública encara a transparência das políticas públicas executadas ali. Seguem os índices municipais do Extremo Sul (Ministério Público Federal. Índice Nacional da Transparência, 2015).

Alcobaça	4,7
Caravelas	4,6
Ibirapuã	4,3
Itamaraju	0,2
Itanhém	7,1
Jucuruçú	3,9
Lagedão	3,3
Medeiros Neto	0
Mucuri	5,1
Nova Viçosa	5
Prado	3,5
Teixeira de Freitas	7
Vereda	6,2

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
- Baixo índice de articulação entre os níveis federal, estadual e municipais, na gestão das políticas públicas. - Baixa participação dos prefeitos (ou representantes) e outros gestores públicos municipais no Colegiado Territorial. - Fragilidade de algumas instituições públicas e privadas resultando em baixo nível de envolvimento no acompanhamento de projetos territoriais - insuficiente empoderamento da sociedade civil para participar da gestão social dos projetos e ações no território. - Falta de envolvimento das equipes técnicas locais na elaboração de projetos de amplitude territorial. Falta de estruturação de trabalho com o fortalecimento dos órgão já existentes - Falta de assessores técnicos contratados e falta de boas condições de trabalho - Insuficiente capacidade institucional instalada no território para a gestão de políticas públicas. Fica Falta de transparência no exercício da gestão pública, Criação efetiva de canais de comunicação e informação (ouvidorias) e o cumprimento da própria execução da lei da transparência para que a comunidade tenha acesso, especificar LAI (Lei de acesso à informação), lei 12.527/11	- Funcionamento e fortalecimento das instâncias do Colegiado Territorial, incluindo a estruturação dos Comitês de Mulheres Juventude, agricultura familiar, psicultura, comunidades tradicionais, apicultura, segurança pública (extermínio de jovens, mulheres, em atenção à zona rural) - Compromisso e participação efetiva da maioria dos coletivos organizados do território, com destaque para os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias, ONGs, empresas. - NEDETES atuante e parceiro na política territorial. Continuidade do projeto NEDETES na assessoria do colegiado Parceria de entidades como CEPLAC, BAHIATER, CAR, IFBaiano, UFSB, ONGs de ATER no Território.

CAPÍTULO 2 – MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS

Com o histórico de debates no território foi possível, a partir de um texto-base, a organização de momentos do planejamento que possibilitaram a reflexão mais aprofundada para melhorar o direcionamento das tomadas de decisões no Território.

A Política territorial não foi interrompida desde 2004, mesmo sem o apoio adequado como logística. O território tomou um novo rumo recentemente com a formatação de uma personalidade jurídica, o que trará mobilidade para as ações até então sem apoio. Os equipamentos adquiridos para o Território, o imóvel e todos os bens junto a ele, poderão ser usados, de forma transparente, para a evolução da política territorial e para as estratégias de integração de políticas no Território.

Também observou-se a necessidade de investir recursos e oportunidades dos Comitês de Mulheres, jovens e principalmente de Povos e comunidades tradicionais. A partir daí o Território acrescentou como eixo aglutinador o tema: GÊNERO E GERAÇÃO. Outra necessidade foi a discussão específica sobre RECURSOS HÍDRICOS, devido a baixa participação nos Comitês de Bacias, e por ter o território diferentes painéis com relação ao déficit hídrico.

Diante da necessidade de análise para além das questões que tocam mais diretamente a dinâmica do território e abranja de fato as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável na abordagem territorial, este capítulo trará a descrição dos Eixos de Desenvolvimento, que auxiliaram na elaboração participativa do diagnóstico territorial e na elaboração/qualificação dos PTDSS.

O PTDSS aponta um nível de planejamento macro para os próximos 08 anos. A partir dessa Matriz será construída uma Agenda Territorial de Desenvolvimento Sustentável, onde serão definidos ações, programas e projetos a serem executadas em períodos sucessivos de 2 em 2 anos. **O PTDSS é o instrumento de planejamento estratégico, enquanto as Agendas de Desenvolvimento Territorial, derivadas do PTDSS, serão os instrumentos de planejamento operacional.**

Essa execução do PTDSS, junto a construção da Agenda Territorial de Desenvolvimento, remete a organização da Matriz de objetivos, estratégias e metas em cinco grandes eixos que darão origem as agendas: i) Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva, ii) Estrutura Fundiária e Acesso à Terra, iii) Formação e Organização Social e iv) Infraestrutura e Serviços Públicos, v) Gestão de Recursos Hídricos.

Assim, faz-se um vínculo objetivo entre o planejamento estratégico e o planejamento operacional, na medida em que as agendas seguirão a organização da Matriz.

METAS ORGANIZADAS POR PRAZOS

CURTO PRAZO (0 A 2 ANOS)

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Objetivo: Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, bem como o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia com ampliação de renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. (PNDRS).
Estratégia: Fomentar a agroindustrialização, a comercialização, o PAA, o PNAE e outros mercados. Como também a gestão, a organização, o empreendedorismo, o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, dos povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens e mulheres, considerando suas particularidades e potencialidades territoriais, implantando infraestrutura para beneficiamento dos produtos da agricultura familiar;
META – Inserir 650 famílias no PAA e PNAE; META – Inserir 8 empreendimentos de economia solidária nas compras públicas;

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Objetivo : Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, bem como o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia com ampliação de renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. (PNDRS).
Estratégia: Promover a qualificação ambiental do território através de ações de educação ambiental e recuperação florestal.
META – Fortalecer o comitê de bacias hidrográficas; META – Fomentar recuperação das APP's nas áreas da agricultura familiar; META – Atender 100% dos empreendimentos da agricultura familiar com o CEFIR;

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Objetivo: Garantir o cumprimento das leis ambientais afim de promover o controle das atividades predatórias da iniciativa privada no meio ambiente do território. (PNDRS).
Estratégia: Fiscalizar, monitorar e punir os causadores de danos socioambientais das atividades das empresas mineradoras, e das que dependem de monocultura para sua produção silvícola e pecuária.
META – Instrumentalizar os órgãos de fiscalização do consórcio territorial, com 2 carros e 2 equipes de campo (um profissional de nível superior e dois fiscais de nível médio);

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

Objetivo : Promover etnodesenvolvimento, autonomia das mulheres e da juventude rural através da organização produtiva e econômica. (PNDRS).

Estratégia: Inserir jovens e mulheres trabalhadoras rurais e urbanas como sujeitos ativos dos processos de desenvolvimento do território.

META 1 – Criar o Programa Jovem Agricultor, que incentive a participação da juventude na agricultura, fornecendo ATER, crédito e infraestrutura.

META 2 – Fortalecer e incentivar a criação de associações de mulheres, fornecendo ATER, crédito e infraestrutura;

Eixo: Governança Fundiária e Acesso a Terra

Objetivo: Promover a regularização fundiária no território.

Estratégia: Melhorar o mecanismo de legalização das comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos rurais;

META – Regularizar 30% das comunidades quilombolas, indígenas, acampamentos e assentamentos rurais; (INCRA) (PNCF);

META – Disponibilizar uma equipe estruturada para desenvolvimento das atividades pertinentes ao CDA;

META – 20% das terras da agricultura familiar, comunidades quilombolas, indígenas, acampamentos e assentamentos rurais regularizadas;

META – Agilizar o processo de reconhecimento da Comunidade Quilombola de Vale me Deus;

META – Assentar 20% das famílias que se encontram acampadas no território;

META – Cumprir recomendação do MDSA para realização dos despejos só após negociada a desocupação;

Eixo: Governança Fundiária e Acesso a Terra

Objetivo: Fiscalizar as atividades de empresas ligadas a monocultivos no território.

Estratégia: Avaliar e monitorar a monocultura do eucalipto e da cana-de-açúcar;

META – Resolver 20% dos processos jurídicos relacionados a crimes ambientais ligados a monocultura de cana-de-açúcar ou eucalipto;

Eixo: Governança Fundiária e Acesso a Terra

Objetivo: Fiscalizar as atividades de empresas ligadas a monocultivos no território.

Estratégia: Limitar áreas de plantio de eucalipto;

META – Tornar lei que no máximo 20% da área agricultável de cada município possa ser utilizada para plantio de eucalipto.

META – 100% do eucalipto distando no mínimo 10 quilômetros das áreas urbanas;

META - 100% do eucaliptal distando no mínimo 1 quilômetro de comunidades e casas rurais;
META - 100% do eucaliptal recuado no mínimo 50 metros de cada lado das estradas vicinais e das redes elétricas;
META - Retirada de 30% das câmeras fixadas nas torres de observação do eucaliptal;

Eixo: Governança Fundiária e Acesso a Terra

Objetivo: Fiscalizar as atividades de empresas ligadas a monocultivos no território

Estratégia: Avaliar e monitorar as monoculturas existentes no território;

META – Resolver 20% dos processos jurídicos relacionados a crimes ambientais;

Eixo: Eixo formação cidadã e organização social

Objetivo: Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. (PNDRS).

Estratégia: Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial, sustentável e gestão participativa de políticas públicas.

META - Implantar de um sistema de acompanhamento e monitoramento das ações territoriais;

META - Ampliar de 50% da participação das organizações sociais, públicas e privadas do território que participam com regularidade das instâncias de gestão de políticas públicas;

META – Garantir recursos financeiros para formação sobre política territorial nos municípios;

META - Ampliar de 4 para 10, os técnicos/as integrados no núcleo técnico do colegiado territorial com dedicação parcial e integral de tempo;

Eixo: Eixo formação cidadã e organização social

Objetivo: Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. (PNDRS).

Estratégia: Fortalecer os consórcios intermunicipais;

META – Continuar com o Programa Eletrificação Rural;

META – Prover infraestrutura para funcionamento do consórcio intermunicipal existente;

META – Garantir que todas as patrulhas mecânicas sejam administradas pelo conselho municipal de desenvolvimento sustentável - CMDS, atendendo a área rural;

META – Construir 50 poços artesianos por ano nos municípios do território;

Eixo: Eixo formação cidadã e organização social

Objetivo: Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. (PNDRS).

Estratégia: Estruturar e capacitar os órgãos de fiscalização e monitoramento de danos socioambientais das atividades de empresas que atuam no território;

META – Propor a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com as empresas causadoras dos impactos ambientais;

Eixo: Eixo formação cidadã e organização social

Objetivo: Promover processos de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios de identidade, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração, povos e comunidades tradicionais e de terreiro. (PNDRS).

Estratégia: Desenvolver cursos para a formação de jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais nas temáticas contempladas nesse PTDSS.

META – Firmar parceria com instituições públicas de ensino no território para promoção de cursos de formação em associativismo, gestão e cadeias produtivas de acordo com a realidade local, considerando as dimensões étnicas;

META – Formar a primeira turma do Curso de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais;

META – Formar a primeira turma do PRONATEC CAMPO;

META – Criar curso de graduação em agronomia fornecido por instituições públicas de ensino no território;

Eixo: Eixo formação cidadã e organização social

Objetivo: Promover a regularização fundiária no território

Estratégia: Capacitação técnica de funcionários da Secretaria da Fazenda dos municípios de Teixeira de Freitas e Itamarajú;

META – Formar 5 funcionários da Secretaria da Fazenda para emissão de Bloco de Notas da Agricultura familiar;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Consolidar uma educação contextualizada, inclusive, em tempo integral com a participação das famílias, com qualificação profissional e acompanhamento de equipe multiprofissional e interdisciplinar. (PPA).

Estratégia: Ampliar e melhorar a educação nos municípios do território;

META – Reduzir em 20% as taxas de evasão escolar nos municípios do território;

META – Revitalizar a Escola Família Agrícola de Itanhém;

META – Disponibilizar transporte, demandado por estudantes das universidades, moradores da zona rural do território;

META – Concluir das obras e pleno funcionamento das creches existentes nos municípios do território;

META - 30% das escolas do campo, indígenas e quilombolas com currículo, gestão democrática e com plena participação das comunidades beneficiadas;

META – Fiscalizar os veículos de transporte escolar, garantindo o cumprimento das leis de trânsito;

META – Garantir que os veículos de transporte escolar possuam seguro e inspeção técnica;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, por meio participação social, integração de ações institucionais e articulação e interferência. (PNDRS).

Estratégia: Estruturar e fomentar a criação de Conselhos Municipais de Cultura com ampla participação popular do território;

META – Garantir que todos os segmentos de editais ou cursos de formação, adotem o recorte territorial, com recorte de cota mínima por território;

META – Realizar um diagnóstico territorial para registrar todas as manifestações culturais e comunidades tradicionais;

META – Financiar e promover Festivais de Cultura Municipais no território;

META - Criar Editais de cultura territoriais;

META - Implantação do centro territorial de cultura;

META - Reestruturação do centro de Cultura Indígena do Trevo do Parque;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada, com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades dos três níveis de atenção, primária, secundária e terciária. (PPA).

Estratégia: Ampliar o acesso da população às ações e serviços de saúde, com resolutividade, fortalecendo o Sistema Único de Saúde – SUS;

META – Ampliar e estruturar o Programa Saúde da Família e fortalece-lo na zona rural;

META - Reduzir em 50% da rotatividade dos profissionais de saúde no território.

META – Promover cursos de formação continuada dos profissionais da área de saúde pública do território;

META - Promover cursos de atendimento humanizado nos espaços de saúde pública do território;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, por meio participação social, integração de ações institucionais e articulação e interferedativa. (PNDRS).

Estratégia: Melhoria das estruturas de rodovias Federais, Estaduais e Municipais, bem como a ampliação e a instalação de redes elétricas e de água, possibilitando a integração territorial.

META – Fornecer energia e água para 30% das residências rurais do território;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Reduzir a violência e a criminalidade na cidade e no campo. (PPA)

Estratégia: Garantir aos grupos de vulnerabilidade socioeconomica acesso às políticas públicas.

META – Incentivar e estruturar Conselhos Municipais de Mulheres, Juventude, Idosos, Crianças e Adolescentes;

META – Estruturar com recursos físicos e humanos a DEAM de Teixeira de Freitas;

META – Criar e estruturar Casas de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência nos municípios do território;

META - Criar e estruturar Casas de Acolhimento a Idosos;

META – Criar Fóruns, Delegacias e Comitês de combate ao preconceito racial;

META – Criar e fortalecer Fóruns e Comitês de combate ao preconceito contra Lésbicas, Homossexuais, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros;

META – Criar e fortalecer Fóruns e Comitês das questões de gênero;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, por meio participação social, integração de ações institucionais e articulação e interferedativa. (PNDRS).

Estratégia: Promover meios de formação e comunicação sobre gestão social e participação popular;

META – Realizar Fóruns Municipais anuais nos 13 municípios do território sobre Gestão Social e Participação Popular;

META – Realizar Fórum Territorial anual sobre Gestão Social e Participação Popular;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural e urbana por meio da qualificação das políticas e serviços públicos. (PNDRS).

Estratégia: Promover o desenvolvimento esportivo do território;

META – Promover e estruturar Conselhos Municipais de Esporte e Lazer;

Eixo: Recursos Hídricos

Objetivo: Garantir a democratização do acesso à água para uso humano e produtivo de forma racional.(PPA)

Estratégia: Promover a formação e a estruturação do Comitê de Bacias do Peruípe, Itanhém e Jucuruçú - CBHPIJ, afim de estabelecer um Plano de Ação de acordo com as demandas identificadas pelo diagnóstico das Bacias;

META – Criar um edital para efetuar o diagnóstico da Bacia do PIJ;

META – Fornecer um espaço físico (sala) e recursos humanos para a administração do CBHPIJ;

META – Estimular parcerias público-privada para financiamento de projetos na área de educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, recuperação de matas ciliares, identificação e recuperação de nascentes;

META – Formar parcerias com as universidades e Institutos públicos do território para ceder equipe técnica para participação no Comitê de Bacias e do Plano de Ação do CBHPIJ;

META – Estabelecer parceria com a SEMA para mapeamento e marcação de pontos de GPS das nascentes existentes no território;

METAS ORGANIZADAS POR PRAZOS

MÉDIO PRAZO (3 A 6 ANOS)

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva

Objetivo : Assegurar o desenvolvimento social econômico e ambiental, bem como o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia com ampliação de renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. (PNDRS).

Estratégia: Fomentar a agroindustrialização, a comercialização, o PAA, o PNAE e outros mercados, a gestão, a organização, o empreendedorismo, o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, dos povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens e mulheres, considerando suas particularidades e potencialidades territoriais, implantando infraestrutura para beneficiamento dos

produtos da agricultura familiar;
META – Criar a semana da agricultura familiar e economia solidária, com a participação de 650 agricultores e empreendimentos de economia solidária do território;
META – Ofertar 52 dias de campo no ano, para turma de 20 agricultores familiares e empreendimentos de economia solidária, com tema indicado por eles;
META – Inserir 1000 famílias no PAA e PNAE;
META – Inserir 16 empreendimentos de economia solidária nas compras públicas;
META – Ofertar 1 curso por mês sobre beneficiamento de produtos para a agricultura familiar, para 20 agricultores;
META – Fomentar um programa de agricultura agroecológica que certifique 50 agricultores por ano;
META - Capacitar no mínimo 8 famílias em cada cadeia produtiva contempladas no bahia produtiva;
META - Criar um banco de dados das cadeias produtivas da agricultura familiar do território;

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Objetivo : Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, bem como o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia com ampliação de renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. (PNDRS).
Estratégia: Promover a qualificação ambiental do território através de ações de educação ambiental e recuperação florestal.
META – Promover capacitação em educação ambiental, através de minicursos para 150 presidentes de associações e cooperativas do território;
META – Implantar um programa de arborização urbana nos treze municípios do território totalizando 6500 árvores plantadas por ano;

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Objetivo : Garantir o cumprimento das leis ambientais afim de promover o controle das atividades predatórias da iniciativa privada no meio ambiente do território. (PNDRS).
Estratégia: Fiscalizar, monitorar e punir os causadores de danos socioambientais das atividades das empresas mineradoras, e das que dependem de monocultura para sua produção silvícola e pecuária.
META – Cobrar do judiciário a realizar anualmente um mutirão para agilizar os processos ambientais em tramitação;
META – Criar um programa para reverter as multas em desenvolvimento para o território, na forma de estradas, máquinas e outros.
Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Objetivo : Fortalecer o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. (PNDRS).

Estratégia: Assegurar a política de ATER continuada, na quantidade e qualidade adequadas para agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens, negros e mulheres.

META – Assistir tecnicamente todos os agricultores familiares portadores de DAP em cada município do território;

META – Garantir assistência técnica contextualizada para povos e comunidades tradicionais para 100% dos agricultores do território;

META – Garantir a qualificação contextualizada para técnicos do território;

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

Objetivo : Promover etnodesenvolvimento, autonomia das mulheres e da juventude rural através da organização produtiva e econômica. (PNDRS).

Estratégia: Inserir jovens e mulheres trabalhadoras rurais e urbanas como sujeitos ativos dos processos de desenvolvimento do território.

META – Formar 20 jovens por ano no programa Jovem Apicultor;

Eixo: Governança Fundiária e Acesso a Terra

Objetivo: Promover a regularização fundiária no território

Estratégia: Melhorar o mecanismo de legalização das comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos rurais

META – Implantar escritório da CDA no território;

META – Regularizar 50% das comunidades quilombolas, indígenas, acampamentos e assentamentos rurais; (INCRA) (PNCF);

META – 40% das terras da agricultura familiar, comunidades quilombolas, indígenas, acampamentos e assentamentos rurais regularizadas;

META – Aumentar em 50% o valor do crédito fundiário para o território;

META – Assentar 60% das famílias que se encontram acampadas no território;

META – Formar uma equipe de mediação de conflitos agrários no território;

Eixo: Governança Fundiária e Acesso a Terra

Objetivo: Fiscalizar as atividades de empresas ligadas a monocultivos no território.

Estratégia: Avaliar e monitorar a monocultura do eucalipto e da cana-de-açúcar;

META – Resolver 50% dos processos jurídicos relacionados a crimes ambientais ligados a monoculturas de eucalipto ou cana-de-açúcar;

META - Estabelecer parceria com o Ministério Público para priorizar o julgamento dos processos jurídicos relacionados a crimes ambientais;

META – Exigir Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA- RIMA) relacionados a crimes ambientais;

Eixo: Governança Fundiária e Acesso a Terra
Objetivo: Fiscalizar as atividades de empresas ligadas a monocultivos no território.
Estratégia: Limitar áreas de plantio de eucalipto;
META - Retirada de 50% das câmeras fixadas nas torres de observação do eucalipto;

Eixo: Governança Fundiária e Acesso a Terra
Objetivo: Promover a regularização fundiária no território
Estratégia: Avaliar e monitorar as monoculturas existentes no território;
META – Criar comissão (funai , sesai, cras indígena, mp) para solucionar problemas advindas das atividades dos maxacali;
META – Exigir aprovação do colegiado territorial para finalização do zee;
META – Cobrar do dner/dnit a manutenção da br 101;

Eixo: Eixo formação cidadã e organização social
Objetivo: Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. (PNDRS).
Estratégia: Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial, sustentável e gestão participativa de políticas públicas.
META - Estruturar das câmaras setoriais com disponibilidade de recursos e pessoal, para desenvolver trabalhos no território;
META - Criar, revitalizar e integrar os espaços ou instâncias territoriais de gestão de políticas públicas;
META - Estruturar e fortalecer o colegiado territorial, dos conselhos municipais, dos comitês, dos fóruns setoriais e outras instâncias de participação e representação político-social;
META- Identificar pelo menos 10 políticas públicas de maior impacto para o desenvolvimento territorial e instaurar mecanismos de acompanhamento e monitoramento participativo;
META - Capacitar o núcleo diretivo e um grupo de pelo menos 10 especialistas em desenvolvimento territorial e gestão participativa de políticas públicas;
META - Ampliar de 9 para 26 o número de representantes da gestão pública com capacitação básica em desenvolvimento territorial e gestão participativa de políticas públicas;
META – Garantir que o território através do codeter fiscalize as obras estaduais de cada município do território e encaminhar relatório através do cappa;

Eixo: Eixo formação cidadã e organização social
Objetivo: Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. (PNDRS).

Estratégia: Estruturar e capacitar os órgãos de fiscalização e monitoramento de danos socioambientais das atividades de empresas que atuam no território;
META – Capacitar os agentes das três esferas de fiscalização para monitorar e fiscalizar as empresas causadoras de impactos socioambientais no território;

Eixo: Eixo formação cidadã e organização social

Objetivo: Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. (PNDRS).
Estratégia: Promover processos de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios de identidade, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração, povos e comunidades tradicionais e de terreiro.
META - Ampliar em 50% da participação das mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais nos espaços e instâncias de gestão de políticas públicas no território;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Consolidar uma educação contextualizada, inclusive, em tempo integral com a participação das famílias, com qualificação profissional e acompanhamento de equipe multiprofissional e interdisciplinar. (PPA).
Estratégia: Ampliar e melhorar a educação nos municípios do território;
META – Reduzir em 60% as taxas de evasão escolar nos municípios do território;
META – Criar duas Escolas Família Agrícola no âmbito territorial com a metodologia de alternância;
META - 60% das Escolas do território com práticas de gestão democrática e participativa;
Meta – Ampliar e implantar oferta de Ensino Integrado à educação profissional em todos os municípios do território;
META - 60% das escolas do campo, indígenas e quilombolas com currículo, gestão democrática e com plena participação das comunidades beneficiadas;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, por meio participação social, integração de ações institucionais e articulação e interferedativa. (PNDRS).
Estratégia: Estruturar e fomentar a criação de Conselhos Municipais de Cultura com ampla participação popular do território;
META – Viabilizar a participação e a realização de Conferências de Cultura no território;
META - Ampliar e modernizar os equipamentos das Secretarias de Cultura dos municípios do território;

META - Incentivar e financiar escolas de música e dança nos municípios do território;
Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos
Objetivo: Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada, com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades dos três níveis de atenção, primária, secundária e terciária. (PPA).
Estratégia: Ampliar o acesso da população às ações e serviços de saúde, com resolutividade, fortalecendo o Sistema Único de Saúde – SUS;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos
Objetivo: Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, por meio participação social, integração de ações institucionais e articulação e interferedativa. (PNDRS).
Estratégia: Melhoria das estruturas de rodovias Federais, Estaduais e Municipais, bem como a ampliação e a instalação de redes elétricas e de água, possibilitando a integração territorial.
META – Fornecer energia e água para 60% das residências rurais do território META – Implantar programas de energia alternativa solar e eólica; META – Atender os pedidos de ampliação de rede elétrica em todos os municípios do território; META – Atender os pedidos de ampliação de rede de abastecimento de água em todos os municípios do território;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos
Objetivo: Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural e urbana por meio da qualificação das políticas e serviços públicos. (PNDRS).
Estratégia: Garantir aos grupos de vulnerabilidade socioeconomica acesso às políticas públicas.
META – Garantir a criação e funcionamento da Delegacia Especializada no atendimento à Mulher - DEAM nos municípios com mais de 50 mil habitantes do território (ITAMARAJÚ, JUCURUÇU, MUCURI E NOVA VIÇOSA); META – Criar uma DEAM em Alcobaça, para atender Alcobaça, Prado e Caravelas; META – Criar uma DEAM em Medeiros Neto, para atender Medeiros Neto, Itanhém, Lajedão, Ibirapuã e Vereda; META – Fortalecer com infraestrutura (carro e equipe técnica) para o atendimento do centro de referência da assistência social - cras volante na zona rural; META – Implantar o núcleo de atendimento à mulher- NAM (com equipe técnica especializada) em todos os municípios do território, para atender mulheres em situação de violência;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, por meio participação social, integração de ações institucionais e articulação e interferedativa. (PNDRS).

Estratégia: Promover meios de formação e comunicação sobre gestão social e participação popular;

META – Criar cursos itinerantes no território de formação sobre democracia participativa e controle social;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural e urbana por meio da qualificação das políticas e serviços públicos. (PNDRS).

Estratégia: Promover o desenvolvimento esportivo do território;

META – Realizar 1(uma) competição Municipal anual;

Eixo: Recursos Hídricos

Objetivo: Garantir a democratização do acesso à água para uso humano e produtivo de forma racional.(PPA)

Estratégia Promover a formação e a estruturação do Comitê de Bacias do Peruípe, Itanhém e Jucuruçú - CBHPIJ, a fim de estabelecer um Plano de Ação de acordo com as demandas identificadas pelo diagnóstico das Bacias;

META – Capacitar a equipe técnica do comitê e os secretários municipais de meio ambiente do território para auxiliar o mapeamento;

META – Financiar e promover dois fóruns territoriais por ano do Comitê das Bacias PIJ;

META – Promover Circuitos Municipais das Bacias do Território, onde haverá divulgação do mapeamento e formação em educação ambiental;

META – Capacitar a equipe técnica do comitê e os secretários municipais de meio ambiente do território para auxiliar o mapeamento;

META – Fomentar pesquisas nas universidades e Institutos Públicos do território sobre a Bacia Hidrográfica do PIJ;

METAS ORGANIZADAS POR PRAZOS

LONGO PRAZO (6 A 8 ANOS)

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva

Objetivo : Assegurar o desenvolvimento social econômico e ambiental, bem como o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia com ampliação de renda, da

produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. (PNDRS).

Estratégia: Fomentar a agroindustrialização, a comercialização, o PAA, o PNAE e outros mercados, a gestão, a organização, o empreendedorismo, o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, dos povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens e mulheres, considerando suas particularidades e potencialidades territoriais, implantando infraestrutura para beneficiamento dos produtos da agricultura familiar;

META – Inserir 1500 famílias no PAA e PNAE;

META – Inserir 26 empreendimentos de economia solidária nas compras públicas;

META – Legalizar e operacionalizar um consórcio das vigilâncias sanitárias municipais (SUASA), que criem um selo de livre comércio dos produtos solidários/agroecológicos do território;

META – Adquirir o selo de origem para produtores reconhecidamente da região (mel, cachaça, cacau, farinha de mandioca, café, beiju, goma, urucum, pimenta-do-reino, banana);

META – Reformar os Mercados Municipais de todas as cidades do Território e ampliar onde for necessário;

META – Construir e estruturar um viveiro Territorial para distribuição de mudas nativas e frutíferas;

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

Objetivo : Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, bem como o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia com ampliação de renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. (PNDRS).

Estratégia: Promover a qualificação ambiental do território através de ações de educação ambiental e recuperação florestal.

META – Promover uma campanha de valorização do meio ambiente nos treze municípios do território;

META – Distribuir 50 mil mudas nativas por ano na semana do meio ambiente;

META – Implementar programa de recuperação de áreas degradadas em parceria com as instituições de ensino superior e conservação de mananciais superficiais e subterrâneos;

META – Incentivar a criação de 26 RPPN e 13 Unidades de Conservação;

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

Objetivo : Garantir o cumprimento das leis ambientais afim de promover o controle das atividades predatórias da iniciativa privada no meio ambiente do território. (PNDRS).

Estratégia: Fiscalizar, monitorar e punir os causadores de danos socioambientais das atividades das empresas mineradoras, e das que dependem de monocultura para sua produção silvícola e pecuária.

META 4 – Criar Patrulha ambiental nos 13 municípios, composta de: um veículo e equipe (profissional de nível superior e 2 de nível médio);

Eixo: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

Objetivo : Fortalecer o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. (PNDRS).

Estratégia: Inserir jovens e mulheres trabalhadoras rurais e urbanas como sujeitos ativos dos processos de desenvolvimento do território.

META – Garantir o acesso de 650 agricultores ao crédito fundiário;

Eixo: Governança Fundiária e Acesso a Terra

Objetivo: Promover a regularização fundiária no território.

Estratégia: Melhorar o mecanismo de legalização das comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos rurais;

META – Regularizar 100% das comunidades quilombolas, indígenas, acampamentos e assentamentos rurais; (INCRA) (PNCF);

META – 100% das terras da agricultura familiar, comunidades quilombolas, indígenas, acampamentos e assentamentos rurais regularizadas;

META – 100% das terras Indígenas demarcadas;

META – 100% das terras Quilombolas demarcadas;

META – Assentar 100% das famílias que se encontram acampadas no território;

Eixo: Governança Fundiária e Acesso a Terra

Objetivo: Fiscalizar as atividades de empresas ligadas a monocultivos no território.

Estratégia: Avaliar e monitorar a monocultura do eucalipto e da cana-de-açúcar;

META – Resolver 100% dos processos jurídicos relacionados a crimes ambientais ligados a monocultura de cana-de-açúcar ou eucalipto;

Eixo: Governança Fundiária e Acesso a Terra

Objetivo: Fiscalizar as atividades de empresas ligadas a monocultivos no território.

Estratégia: Limitar áreas de plantio de eucalipto;

META - Retirada de 100% das câmeras fixadas nas torres de observação do eucalipto;

Eixo: Governança Fundiária e Acesso a Terra

Objetivo: Fiscalizar as atividades de empresas ligadas a monocultivos no território

Estratégia: Avaliar e monitorar as monoculturas existentes no território;

META – Resolver 100% dos processos jurídicos relacionados a crimes ambientais;

Eixo: Eixo formação cidadã e organização social

Objetivo: Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. (PNDRS).

Estratégia: Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial, sustentável e gestão participativa de políticas públicas.

META - Reestruturar os centros de referência em Assistência Social (CRAS) urbano, com equipe técnica completa (assistente social e psicólogo) e espaço físico adequado;
META – Implantar o CRAS indígena para atender as aldeias existentes no território;

Eixo: Eixo formação cidadã e organização social

Objetivo: Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. (PNDRS).

Estratégia: Fortalecer os consórcios intermunicipais;

MET – Disponibilizar máquinas e implementos para manutenção das estradas vicinais;

Eixo: Eixo formação cidadã e organização social

Objetivo: Promover a regularização fundiária no território

Estratégia: Desenvolver cursos para a formação de jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais.

META – Estabelecer cota de participação nos cursos das temáticas do território de 50% para jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Consolidar uma educação contextualizada, inclusive, em tempo integral com a participação das famílias, com qualificação profissional e acompanhamento de equipe multiprofissional e interdisciplinar. (PPA).

Estratégia: Ampliar e melhorar a educação nos municípios do território;

META – Reduzir em 80% as taxas de evasão escolar nos municípios do território;
META – Universalizar a educação infantil para 100% das escolas das cidades do território;

META– Criar e fomentar cursos de pós-graduação nas áreas de ciências humanas nas instituições de ensino públicas existentes no território;

META - 100% das Escolas do território com práticas de gestão democrática e participativa;

META - Criar no mínimo uma escola (fundamental e médio) por município, em tempo integral no território;

META – Criar cursos de aperfeiçoamento e capacitação de professores do Ensino médio e fundamental a cada 3 anos;

META – Estabelecer que pelo menos 95% dos alunos de 6 a 14 anos conclua o Ensino Fundamental na idade recomendada, conforme Plano Nacional de Educação - PNE;

META – Estabelecer que todos os municípios atinjam IDEB igual ou superior às médias estabelecidas pelo PNE – 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; e 5,2 no ensino médio;

META - 100% das escolas do campo, indígenas e quilombolas com currículo, gestão democrática e com plena participação das comunidades beneficiadas;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, por meio participação social, integração de ações institucionais e articulação e interferedativa. (PNDRS).

Estratégia: Estruturar e fomentar a criação de Conselhos Municipais de Cultura com ampla participação popular do território;

META- Implantar/estruturar dos Conselhos Municipais de políticas públicas com garantia da dotação orçamentária;

META - Criar um centro de promoção cultural de matriz Africana.

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada, com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades dos três níveis de atenção, primária, secundária e terciária. (PPA).

Estratégia: Ampliar o acesso da população às ações e serviços de saúde, com resolutividade, fortalecendo o Sistema Único de Saúde – SUS;

META – Ampliar, equipar e contratar equipe técnica para os espaços especializados de saúde ambulatorial e hospitalar;

META - Implantar um centro de recuperação para dependentes químicos no território;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, por meio participação social, integração de ações institucionais e articulação e interferedativa. (PNDRS).

Estratégia: Melhoria das estruturas de rodovias Federais, Estaduais e Municipais, bem como a ampliação e a instalação de redes elétricas e de água, possibilitando a integração

territorial.

META – Fornecer energia e água para 100% das residências rurais do território;
 META - Recuperar: BA 290 (Alcobaça / Itanhém); BA 489 (Prado / Itamaraju); BA 695 (Lajedão / BA 693); BA 693 (Ibirapoã); BA 690 (Vereda / Medeiros Neto) Concluir a pavimentação: BA 284 (Itamaraju / Jucuruçu/ divisa MG); BA 290 (Itanhém / divisa MG); Construir: BA 696 LIGANDO a BA 290 A BR 418; BA 699 (Itanhém / Jucuruçu); BA 126; Concluir a linha verde do rio Jequitinhonha até a divisa com ES;
 META - Implantar antenas de telefonia móvel nas áreas rurais, melhorar a infraestrutura da rede existente e melhorar o sinal de TV no território;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, por meio participação social, integração de ações institucionais e articulação e interferedativa. (PNDRS).

Estratégia: Garantir aos grupos de vulnerabilidade socioeconomica acesso às políticas públicas.

META - Implantar/estruturar os Conselhos Municipais para a democratização do acesso de políticas públicas com garantia da dotação orçamentária;

META – Garantir que Conselhos Municipais tenham representantes das Zonas Rurais;

META – Garantir junto a Assistência Social a erradicação do trabalho infantil;

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, por meio participação social, integração de ações institucionais e articulação e interferedativa. (PNDRS).

Estratégia: Promover meios de formação e comunicação sobre gestão social e participação popular;

META - Atualizar o CADunico - Cumprir o pacto de aprimoramento do SUAS (MDSA);

Eixo: Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivo: Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural e urbana por meio da qualificação das políticas e serviços públicos. (PNDRS).

Estratégia: Promover o desenvolvimento esportivo do território;

META – Garantir a participação de no mínimo 10% dos estudantes de cada município do Território nas competições intermunicipais;

META – Patrocinar uma equipe do Território para o Campeonato Estadual e Nacional;

META – Qualificar profissionais da área de saúde esportiva para condução das atividades da sua escola;

META – Garantir que 50% da participação nas competições intermunicipais e territoriais devem ser de mulheres;

Eixo: Recursos Hídricos
Objetivo: Garantir a democratização do acesso à água para uso humano e produtivo de forma racional.(PPA)
Estratégia Promover a formação e a estruturação do Comitê de Bacias do Peruípe, Itanhém e Jucuruçú - CBHPIJ, afim de estabelecer um Plano de Ação de acordo com as demandas identificadas pelo diagnóstico das Bacias;
META – Criar o Plano de Ação para as Bacias PIJ META – Criar a Agencia das Bacias Hidrográficas do PIJ para gerir financeiramente as atividades pelo Comitê de Bacias Hidrográficas; META – Estabelecer parceria com o Ministério Público para que as multas oriundas de danos às Bacias Hidrográficas do PIJ sejam revertidas como recursos para a Agência das BHPIJ;

VISÃO DE FUTURO

Destacam-se como itens importantes para a visão de futuro: Igualdade • Qualidade de vida • Fortalecimento e dinamização econômica • Sustentabilidade • Agroecologia • Respeito à natureza • Povos e Comunidades Tradicionais • Fortalecimento social • Dignidade • Orgulho • Capital social.

A visão precisa orientar o Plano para a construção dos Eixos Aglutinadores. Está sendo proposta uma frase, assim seria mais fácil para exprimir a visão de futuro, já com os eixos de desenvolvimento e as linhas de ação construídos. Aqui se teria uma ideia de quais os caminhos a seguir e como essa caminhada deve acontecer para se chegar aonde se quer (futuro).

“O Território desenvolvido de forma sustentável, justa e igualitária, onde os agricultores e agricultoras, assentados, indígenas, pescadores, ribeirinho, quilombolas e a população em geral vivam com dignidade, qualidade de vida e orgulho de sua história e conquistas.”

Como queremos o Território no futuro?

- Com as áreas degradadas recuperadas
- Com a agricultura forte, melhor planejada e gerando mais renda
- Com saneamento básico adequado na cidade e no campo
- Com agroturismo forte e integrado
- Com a educação do campo implantada e fazendo a diferença
- Com educação de qualidade para todos
- Com respeito às leis ambientais

- Com áreas livres de agrotóxicos, transgênicos e pulverizações aéreas
- Que as áreas de preservação permanentes (APP) fossem respeitadas
- Um Território ecologicamente correto
- Com diversificação agrícola e com a agricultura baseada na agroecologia
- Com o agricultor e agricultora familiar autônomos
- Economicamente viável e ecologicamente correto
- Com maior integração entre as prefeituras e com elas falando a mesma língua
- Com as políticas públicas distribuídas equitativamente
- Com uma economia solidária
- Com parcerias construídas
- Com atitude cidadã
- Com a reconstrução do que foi destruído
- Com a economia limpa e socialmente satisfatória
- Com o fim das desigualdades sociais
- Um Território mais consciente e valorizado
- Com desenvolvimento sustentável
- Com uma qualidade de vida saudável

ARRANJO INSTITUCIONAL

Atualmente estão homologadas 96 entidades no Colegiado do Território. É importante salientar que, quando o NEDETES assumiu os trabalhos no Território não havia nenhum controle de quais entidades estavam homologadas, qual a frequência da entidade nas reuniões do Colegiado, etc, e depois da passagem do NEDETES fica este legado. Os arquivos e levantamentos organizados.

A relação segue em anexo.

GESTÃO SOCIAL

A Gestão Social do PTDSS deve ser construída pelo Colegiado Territorial (Assembléia Territorial) de forma contínua com base na divisão de tarefas, com comprometimento das entidades, de forma participativa, buscando-se a descentralização e transparência. Apresentar de maneira contínua, na forma de acordos coletivos em plenária, a estratégia de gestão do PTDSS, ou seja: quem participa, como será feita a gestão, de que

modo os caminhos estabelecidos serão respeitados e implementados. Os pilares deste modelo de gestão são: Transparência, Participação e Sustentabilidade.

Desenho sugerido para Gestão Social

1) Colegiado Territorial

- a) Fortalecer as Instâncias: papéis e gerenciamento social
 - i) Plenária – diretrizes e prioridades
 - ii) Núcleo técnico – formato (composição por especialidade e CT), papel
 - iii) Comissão Gestora (Núcleo diretivo) – instância de articulação política
 - iv) Câmaras temáticas setoriais – discutir as propostas temáticas e setoriais
- b) Planejamento Operacional (anual)
 - i) Ferramenta do planejamento das ações operacionais por ano;
- c) Comunicação

2) Acordo de Trabalho/Negociação

- a) Agendas e compromissos
- b) Espaços – permanentes

3) Monitoramento

- a) Execução - Indicadores físicos (número, percentuais, etc.)

Resultados e Impactos (indicadores qualitativos) – benefícios para o público previsto, e resultados sociais, econômicos e ambientais.

AÇÃO PARA DIVULGAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO PTDSS

- a. Oficinas de divulgação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário;
- b. Oficinas territoriais itinerantes (nas diferentes cidades do território);
- c. Comunicação permanente das reuniões territoriais: informação dos projetos e atividades para comprometimento das entidades públicas e sociedade civil
- d. Comunicação para a comunidade, diretamente com a base
- e. Divulgar em todos os meios a finalidade do Território de Identidade
- f. Utilizar os conselhos para divulgar as atividades do território
- g. Confeccionar panfleto/folheto sobre o território, de forma objetiva, para distribuir nos órgãos representantes

AÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO INTERNA

- a) Reformular regimento interno e aprovar no colegiado
- b) Articular com as pessoas do município para viabilizar transporte para as oficinas territoriais de maneira regular
- c) Revitalização do colegiado: mobilização do colegiado, buscar representantes dos municípios dos setores urbanos
- d) Comprometimento dos órgãos representantes das despesas dos representantes: regularidade no repasse
- e) Flexibilizar o regimento de forma a não penalizar, mas atrair as pessoas para as reuniões. O objetivo é aproximar as entidades.
- f) A não participação das entidades seja penalizada aos poucos, para não serem privilegiadas quando distribuídos os recursos e projetos via Território

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PTDSS

A estratégia de monitoramento e avaliação do Plano envolve: Acompanhamento do que foi programado e executado;

Avaliação periódica com a Programação do monitoramento;

Verificação das metas, com estabelecimento de mecanismos para discussão com a base do Território;

Comprometimento do Colegiado Territorial.

AÇÕES PARA GESTÃO DO PTDSS

- 1• Criar mecanismo de mobilização e participação:
 - Parceria entre o poder público, sociedade civil, empresas, associações, fundações, entidades e Ongs para elaboração de projetos voltados para o Território.
 - Melhorar a comunicação interna e o marketing (ex.: grupo de e-mail e waths app).
 - Maior comprometimento do Poder Público Municipal e Sociedade Civil no Território.
 - O Colegiado **CRIAR UM FUNDO** para custear as despesas da sociedade civil nas oficinas e reuniões provindas do mesmo.

- Tornar as oficinas do colegiado itinerantes para maior participação do poder público municipal.

2• Diálogo entre os agentes do Território:

- Criar um site do Território do Caparaó onde poderá ser consultados todos os projetos, aplicação de recursos e a participação e presença do colegiado.
- Criar um grupo de e-mail para maior comunicação interna.
- Interagir com o Consórcio Construir.
- Reuniões com prefeitos para formalizar acordos e comprometimento para implantação do PTDRSS.

3• Planos e processos de desenvolvimento do Território:

- Parcerias para viabilidade de recursos de diversos segmentos para sustentabilidade dos projetos apresentados ao Território.
- Delegar poderes a câmara técnica para elaborar projetos, aprovados pelo colegiado, e fiscalizar a execução do mesmo.
- Criar um plano estratégico para fortalecimento da agricultura no Território em parceria com os municípios.
- Valorizar os projetos do agro e ecoturismo do Território.
- Garantir um maior repasse de recursos do poder público municipal para o Consórcio para que o mesmo possa custear algumas despesas do colegiado para um melhor desempenho do mesmo.
- Garantir que o Governo Estadual faça previsão orçamentária voltada para o desenvolvimento do Território
- Contratação de ADT.
- Levantamento periódico das ações do PTDRSS através de reuniões do Conselho.

4• Realizar Audiência Pública para apresentação do PTDRSS

CAPÍTULO 3

GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

Este plano tem em seu diagnóstico e horizonte a promoção de um modelo de desenvolvimento que melhore a qualidade de vida para toda a população, especialmente para as mais pobres das áreas rurais, e que assegure a qualidade ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais. O desenvolvimento proposto neste instrumento utiliza como estratégia a abordagem territorial, ancorando-se na intersectorialidade e integração das políticas públicas e nos mecanismos de participação, controle e gestão social das políticas.

Um instrumento subsequente a este documento é a elaboração de um Plano de Ação. Tecnicamente ele é utilizado para estabelecer detalhadamente as ações necessárias para se alcançar um resultado desejado e resolver problemas. Desse modo, o colegiado territorial precisará construir um plano de ação de forma a organizar minuciosamente os passos a serem trilhados para a execução do PTDSS no horizonte temporal de 10 anos.

Para tornar-se efetivo, este planejamento necessitará desencadear diversos processos de articulação, negociação e, principalmente, maneiras de colocá-lo em prática. Será importante que ao longo dos 10 anos previstos para sua execução se constitua um núcleo contínuo de acompanhamento. Este grupo poderá ser formado por pessoas de variados segmentos, com aprovação dos nomes em plenária do colegiado territorial. Deverá estabelecer uma sistemática de funcionamento com reuniões periódicas. Sua função será a de acompanhar e monitorar a execução do PTDSS, podendo propor ao colegiado estratégias e orientações para o desenvolvimento do plano.

Dentro de um processo sistemático de acompanhamento mais democrático do PTDSS propõe-se uma avaliação semestral por todo o Colegiado Territorial, constando como item de pauta numa plenária ordinária ou extraordinária. Estes dois momentos anuais serão importantes para realizar uma análise ampliada sobre o desenvolvimento do PTDSS, podendo reafirmar os direcionamentos adotados ou então corrigir eventuais dificuldades identificadas. Nestes momentos será fundamental que o núcleo técnico de acompanhamento do plano apresente informações do seu trabalho, fornecendo subsídios para as análises e tomadas de decisões do colegiado.

Por fim, uma última estratégia será o diálogo e a articulação permanentes com as instâncias municipais e estaduais do poder público, eventualmente envolvendo órgãos

federais. Isso porque grande parte dos recursos e da capacidade de execução das metas estabelecidas neste plano está diretamente vinculada às definições do orçamento público, a decisões político-administrativas e à definições de governo. Assim, será fundamental estabelecer um canal permanente de diálogo com os mais variados setores e órgãos do poder público.

Para que tudo isso que foi proposto anteriormente se concretize em função da implementação do PTDSS do Território de Identidade Costa do Descobrimento e da condução do seu desenvolvimento é essencial o fortalecimento da participação social nas instâncias de gestão do território.

REFERÊNCIAS

- (2015). Conferência Territorial da Juventude Rural . Teixeira de Freitas.
- (2016). Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- (2015). Conferência Territorial de Segurança Alimentar.
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia. (2012). Plano de Desenvolvimento Sustentável da Costa das Baleias. Salvador.
- Governo do Estado da Bahia. (2012). Plano Estadual de Habitação e Regularização Fundiária do Estado da Bahia. Salvador.
- Governo do Estado da Bahia. (Preliminar). Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).
- <http://www.dialogoflorestal.org.br/>. (s.d.). Fonte: Diálogo Florestal.
- Ministério Público Federal. Índice Nacional da Transparência . (2015). http://www.oim.tmmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/8637FBC1-E46F-9C64-E7DCD1913BCE47E309012016123344.pdf&i=3011.
- Palmares, F. (s.d.). http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=BA.
- (2014). Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.
- PTDRS Extremo Sul da Bahia. (2011). PTDRS Extremo Sul da Bahia.
- PPA 2016 - 2019 Governo do Estado da Bahia
- (2014). Planejamento Territorial
- (2016) Planejamento Câmara Temática de Mulheres
- 2009. PTDRSS Território Caparaó – ES
- Documento contendo sugestões de ações que podem ser desenvolvidas para o próximo ano pelo Comitê de Bacias dos rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu. João Batista Lopes da Silva – Universidade Federal do Sul da Bahia

ANEXO 1

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE
Aldeia Indígena Renascer
ALVA Associação Lutar pela Vida em Abundância
AMACS Associação de Moradores e agricultores de Cruzeiro do Sul
AMPAC ASSOCIACAO DE MARISQUEIROS DE PONTA DE AREIA E CARAVELAS
APES ASSOCIAÇÃO DOS PREFEITOS DO EXTREMO SUL
APESCA Associacao Dos Pescadores de Rede de Arrasto, Boeira, Fundo e Arraieira de Caravelas
APPRA - Associação de Aruanda - Itanhém
APRAFNA Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Nova Alegria
APRHOPE
ASS. DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES - MUCURI
ASS. DOS PRODUTORES RURAIS DE CÂNDIDO MARIANO
ASS. TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR da Comunidade ARARA
ASS.PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE SAO SEBASTIAO - ITANHÉM
Associação Aldeia Cultural
Associação Apícola de Mucuri APICOM
Associacao Comunitaria do Bairro California - Jucuruçu
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE ITAITINGA
Associacao Comunitaria Nossa Terra - Ascont de Mucuri, BA

Associação das marisqueiras POna de Areia e Caravelas
ASSOCIACAO DE AGRICULTURA FAMILIAR DE HELVECIA - A.A.F.H
ASSOCIAÇÃO de Assistencia Social, Educacional e Espiritual - ECC
Associação de Marisqueiros(as), aquicultores(as) e pescadores(as) de Nova Viçosa - ASMAP
Associação de meio Ambiente de Itanhém AMAI
Associação de Mulheres Agricultoras Agroecologistas - Flores da Terra
Associação de Mulheres do Córrego do Mutum
Associação de pequenos produtores da Jacutinga I MUCURI
Associação de pequenos Produtores do Palmital - Ibirapuã
Associacao do Assentamento Paulo Freire de Mucuri, BA
Associação dos agricultores familiares do córrego da lagoa - Jucuruçu
Associação dos moradores e agricultores rurais do correio dos Marins - Jucuruçu
Associação dos Peq. Prod. Rurais de Novo Destino
Associação dos Pequ Prod Rurais de Jacutinga
Associação dos pequenos produtores de Vale Me Deus
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Taquari - Alcobaça
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento BELA MANHA
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Rosa do Prado
Associação dos Produtores da Agricultura Familiar da Comunidade Córrego Braço do Sul CARAVELAS
Associacao Dos Produtores Rurais de Rio do Sul de Mucuri, BA

Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Corumbau
Associação dos Produtores Rurais do assentamento Euclides Neto
Associação dos Produtores Rurais do assentamento Euclides Neto
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Herdeiros da Terra
Associação dos Produtores Rurais do assentamento São João
Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Pau Brasil
Associação Flora Brasil - Itamaraju
Associação Indígena Vida Nova Aldeia Renascer
Associação para Preservação do Pólo do Descobrimento
Associação Produtores Rurais Quilombo II
Associação Quilombola Rio do Sul
Associação Rancho Queimado
Banco do Nordeste
CAFAED - A cooperativa Regional da Agricultura Familiar Agroecológica do Entorno do Descobrimento LTDA
Câmara de vereadores de Teixeira de Freitas
CATRESUL - Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais do Extremos Sul
CEDRO-CENTRO ECODESENVOLVIMENTO
Centro Espírita Nosso Lar
CEPLAC Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CMDRS Mucuri
Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-24 de Alcobaça
Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-25 de Caravelas Ponta de Areia

Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-35 de Mucuri de Mucuri, BA
COMJUV Conselho Municipal da Juventude da Cidade de Teixeira de Freitas
Conselho das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Extremo Sul
COOPERATIVA DAS MARISQUEIRAS E PESCADORES DE CARAVELAS - COOMPESCAR
ECC Associação
Escola Família Agrícola de Itanhém
FAEB Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
FEBAMEL - Federação Baiana de Apicultura e Meliponicultura
FETRAF Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FIBRIA CELULOSE S/A
FORUM DE DESENVOLVIMENTO DE CARAVELAS
Fundação Padre José Koopmans
Gapis Grupo de Apoio Para A Inclusão Social de Barro Preto, BA
Instituto Federal Baiano campus Teixeira de Freitas
MLT Movimento e Luta pela Terra
ONG PASPAS
POLIMATA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
PRÉ ASSENTAMENTO BELA MANHÃ
Prefeitura Municipal de Ibirapuã
Prefeitura Municipal de Itamaraju

Prefeitura Municipal de JUCURUÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURI
Prefeitura Municipal de Prado
PREFEITURA TEIXEIRA DE FREITAS
ROTARY CLUB POSTO DA MATA
Secretaria de Estado de Cultura
Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar do Vale do Jucuruçu
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itanhém e Vereda
Sindicato dos trabalhadores rurais do município de Teixeira de Freitas
Sociedade São Vicente de Paula
STR DE IBIRAPUÃ
TERRA VIVA
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia
Universidade do Estado da Bahia UNEB
UNOPAR - Universidade Norte do Paraná

ANEXO 2

COMITÊ GESTOR DA MANDIOCULTURA DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO EXTREMO SUL DA BAHIA

Municípios participantes: Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Jucuruçu, Lajedão, Mucuri, Prado, Teixeira de Freitas

PLANO DE AÇÃO TERRITORIAL

Posição em 15/12/2016

ATIVIDADE ECONÔMICA

MANDIOCULTURA

PARTICIPANTES		
ENTIDADE/REPRESENTAÇÃO	NOME DO TITULAR	NOME DO SUPLENTE
CMDS de Alcobaça	Rubens Lene R. Farias	Iza Neres Dionor
CMDS de Caravelas	Marina Pereira Portela	Kladiji Púperi de Alcântara
CMDS de Itamaraju	João de Sousa Esteves	Dora Lúcia Chagas Cancela
CMDS de Jucuruçu	Adriano Longo Ribeiro	Carlito Santos Souza
CMDS de Mucuri	Eumir Sebastião Rodrigues	Jayme José Bastos Leitão
CMDS de Lajedão	Antonio Freire de Oliveira Júnior	Edgar Souza Porto
CMDS de Prado	José Luiz Ribeiro Có	Edson Viana dos Santos
CMDS de Teixeira de Freitas	Antonio Carlos	
Núcleo Diretivo do Território	Pedro Almeida dos Anjos	
BNB – Superintendência Estadual da BA	Araídes Martins Ribeiro	Lúcio Antonio de Oliveira
IFBaiano	Ricardo Lopes de Melo	
GAPIS	Charles Castro	Patrícia Santos Magalhães
BAHIATER	Fabiana Longo Ribeiro	Telmo Moreira de Souza
ADAB	Roberto Carlos Oliveira de Andrade	
FÍBRIA	Wilson Stavarenjo	Narcísio Luiz Loss
NEDET	Tadeu Mageste da Silva	
CAR / SDR	Fernando S. Camargo	
CEPLAC	Ivan Dias da Rocha	Joaquim Ramalho de Souza
SINTRAF Vale do Jucuruçu	Demóstenes Silva Soares	
Polímata	Adonias Lima da R. Júnior	Jeilly Vivianne Ribeiro
CAVI – Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga	Elton Ray Silva Santiago	Augusto Zago
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Pontinha II	Erineuza Bezerra de Oliva	Renilda de Oliva Moraes

APOIO

(colocar aqui a logomarca das demais entidades)



Teixeira de Freitas / BA, 15 de dezembro de 2016.

I – ATIVIDADE PRIORIZADA E JUSTIFICATIVA

MANDIOCULTURA

Essa atividade econômica é de suma importância por ser praticada pela maioria dos agricultores familiares do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, geradora de ocupação e renda, que vem possibilitando a integração das famílias em torno de seu desenvolvimento. Apesar da importância socioeconômica, a sua exploração resume-se basicamente na produção de farinha e raízes frescas, não sendo utilizado todo o potencial da cultura, através da verticalização da produção.

II – CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A baixa produtividade da cultura da mandioca no Território do Extremo Sul da Bahia, estimada em 12 ton/ha, destoa de resultados obtidos por alguns agricultores familiares que utilizam um sistema de produção mais eficiente e chegam a produzir uma média de 20 a 22 ton/ha. Essa baixa produtividade está relacionada à falta de práticas agrônômicas, de manejo adequado e utilização de material genético com pouco potencial produtivo.

III – OBJETIVO GERAL

Aumentar em 30% a produtividade da mandioca (ton de raiz / ha) em áreas cultivadas por 40 agricultores familiares pertencentes aos municípios de Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Jucuruçu, Lajedão, Mucuri, Prado e Teixeira de Freitas, integrantes do Projeto Piloto da Mandiocultura, num período de 03 anos.

IV – METAS ANUAIS

Meta Ano 01

Aumentar a produtividade da mandioca em 10%.

Avaliação

Realizado	Meta	Indicador (%de execução)	Posição	Comentário

Meta Ano 02

Aumentar a produtividade da mandioca em 20%.

Avaliação

Realizado	Meta	Indicador (%de execução)	Posição	Comentário

Meta Ano 03				
Aumentar a produtividade da Mandioca em 30%.				
Avaliação				
Realizado	Meta	Indicador (%de execução)	Posição	Comentário

V – OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Categoria	Número de Ordem	Descrição do objetivo
INSUMOS	1	Disponibilizar material genético adequado ao território.
PRODUÇÃO	2	Implantar sistemas de cultivo da mandioca utilizando práticas agrônômicas adequadas e respeitando as peculiaridades das propriedades.
	3	Viabilizar a realização de eventos de capacitação das famílias integrantes do Projeto, com foco na sustentabilidade da atividade.
	4	Buscar parceria com entidades públicas, a exemplo da Embrapa, Ceplac, IFBaiano, Bahiater, Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais de Agricultura, Senar e entidades particulares para disponibilização de uma ATER de qualidade e efetiva.
BENEFICIAMENTO	5	Adequar os produtos derivados da mandioca à legislação sanitária vigente.
	6	Diversificar a atividade através da produção de fécula, beiju, biscoitos, ração animal e outros produtos, além da farinha.
	7	Buscar um padrão de qualidade para os produtos derivados da mandioca.
COMERCIALIZAÇÃO	8	Contribuir para a melhoria da comercialização dos produtos através do sistema cooperativo e da economia solidária.
INFRAESTRUTURA	9	Criar uma rede de infraestrutura de beneficiamento e comercialização visando a padronização do produto e armazenamento adequado.

FINANCIAMENTO	10	Apoiar financeiramente as demandas de crédito do público-alvo do Projeto.
----------------------	----	--

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 01					
Disponibilizar material genético adequado ao território.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
Firmar parceria com a Embrapa Cruz das Almas para a implantação do Projeto RENIVA no Território.	Território	Comitê Gestor Territorial / Núcleo Diretivo do Território	Maio /17		
Promover uma missão técnica à Embrapa Cruz das Almas, com os membros do Comitê Territorial, a fim de conhecer o Projeto RENIVA e a proposta de parceria com o Extremo Sul da Bahia.	Território	Comitê Gestor Territorial	Março / 17		
Firmar parceria com o IFBaiano, campus Teixeira de Freitas, para implantação de unidades de multiplicação rápida do RENIVA.	Território	Comitê Gestor Territorial / Núcleo Diretivo do Território	Maio /17		
Firmar parceria com o Instituto Biofábrica para fornecimento de mudas, geneticamente melhoradas, aos agricultores participantes do Projeto.	Território	Comitê Gestor Territorial / Núcleo Diretivo do Território	Maio/17		
Identificar, reproduzir e distribuir material genético, de qualidade superior, indicado por mandiocultores do território.	Território	Comitê Gestor Territorial	Dezembro/17		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 02					
Implantar sistemas de cultivo da mandioca utilizando práticas agronômicas adequadas e respeitando as peculiaridades das propriedades.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 02					
Implantar sistemas de cultivo da mandioca utilizando práticas agronômicas adequadas e respeitando as peculiaridades das propriedades.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
Promover encontro com técnicos da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, Fíbria, IFBaiano, UFSB, Polímata e outras instituições do território para definir práticas agroecológicas adequadas ao cultivo da mandioca.	Território	Comitê Gestor Territorial	Março/17		
Implantar no município 05 unidades de produção de, no máximo 01 ha por propriedade, de acordo com o sistema de produção definido para o território.	Alcobaça	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/17		
Implantar no município 05 unidades de produção de, no máximo 01 ha por propriedade, de acordo com o sistema de produção definido para o território.	Caravelas	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/17		
Implantar no município 05 unidades de produção de, no máximo 01 ha por propriedade, de acordo com o sistema de produção definido para o território.	Itamaraju	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/17		
Implantar no município 05 unidades de produção de, no máximo 01 ha por propriedade, de acordo com o sistema de produção definido para o território.	Jucuruçu	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/17		
Implantar no município 05 unidades de produção de, no máximo 01 ha por propriedade, de acordo com o sistema de produção definido para o	Lajedão	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/17		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 02					
Implantar sistemas de cultivo da mandioca utilizando práticas agrônômicas adequadas e respeitando as peculiaridades das propriedades.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
território.					
Implantar no município 05 unidades de produção de, no máximo 01 ha por propriedade, de acordo com o sistema de produção definido para o território.	Mucuri	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/17		
Implantar no município 05 unidades de produção de, no máximo 01 ha por propriedade, de acordo com o sistema de produção definido para o território.	Prado	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/17		
Implantar no município 05 unidades de produção de, no máximo 01 ha por propriedade, de acordo com o sistema de produção definido para o território.	Teixeira de Freitas	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/17		
Realizar 01 dia de campo sobre o cultivo da mandioca, de acordo com o sistema de produção definido.	Itamaraju Jucuruçu Prado Alcobaça	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Mai/17		
Realizar 01 dia de campo sobre o cultivo da mandioca, de acordo com o sistema de produção definido.	Caravelas Teixeira de Freitas Mucuri Lajedão	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Agosto/17		
Realizar 01 evento de capacitação sobre planejamento da cultura, visando a sua sustentabilidade e viabilidade econômica.	Itamaraju Jucuruçu Prado Alcobaça	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Março/18		
Realizar 01 evento de capacitação sobre planejamento da cultura,	Caravelas Teixeira de Freitas	Comitê Gestor Territorial /	Mai/18		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 02					
Implantar sistemas de cultivo da mandioca utilizando práticas agronômicas adequadas e respeitando as peculiaridades das propriedades.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
visando a sua sustentabilidade e viabilidade econômica.	Mucuri Lajedão	Comitê Gestor Local			

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 03					
Viabilizar a realização de eventos de capacitação das famílias integrantes do Projeto, com foco na sustentabilidade da atividade.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
Promover o 1º Seminário Territorial da Mandiocultura.	Território	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Outubro / 18		
Realizar dia de campo (evento semestral) nas unidades demonstrativas do município.	Alcobaça	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	A partir de Junho / 18		
Realizar dia de campo (evento semestral) nas unidades demonstrativas do município.	Caravelas	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	A partir de Junho / 18		
Realizar dia de campo (evento semestral) nas unidades demonstrativas do município.	Itamaraju	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	A partir de Junho / 18		
Realizar dia de campo (evento semestral) nas unidades demonstrativas do município.	Jucuruçu	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	A partir de Junho / 18		
Realizar dia de campo (evento semestral) nas unidades demonstrativas	Lajedão	Comitê Gestor	A partir de Junho / 18		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 03					
Viabilizar a realização de eventos de capacitação das famílias integrantes do Projeto, com foco na sustentabilidade da atividade.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
do município.		Territorial / Comitê Gestor Local			
Realizar dia de campo (evento semestral) nas unidades demonstrativas do município.	Mucuri	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	A partir de Junho / 18		
Realizar dia de campo (evento semestral) nas unidades demonstrativas do município.	Prado	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	A partir de Junho / 18		
Realizar dia de campo (evento semestral) nas unidades demonstrativas do município.	Teixeira de Freitas	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	A partir de Junho / 18		
Apoiar a realização de 01 oficina sobre a destinação da manipueira e preservação dos recursos hídricos.	Itamaraju Jucuruçu Prado Alcobaça	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Junho/17		
Apoiar a realização de 01 oficina sobre a destinação da manipueira e preservação dos recursos hídricos.	Caravelas Teixeira de Freitas Mucuri Lajedão	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Junho/17		
Promover 01 curso de associativismo e cooperativismo junto aos agricultores familiares, integrantes do projeto.	Itamaraju Jucuruçu	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Julho/ 17		
Promover 01 curso de associativismo e	Prado Alcobaça	Comitê	Agosto/17		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 03					
Viabilizar a realização de eventos de capacitação das famílias integrantes do Projeto, com foco na sustentabilidade da atividade.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
cooperativismo junto aos agricultores familiares, integrantes do projeto.		Gestor Territorial / Comitê Gestor Local			
Promover 01 curso de associativismo e cooperativismo junto aos agricultores familiares, integrantes do projeto.	Caravelas Teixeira de Freitas	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Setembro/17		
Promover 01 curso de associativismo e cooperativismo junto aos agricultores familiares, integrantes do projeto.	Mucuri	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Outubro/17		
Promover 01 curso de associativismo e cooperativismo junto aos agricultores familiares, integrantes do projeto.	Lajedão	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/17		
Promover 01 curso com foco em planejamento, gestão, produção, agregação de valor e comercialização.	Itamaraju Jucuruçu	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Abril/19		
Promover 01 curso com foco em planejamento, gestão, produção, agregação de valor e comercialização.	Prado Alcobaça	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Maio/19		
Promover 01 curso com foco em planejamento, gestão, produção, agregação de valor e comercialização.	Caravelas Teixeira de Freitas	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Junho/19		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 03					
Viabilizar a realização de eventos de capacitação das famílias integrantes do Projeto, com foco na sustentabilidade da atividade.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
Promover 01 curso com foco em planejamento, gestão, produção, agregação de valor e comercialização.	Mucuri	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Julho/19		
Promover 01 curso com foco em planejamento, gestão, produção, agregação de valor e comercialização.	Lajedão	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Agosto/19		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 04					
Buscar parceria com entidades públicas, a exemplo da Embrapa, Ceplac, IFBaiano, Bahiater, Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais de Agricultura, Senar e entidades particulares para disponibilização de uma ATER de qualidade e efetiva.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
Firmar termo de compromisso com a Secretária de Desenvolvimento Rural do Estado visando garantir a implantação e funcionamento dos SEMAF's (Serviços Municipais de Apoio à Agricultura Familiar)	Território	Comitê Gestor Territorial / Núcleo Diretivo do Território	Maio / 17		
Firmar parceria com a CEPLAC, empresas e organizações de assistência técnica a fim de garantir ATER para os agricultores do projeto.	Território	Comitê Gestor Territorial / Núcleo Diretivo do Território	Maio / 17		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 05					
Adequar os produtos derivados da mandioca à legislação sanitária vigente.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
Mapear as principais estruturas de	Território	Comitê Gestor	Maio/18		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 05					
Adequar os produtos derivados da mandioca à legislação sanitária vigente.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
beneficiamento existentes no Território para diagnosticar as deficiências em termos da legislação vigente.		Territorial / Comitê Gestor Local			
Estabelecer parceria com a ADAB e Vigilância Sanitária dos municípios a fim de adequar o funcionamento das principais unidades de beneficiamento, localizadas no Território.	Território	Comitê Gestor Territorial	Novembro/ 17		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 06					
Diversificar a atividade através da produção de fécula, beiju, biscoitos, ração animal e outros produtos, além da farinha.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
Firmar parceria com o Senar, Sebrae, Embrapa, IFBaiano para qualificação do agricultor e sua família na confecção dos produtos.	Território	Comitê Gestor Territorial	Abril / 17		
Promover 01 missão técnica a região de referência na diversificação da produção de derivados da mandioca.	Alcobaça Caravelas Itamaraju Jucuruçu Lajedão Mucuri Prado Teixeira de Freitas	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Setembro / 18		
Promover 01 missão técnica a região de referência na diversificação da produção de derivados da mandioca.	Alcobaça Caravelas Itamaraju Jucuruçu Lajedão Mucuri Prado Teixeira de Freitas	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Setembro / 19		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 07					
Buscar um padrão de qualidade para os produtos derivados da mandioca.					

Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
Promover no município uma oficina sobre boas práticas de fabricação de alimentos.	Alcobaça	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/18		
Promover no município uma oficina sobre boas práticas de fabricação de alimentos.	Caravelas	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/18		
Promover no município uma oficina sobre boas práticas de fabricação de alimentos.	Itamaraju	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/18		
Promover no município uma oficina sobre boas práticas de fabricação de alimentos.	Jucuruçu	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/18		
Promover no município uma oficina sobre boas práticas de fabricação de alimentos.	Lajedão	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/18		
Promover no município uma oficina sobre boas práticas de fabricação de alimentos.	Mucuri	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/18		
Promover no município uma oficina sobre boas práticas de fabricação de alimentos.	Prado	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/18		
Promover no município uma oficina sobre boas práticas de fabricação de alimentos.	Teixeira de Freitas	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Novembro/18		
Desenvolver uma marca para os produtos derivados da mandioca, produzidos no território.	Território	Comitê Gestor Territorial	Junho / 19		
Articular junto aos órgãos competentes a certificação	Território	Comitê Gestor	Junho / 19		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 07					
Buscar um padrão de qualidade para os produtos derivados da mandioca.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
dos produtos da agricultura familiar, derivados da mandioca, oriundos do referido projeto.		Territorial			

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 08					
Contribuir para a melhoria da comercialização dos produtos através do sistema cooperativo e da economia solidária.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
Apoiar a criação de uma cooperativa dos agricultores familiares, em nível territorial, para fins de produção, beneficiamento e comercialização.	Território	Comitê Gestor Territorial	Maior / 2019		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 09					
Criar uma rede de infraestrutura de beneficiamento e comercialização visando a padronização do produto e armazenamento adequado.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
Criar uma rede de fornecedores dos produtos derivados da mandioca a fim de atender as demandas do mercado institucional (PNAE, PAA, Hospitais, Creches, Presídio), supermercados locais e regionais (atacado e varejo).	Território	Comitê Gestor Territorial / Comitê Gestor Local	Junho / 19		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 10					
Apoiar financeiramente as demandas de crédito do público-alvo do Projeto.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
Elaborar uma nota técnica relativa ao zoneamento agrícola do cultivo da mandioca no território, a	Território	Comitê Gestor Territorial / Comitê	Abril / 18		

OBJETIVO ESPECÍFICO N. 10					
Apoiar financeiramente as demandas de crédito do público-alvo do Projeto.					
Ação	Municípios	Entidade Responsável	Data Prevista de Conclusão	Ocorrência (Data / Descrição)	% de execução
ser encaminhada ao Ministério da Agricultura, a fim de atualização do calendário agrícola.		Técnico			
Articular a assinatura de um acordo de cooperação com os principais parceiros institucionais objetivando apoio financeiro ao projeto.	Território	Comitê Gestor Territorial / Núcleo Diretivo do Território	Julho / 17		

Teixeira de Freitas – BA, 15 de dezembro de 2016.

SIGNATÁRIOS:

NÚCLEO DIRETIVO DO TERRITÓRIO _____

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A _____

CMDS DE ALCobaça _____

CMDS DE CARAVELAS _____

CMDS DE ITAMARAJU _____

CMDS DE JUCURUÇU _____

CMDS DE LAJEDÃO _____

CMDS DE MUCURI _____

CMDS DE PRADO _____

CMDS DE TEIXEIRA DE FREITAS _____

FÍBRIA _____

IFBAIANO _____

CEPLAC _____

BAHIATER _____

CAR _____

ADAB _____

POLÍMATA _____

NEDETES _____

SINTRAF VALE DO JUCURUÇU _____

SINTRAF ALCOBAÇA CARAVELAS _____

GAPIS _____

CAVI – Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga _____

Assoc dos Peqs Produtores Rurais da Pontinha II _____